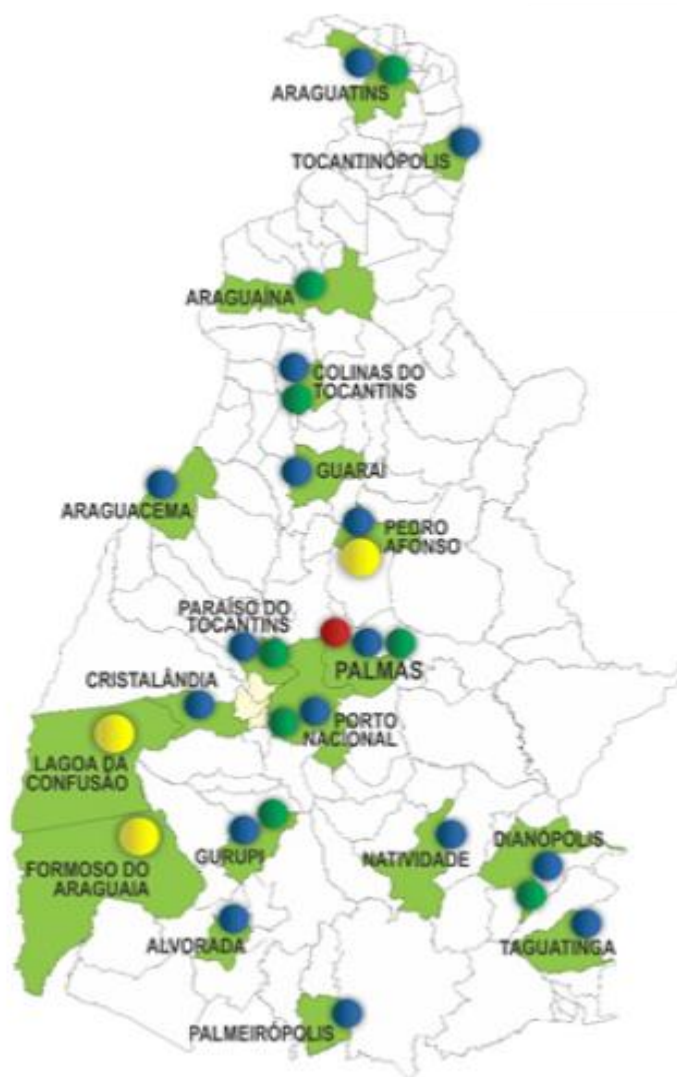


EXERCÍCIO 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO



LEGENDA:

- Reitoria
- Campi em pleno funcionamento
- Campus em fase de implantação
- Campus avançado em fase de implantação
- Polos de Educação a Distância

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2017

O presente Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Instrução Normativa TCU nº 72/2013, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Decisão Normativa TCU 161 e 163/2017.

Unidades consolidadas abrangidas neste Relatório de Gestão:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/Reitoria

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Palmas

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Araguatins

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Paraíso do Tocantins

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Araguaína

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Gurupi

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Porto Nacional

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Dianópolis

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Colinas do Tocantins

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Avançado Formoso do Araguaia

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Avançado Pedro Afonso

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Avançado Lagoa da Confusão

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/Reitoria.

PALMAS-TO, MARÇO DE 2018.

EXPEDIENTE FUNCIONAL

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação
José Mendonça Bezerra Filho

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica
Eline Neves Braga Nascimento

Reitor
Francisco Nairton do Nascimento

Chefe de Gabinete do Reitor
Quenízia Vieira Lopes

Pró-reitor de Ensino
Ovídio Ricardo Dantas Júnior

Pró-reitor de Extensão
Paula Karini Dias Ferreira Amorim

Pró-reitor de Pesquisa e Inovação
Augusto Cesar dos Santos

Pró-reitor de Administração
Rodrigo Soares Lelis Gori

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional
Danilo Gomes Martins

Diretora de Gestão de Pessoas
Maria Edileuza Ferreira de França

Diretor-geral do *Campus* Araguaína
Cristiano Fernandes Mateus

Diretor-geral do *Campus* Araguatins
Décio Dias dos Reis

Diretor do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia
Demis Carlos Ribeiro Menezes

Diretor do *Campus* Avançado Lagoa da Confusão
Valquires Martins de Santana

Diretor do *Campus* Avançado Pedro Afonso
Juliana Ferreira de Queiroz

Diretor-geral *pro tempore* do *Campus* Colinas do Tocantins

Paulo Hernandes Gonçalves da Silva

Diretor-geral pro tempore do Campus Dianópolis

Jonas Reginaldo de Britto

Diretor-geral do Campus Gurupi

Marcelo Alves Terra

Diretor-geral do Campus Palmas

Octaviano Sidnei Furtado

Diretor-geral do Campus Paraíso do Tocantins

Antônio da Luz Junior

Diretor-geral do Campus Porto Nacional

Lilissanne Marcelly de Sousa

LISTA DE SIGLAS

AUDIN- Unidade de Auditoria Interna
CAP- Coordenação de Arquivo e Protocolo
CALP- Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio
CCE- Coordenação de Comunicação e Eventos
CGAB- Chefia de Gabinete do Reitor
CTM- Coordenação de Transporte e Manutenção
CSC-Coordenação de Supervisão de Projetos
DAP- Diretoria de Administração e Planejamento
DES- Diretoria de Ensino Superior
DEAD- Diretoria de Ensino à Distância
DGP- Diretoria de Gestão de Pessoa
DPG- Diretoria de Pós-Graduação
DREI- Diretoria de Relações Institucionais
DPI- Diretoria de Políticas e Projetos Institucionais
DTI- Diretoria de Tecnologia da Informação
GEO- Gerência de Execução Orçamentária
NIT- Núcleo de Inovação Tecnológica
PROAD- Pró- Reitoria de Administração
PROEN- Pró- Reitoria de Ensino
PROEX- Pró- Reitoria de Extensão
PROPI- Pró- Reitoria de Pesquisa e Inovação
PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRODI- Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional
SGAB- Secretaria de Gabinete do Reitor
SIAF- ***Sistema Integrado de Administração Financeira***
SIASG-Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIMEC- Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
TCU- Tribunal de Contas da União
CGU- Controladoria Geral da União

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	11
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE	12
1.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DO IFTO.....	12
1.2. NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.....	17
1.3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	17
1.3.1. Inserção do IFTO no Cenário Socioeconômico do Tocantins	18
1.3.2. Caracterização do Mercado de Educação Superior no Brasil	20
1.3.3. Caracterização do Mercado de Educação Básica no Brasil	23
1.3.4. Empresas que Atuam Ofertando Serviços Similares ao IFTO na sua Região de Atuação.....	24
1.3.5. Participação do IFTO na Oferta de Educação no Estado do Tocantins, em 2017.....	28
1.3.6. Análise do Ambiente de Negócio e Principais Riscos do Mercado (Ameaças e Oportunidades) Educacional na Região de Atuação do IFTO.	31
1.3.7. Principais Mudanças Ocorridas nos Últimos Exercícios no IFTO e no seu Cenário de Atuação.	44
1.4. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	44
1.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	47
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	58
2.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	58
2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	55
2.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico do IFTO.....	55
2.1.3. Vinculação dos Plano da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos	55
2.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS	55
2.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	56
2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	56
2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	59
2.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	59
2.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores.....	59
2.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos	61
2.3.6. Informações sobre a realização das receitas.....	61
2.3.7. Informações sobre a execução das despesas	62
2.3.8. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.....	66
2.4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	74
2.4.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	90
2.5. INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	92

3.	GOVERNANÇA.....	93
3.1.	DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA.....	93
3.2.	ATUAÇÃO DA UNIDADE DE INTERNA	94
3.2.1	Sobreposição de carga horária – Pronatec.....	94
3.3.	ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS.....	95
3.4.	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	95
4.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	97
4.1.	GESTÃO DE PESSOAS	97
4.1.1.	Estrutura de pessoal da unidade	97
4.1.2.	Demonstrativo das despesas com pessoal	99
4.1.3.	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	100
4.1.4.	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	101
4.1.5.	Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	103
4.2.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA.....	103
4.2.1.	Gestão da frota de veículos	103
4.2.2.	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	107
4.2.3.	Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	107
4.2.4.	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	110
4.2.5.	Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	115
4.2.6.	Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim	115
4.3	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	116
4.3.1.	Principais sistemas de informações.....	118
4.4	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	121
4.4.1.	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	123
5.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	125
5.1.	CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO.....	125
5.2.	CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	127
5.3.	AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	127
5.4.	MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	128
5.5.	MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	128
6.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	129
6.1.	DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO	129

6.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	129
6.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	130
6.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	131
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	144
7.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	144
7.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	144
7.3. MÉDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	145
7.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COMO DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	145
7.5. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	145
7.6. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	145
7.7. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005	146
8. ANEXOS E APÊNDICES	148
8.1 APÊNDICE – OUTRAS INFORMAÇÕES DA UNIDADE	148
8.1.1 Declarações de integridade do IFTO	148
8.1.2 Fundação de Apoio	153
8.2. ANEXOS	154
8.2.1. Portaria designação da Comissão Central responsável pela prestação de contas IFTO	154
8.2.2. Resolução Consup	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2016.....	20
Quadro 2 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância em Instituições Públicas e Privadas por Região e Modalidade de Oferta.....	21
Quadro 3 - Cursos de nível Graduação Presencial por região e tipo de Instituição.....	22
Quadro 4 - Número de Matrículas na Educação Básica - Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Localização e Dependência Administrativa.....	23
Quadro 5 - Número de Matrículas na Educação Básica - Ensino Regular, Especial e/ou EJA.....	23
Quadro 6 - Relação dos cursos presenciais ofertados pelo IFTO em 2017/1 e previsão para 2017/2.	28
Quadro 7 - Relação dos cursos EaD ofertados pelo IFTO em 2016.....	31
Quadro 8 - Relação dos cursos FIC ofertados pelo IFTO em 2016.....	31
Quadro 9 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Administração.....	31
Quadro 10 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.....	33
Quadro 11 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Ensino.	34
Quadro 12 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Extensão.	35
Quadro 13 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.....	35
Quadro 14 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Araguaína.....	36
Quadro 15 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Araguaínas.....	37
Quadro 16 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Dianópolis.....	38
Quadro 17 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Gurupi.....	39
Quadro 18 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Palmas.....	40
Quadro 19 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Paraíso do Tocantins.....	41
Quadro 20 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Porto Nacional.....	42
Quadro 21 - Informações sobre Áreas ou subunidades estratégicas.....	46
Quadro 22 - Macroprocessos Finalístico Ensino.....	47
Quadro 23 - Macroprocessos Finalístico Pesquisa e Inovação.....	50
Quadro 24 - Macroprocessos Finalístico Extensão.....	51
Quadro 25 - Macroprocessos Finalístico Administração.....	53
Quadro 26 - Macroprocessos Finalístico Desenvolvimento Institucional.....	55
Quadro 27 - Macroprocessos Finalístico Gestão de Pessoas.....	56
Quadro 28 - Objetivos, indicadores e metas IFTO.....	55
Quadro 29 - Ação 20RG.....	56
Quadro 30 - Ação 20RL.....	57
Quadro 31 - Ação 2994.....	58
Quadro 32 - Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados.....	59
Quadro 33 - Informações sobre realização das receitas.....	61
Quadro 34 - Execução das despesas por modalidade de contratação.....	62
Quadro 35 - Execução de Despesas por grupo e elemento de despesa.....	64
Quadro 36 - Concessão de suprimento de fundos - CPGF.....	66
Quadro 37 - Utilização de suprimento de fundos - CPGF.....	66
Quadro 38 - Tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos, sob qualquer forma, no exercício de 2017 - Por Campus.....	68
Quadro 39 - Responsáveis pelos Indicadores Institucionais.....	74
Quadro 40 – Mensuração dos Indicadores do PDI.....	77
Quadro 41 - Resultados dos Indicadores – ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005.	90
Quadro 42 - Força de Trabalho da UPC.....	97
Quadro 43 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	97
Quadro 44 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC.....	98
Quadro 45- Despesas com pessoal.....	99

Quadro 46 - Riscos relacionados à gestão de pessoas.	100
Quadro 47 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	101
Quadro 48 - Composição do Quadro de Estagiários.	102
Quadro 49 - Frota de Veículos IFTO	103
Quadro 50 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.	107
Quadro 51 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.	108
Quadro 52 – Legendas quanto ao Regime	108
Quadro 53 - Legendas quanto ao Estado de Conservação.....	109
Quadro 54 – Restaurante/Lanchonete – Campus Palmas.	110
Quadro 55 – Reprografia – Campus Palmas.	110
Quadro 56 – Cantina e Lanchonete – Campus Araguaína.....	111
Quadro 57 - Lanchonete - Campus Colinas do Tocantins	111
Quadro 58 – Restaurantes e Similares – Campus Paraíso do Tocantins.....	112
Quadro 59 – Cantina e Lanchonete – Campus Porto Nacional	112
Quadro 60 – Cantina e Lanchonete – Campus Dianópolis.....	113
Quadro 61 – Lanchonete – Campus Araguatins	114
Quadro 62 - Lanchonete – Campus Gurupi.....	114
Quadro 63 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	115
Quadro 64 - Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.	115
Quadro 65 - Balanço Financeiro.....	131
Quadro 66 - Balanço Orçamentário.....	132
Quadro 67 - Balanço Patrimonial.....	136
Quadro 68 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	138
Quadro 69 - Demonstrações das variações patrimoniais	141
Quadro 70 - Despesa com publicidade durante o exercício de 2017	146
Quadro 71 - Lista de cursos de graduação que ofertam a disciplina de Libras como matéria obrigatória	146

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Funcional IFTO	45
Figura 2 - MAPA ESTRATÉGICO DO IFTO PARA O PERÍODO 2015-2019.	59
Figura 3 - Evolução do número de denúncias	126
Figura 4 - Evolução do número de reclamações.....	126
Figura 5 - Evolução do número de pedidos de informação	126
Figura 6 - Evolução do número de demandas tratadas	127

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Instrução Normativa TCU nº 72/2013, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Decisão Normativa TCU 161 e 163/2017.

É composto pela apresentação da Visão Geral do IFTO com finalidades, competências institucionais, macro processos finalísticos e de apoio; Planejamento Organizacional, Estrutura de Governança; Relacionamento da Instituição com a Sociedade, Desempenho Financeiro e Informações Contábeis, Áreas Especiais de Gestão: Gestão de Pessoas e Patrimônio, Tecnologia da Informação e Ambiental; Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle, além de informações complementares referentes ao exercício de 2017.

Em 2017, os desafios do Instituto Federal do Tocantins - IFTO no que diz respeito às políticas de contingenciamento, aplicadas pelo Governo Federal, foram muitos. No entanto, esse contexto não impediu o desenvolvimento de ações para consolidação das 12 unidades da instituição, sendo 8 campi (Campus Araguaína, Campus Araguatins, Campus Colinas do Tocantins, Campus Dianópolis, Campus Gurupi, Campus Palmas, Campus Paraíso do Tocantins e Campus Palmas), 3 campi avançados (Campus Avançado Formoso do Araguaia, Campus Avançado Lagoa da Confusão e Campus Avançado Pedro Afonso) e Reitoria.

No ano que passou, foi realizado concurso público para provimento de 20 vagas, entre cargos para técnicos administrativos e professores. Um grande avanço durante 2017 foi a implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, que proporcionou mais celeridade e transparência na tramitação dos processos no âmbito do IFTO.

Quanto às ações de Pesquisa e Extensão, em 2017, o maior evento da instituição: Jornada de Iniciação Científica e Extensão (JICE) aconteceu em consonância com a 3ª Semana Integrada de Ciência e Tecnologia de Gurupi, o que proporcionou a visibilidade da instituição e dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes e servidores, visto que cerca de 15 mil visitantes estiveram no evento.

Como parte do calendário de eventos da instituição, também foram realizados: Jogos dos Estudantes - JIFTO, Jogos dos Servidores, Seminário de Gestão de Pessoas, Festival de Talentos Estudantis (Ifestival), Seminário de Consciência Indígena e Afro-brasileira do IFTO - Inafro Seminário de Consciência Indígena e Afro-brasileira do IFTO (Inafro) e Seminário de Assistência Estudantil, além das ações desenvolvidas nas unidades.

Garantir o fortalecimento os Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado do Tocantins e região por meio da oferta de educação gratuita e de qualidade é a missão do IFTO, nesse sentido, 2018 será um ano de novos desafios e com o olhar voltado para essa missão.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DO IFTO.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO foi criado através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicado no D.O.U. de 30/12/2008, Seção I, tem sua estrutura administrativa definida no Art. 7º do seu Estatuto. Este, por sua vez, foi aprovado pela portaria 195 de 19 de agosto de 2009, e publicado no D.O.U. de 20 de agosto de 2009, Seção I.

O IFTO é uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular, multi campi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos na sua prática pedagógica.

O IFTO tem por responsabilidade institucional a fundamentação em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político institucional, sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

De acordo com a Lei 11.892/2008, no seu art. 6º, são finalidade e características dos institutos federais:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O Instituto Federal do Tocantins é vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação, e integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Consciente de sua responsabilidade na execução das políticas públicas, o IFTO executou suas atividades dentro dos programas de governo do seu orçamento, sempre balizado nas suas definições de Visão, Missão e princípios norteadores, assim instituídos:

Visão: Ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável.

Missão: Proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.

Princípios norteadores: O Instituto Federal do Tocantins, em seu Estatuto, publicado em 19 de agosto de 2009, em seu artigo terceiro, declara como princípios norteadores da instituição:

I – Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II – Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III – Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV - Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; e

V - Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

As ofertas educacionais do IFTO estão organizadas através da educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, da formação inicial e continuada de trabalhadores, em todos os níveis de escolaridade e da educação superior de graduação, através de cursos superiores de tecnologia, de cursos de licenciatura e bacharelado, e de cursos de pós-graduação *latu sensu*.

Em 29 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seu Art. 5º determina “Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”: XXXVIII – Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

O IFTO foi concebido para atuar em todo o Estado, e já é sinônimo de excelência no ensino em todo o Tocantins, pois oferece educação pública de qualidade do ensino básico ao superior.

A Reitoria amparada pelo seu estatuto é um órgão executivo com finalidade de administrar, coordenar e supervisionar todas as atividades do IFTO, sendo composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores.

Administrar, supervisionar, representar e defender os interesses do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia são a missão da Reitoria como dos demais campi que a compõe. A Reitoria, com sede na cidade de Palmas, é composta pelos seguintes Campi: Araguatins, Araguaína, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, e Porto Nacional, sendo estes, por sua vez, independentes e autônomos com personalidade jurídica própria.

A portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, estabeleceu diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e definiu parâmetros e normas para a sua expansão. Os campi avançados de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso são vinculados administrativamente, em caráter excepcional, à Reitoria, e destinado ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada.

O Campus Araguaína foi criado em agosto de 2008, por meio de um Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins e a antiga Escola Técnica Federal de Palmas, herdou o curso Técnico em Enfermagem da então Escola Estadual Técnica de Enfermagem de Araguaína. Seu funcionamento foi autorizado pela portaria nº 862 de 10 de setembro de 2009, emitida pelo Ministério da Educação, o que ocorreu em 11 de setembro de 2009.

Tem papel importante na região, ofertando cursos de qualidade para atender à crescente demanda de profissionais. Com ênfase na oferta de cursos na área da saúde e tecnologia da informação, o campus conta com estrutura de laboratórios de análises clínicas, anatomia e informática, além de outros espaços que contribuem para o aprimoramento do conhecimento teórico aliado à prática. Os cursos voltados para a área de informática atende atualmente a uma das principais demandas do mercado de trabalho. Além da recente ampliação nos ambientes administrativos e educacionais, foi inaugurado em 2013 o bloco de 12

salas de aula, ambiente estudantil de vivência, sala de vídeo e ambiente de atendimento individual, dentre outros espaços importantes para a unidade.

O Campus Araguatins, oriundo da memorável Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, criada pelo Decreto nº. 91.673 em 20 de setembro de 1985 foi designada a funcionar com o 1º e 2º graus profissionalizantes com habilitação em Agropecuária, Agricultura e Economia Doméstica, tendo sido inaugurada em 23 de março de 1988.

Em 16 de novembro de 1993 (Lei nº 8.731) a Escola foi convertida em Autarquia Federal, oferecendo os cursos de Ensino Médio e cursos de Técnico Agrícola nas Habilitações de Agricultura, Agroindústria e Zootecnia.

O Campus é uma verdadeira escola fazenda composta por diversos setores para a prática nas áreas de Agropecuária, merecendo destaque a apicultura, avicultura, suinocultura, ovinocultura, bovinocultura, equinocultura, piscicultura, agroindústria, fruticultura, culturas anuais (mandioca, milho, feijão, arroz, soja e cana-de-açúcar), mecanização agrícola, topografia, irrigação e drenagem, olericultura, jardinagem, cooperativismo, extensão rural, produção de mudas e agrossilvicultura.

Além disso, possui laboratórios de análises de solo, biologia, bromatologia, física, hardware, informática, microbiologia, microscopia, química e sistemas.

O Campus dispõe de uma infraestrutura adequada ao seu funcionamento, sendo que, entre eles podemos destacar um ginásio poliesportivo, uma piscina semiolímpica, um bloco com 24 (vinte e quatro) salas de aula, centro de cultura e centro de capacitação.

O Campus Avançado Formoso do Araguaia iniciou suas atividades em 2014/01. Em 07 de Abril de 2014 foi feita a nomeação do Diretor através da portaria nº 178/Reitoria/IFTO, publicada no diário oficial nº 67 de 08/04/2014, sendo que este se instalou provisoriamente em uma sala na Secretaria Municipal de Educação, situada na Av. JK, Quadra 21, Centro, onde dividiu espaço com o setor de transporte escolar do município. A autorização ministerial quanto ao funcionamento se deu através da portaria nº. 27 de dia 21 de janeiro de 2015, publicada no D.O.U. seção 1, do dia 22 de janeiro de 2015.

Inicialmente foram ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, através do Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico em Emprego – PRONATEC, sendo oferecidos 4 cursos, os quais foram ministrados na Escola Municipal Dalci Barros Milhomen situada a Avenida Jorge Montel, s/n, no Jardim Planalto, nos períodos matutino e noturno.

A prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia se comprometeu em ceder uma escola para implantação da Unidade Avançada e uma área de 32 ha, sendo que os trâmites processuais de doação ocorreram no durante o ano de 2014.

Em 30 de Julho de 2014, iniciou-se as atividades do Campus Avançado Lagoa da Confusão. Em 09 de Maio de 2014 foi feita a nomeação do Diretor através da portaria nº 242/2014/Reitoria/IFTO, publicada no diário oficial nº 88 de 12/05/2014.

O Campus Avançado Lagoa da Confusão encontra-se funcionando em prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Lagoa da Confusão, conforme Of. SEMEC nº 137/2013, de 10 de novembro de 2013. A sede definitiva será construída em área a ser federalizada, conforme doação realizada por meio da Lei Municipal nº 651/2014 de 11 de agosto de 2014.

Inicialmente foram ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, através do Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico em Emprego – PRONATEC, sendo oferecidos 2 cursos.

O Campus Avançado de Pedro Afonso foi criado a partir da federalização do Colégio Estadual Agrícola Dr. José de Souza Porto, que, instituído pelas Leis Estaduais nº 8.022/75 e nº 9.504/84, funciona como Unidade Escolar desde 1973. Por meio da resolução nº 342, de 19/9/1985, do Conselho Estadual de Goiás, teve aprovada a Grade Curricular em que se habilitava a formar técnicos em Agropecuária.

Em 2012 implantaram-se dois novos cursos: Técnico em Logística e Técnico em Açúcar e Alcool, de acordo com a Resolução CCE-TO nº 108 de 22 de junho de 2012. Ao longo de sua trajetória, o Colégio Estadual Agrícola teve 20 Diretores em 18 Gestões.

Em junho de 2014, o Governo do Estado do Tocantins cedeu a área e as instalações do Colégio Estadual Agrícola Dr. José de Souza Porto ao Instituto Federal do Tocantins, através do Decreto nº 5.037 de 9 de maio de 2014, passando a se chamar Campus Avançado Pedro Afonso.

Com o intuito de estabelecer ações conjuntas durante o período de transição, a Secretária de Educação do Estado e o IFTO firmaram Termo de convênio para programar ações, somar e convergir esforços, destinar recursos e outras providências. Além disso, foi instituída uma Comissão, por meio da Portaria n.º 264/2014/REITORIA/IFTO, responsável pela convalidação dos atos pedagógico-administrativos e outras providências, inclusive a regularização de matrícula dos alunos que se encontravam em curso no Colégio Agrícola.

O Campus Avançado Pedro Afonso, situado na Av. das Mongubeiras, nº 410 – Setor Aeroporto, possui uma área total de 2.952.400m², sendo 7.800m² de área construída.

O Campus Colinas do Tocantins foi instituído na conjuntura da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, regulamentada em agosto/2011. Em 10 de junho de 2014 o IFTO-Colinas do Tocantins teve sua autorização de funcionamento em razão da portaria 505 expedida pelo MEC. Assim, o primeiro ano de vida do Campus começa a dar seus primeiros passos em um prédio alugado pela Reitoria, onde funcionava a FUNDAMAN (Fundação Maçônica de Assistência ao Menor), situado à Avenida Tiradentes, nº 399, setor Campinas. O prédio que irá receber o Campus definitivamente encontra-se em fase de construção, na Avenida Bernardo Sayão, s/n setor Santa Maria, com previsão de entrega para 2016.

No dia 6 de junho de 2014, em ação da Reitoria Itinerante, o município é privilegiado com a aula inaugural do Instituto Federal do Tocantins, Campus Colinas do Tocantins. Compareceram ao momento histórico o Diretor pró-tempore, Paulo Hernandes Gonçalves da Silva, o então Prefeito de Colinas do Tocantins José Santana Neto, membros da comunidade local e alunos oriundos do primeiro processo seletivo que preencheu 70 vagas para o Curso de Técnico em Informática na modalidade subsequente.

O curso acima citado teve seu Projeto Pedagógico (PPC) apresentado pelo diretor do Campus no dia 17 de junho de 2014 e iniciou suas aulas no dia 04 de agosto de 2014 recebendo neste dia as primeiras turmas de alunos do IFTO-Colinas do Tocantins

O Campus Dianópolis encontra-se sediado no município de Dianópolis, cidade polo da mesorregião Sudeste do estado do Tocantins, que é composta por vinte municípios. Em 2008 a região Sudeste do Tocantins foi reconhecida como Território da Cidadania e vem desenvolvendo alguns projetos e ações em busca do desenvolvimento regional sustentável. O Campus apresenta uma vocação naturalmente agrícola, pois surgiu a partir da doação, por parte do Estado do Tocantins, de uma área rural de aproximadamente 593 ha, onde funcionou, por muitos anos, a Fundação Agroindustrial São José, mais conhecido como Instituto de Menores de Dianópolis. Além da vocação agrícola, o campus também desenvolve o potencial na área de informática.

Tendo em vista o compromisso em assumir seu papel institucional, o Campus Dianópolis vem concretizando ações voltadas para a sua infraestrutura, iniciou-se nos anos de 2012 e 2013 a construção de 2(dois) blocos de salas de aula, em 2013 foi iniciada a construção de 1(um) auditório como também a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento de Link de Internet, buscando assim proporcionar meios capazes de atingir os objetivos de cunho pedagógico e social proposto pela organização.

O funcionamento do Campus Dianópolis foi autorizado pela Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013 do Ministério da Educação, tendo suas aulas iniciado dia 13 de maio de 2013 com um total de 150 vagas ofertadas nos Cursos: Técnico em Informática e em Agropecuária Subsequentes ao Ensino Médio, distribuídas nos três turnos. No segundo semestre de 2013 foram ofertadas mais 150 vagas nos mesmos cursos, além de cursos de curta duração pelo Pronatec. No primeiro semestre de 2014 foram selecionados 60 estudantes para cursar: Técnico em Informática e em Agropecuária Integrados ao Ensino Médio. A projeção para 2014 é de ofertar mais 90 vagas para os Cursos: Técnico em Informática Subsequente ao Ensino Médio e 30 vagas para o curso superior de Engenharia Agrônômica.

O Campus Gurupi, instalado no edifício da antiga unidade do Centro Universitário da UNIRG, foi doado pela Prefeitura Municipal de Gurupi e ocupa uma área de 20.000m². O campus foi inaugurado oficialmente em 1º de fevereiro de 2010, mas suas atividades foram iniciadas no segundo semestre do mesmo ano. O campus Gurupi é considerado referência no ensino técnico na região sul do Estado. Atualmente oferece o curso superior licenciatura em artes cênicas, os cursos técnicos subsequentes em agronegócios, edificações e arte dramática, curso proeja em operações comerciais e ensino médio integrado em agronegócio.

O Campus Palmas, instituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 de criação do Institutos Federais, iniciou sua história em 1991, quando o Governo do Estado do Tocantins disponibilizou a área para construção de sua estrutura.

A chamada Escola Técnica Federal de Palmas foi criada com a publicação da Lei nº 8.670, de 30.06.1993, e, após longo período de procedimentos para a sua construção, veio a funcionar a partir do dia 10.03.2003, com três cursos técnicos: Edificações, Eletrotécnica e Informática.

Até então, o Estado do Tocantins dispunha de três unidades da Rede Federal de Educação Profissional: a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA); a Escola Técnica Federal de Palmas (ETF-Palmas); e a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Paraíso do Tocantins.

Atualmente o Campus Palmas oferece os cursos técnicos subsequentes em Agrimensura, Edificações, Eletrotécnica, Mecatrônica, Controle Ambiental, Informática, Segurança do Trabalho, Secretariado; os cursos técnicos integrados ao ensino médio em Agrimensura, Agronegócio, Eletrotécnica, Mecatrônica, Informática, Administração e Eventos; os Cursos Superiores de Tecnologia em Agronegócio, Sistemas Elétricos, Sistemas para Internet, Gestão e Turismo e Gestão Pública; os cursos superiores de Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática e bacharelado em Engenharia Civil; os cursos médios na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos em Atendimento e Manutenção e Operação de Microcomputadores; e o curso de Pós-graduação *latu sensu* em Telemática.

O Campus Palmas oferece ainda cursos técnicos subsequentes na Modalidade de ensino à Distância, em quinze cidades do Estado do Tocantins, Polos do EaD: Agroecologia; Administração; Secretariado; Informática para internet; Manutenção e Suporte em informática; Marketing; Controle Ambiental; Segurança do Trabalho.

O campus conta com 80 salas de aula (entrega planejada até o fim de 2019), uma biblioteca de mais de 25.000 volumes alojados em mais de 1.700 metros quadrados, além de 36 laboratórios, nas áreas de segurança do trabalho, gestão rural, informática, geoprocessamento, biologia, construção civil, hidráulica, física, hospedagem, robótica, mecatrônica, industrialização e topografia.

O Campus Paraíso do Tocantins, antiga Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Palmas, originou-se da federalização do Centro de Educação Profissional de Paraíso - CEP e fez parte do Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Implantado em 2007, o campus Paraíso do Tocantins teve suas aulas iniciadas no dia 5 de novembro do mesmo ano, e sua inauguração oficial ocorreu em 8 de novembro.

Este Campus dispõe de uma área de 19,73 hectares. Sua estrutura conta com 15 salas de aula (768 m²), biblioteca com mais de 8.300 volumes numa área construída disponível de 168,65 m², Ginásio de Esportes (1.128,60 m²) com banheiros, vestiários e salas administrativas, Auditório com dois camarins e dois banheiros (200,36 m²), laboratórios de abate suíno, informática, hortigranjeiro, saneamento e alimentos, além de ambientes administrativos.

O Campus Porto Nacional, foi inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, consolidando um dos frutos do Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo suas aulas iniciadas em 02 de agosto do mesmo ano. Atualmente, é ofertado os cursos superiores em licenciatura em computação e tecnologia em logística, os técnicos subsequentes em informática e logística e o ensino médio integrado em meio ambiente e a administração, além do curso Proeja.

Este Campus dispõe de uma área construída de 5.720,19 m². Sua estrutura conta com 28 salas de aula (957,60 m²), biblioteca com mais de 3.200 volumes numa área construída disponível de 247,17 m²,

Ginásio de Esportes (1.694 m²), laboratórios de química, biologia, física, informática, além de ambientes administrativos.

1.2. NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

1.2.1 Normas de criação e alteração

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, criou em todo país 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, formados a partir da união entre os Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas vinculadas a Universidades. No Tocantins, com a integração da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA) e a Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFTO, formado atualmente por 8 (oito) campi: Araguatins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Dianópolis e Colinas do Tocantins e 3 (três) Campus Avançados: Pedro Afonso, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia, conforme inciso XXXVIII da Portaria Ministerial nº 06 de janeiro de 2009, publicada na Seção 1 do DOU.

1.2.1 Normas de funcionamento

As normas que regem o funcionamento do IFTO são: A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Regimento Geral e Estatuto do IFTO, disponíveis no site oficial da Instituição http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/doc_institucional.php.

1.3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O ensino no Brasil passa por grandes mudanças desde 1990. As principais mudanças nesse período foram:

- grande aumento do número de alunos matriculados no ensino superior, principalmente na rede privada;
- surgimento de novas Instituições de Ensino Superior (IES);
- aprimoramento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); e
- profissionalização dos participantes do mercado, alguns até mesmo abrindo capital na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e realizando aquisições e novos investimentos por todo o País.
- Grande avanço do ensino à distância

Todas essas e outras mudanças afetam o ambiente de atuação do IFTO, que, para se posicionar estrategicamente frente a esses desafios, tem despendido alguns esforços.

Para conseguir atender ao aumento da demanda por vagas no ensino superior, investiu em infraestrutura e na capacitação dos seus servidores, permitindo a oferta de mais e variados tipos de cursos. Tem investido também para este fim em cursos EaD, que são capazes de proporcionar redução de custos e aumento de capilaridade para as IES, por permitir atingir um número maior de estudantes por docente via utilização de recursos tecnológicos, e diminui também a necessidade de ocupação de salas de aula, chega a estudantes que estão em regiões em que não há campus do Instituto. Estas e outras iniciativas se fazem necessárias porque mesmo o IFTO sendo um Instituição pública gratuita, está sujeito à concorrência no mercado de formação profissional, tanto por parte de outras instituições públicas, como por parte de instituições privadas. E uma vez que essa concorrência tem aumentado e se especializado, o IFTO, por exemplo, precisa cada vez mais decifrar seu ambiente. Por esse motivo o IFTO tem realizado, por exemplo, um trabalho de levantamento sistemático dos motivos que tem levado seus alunos ao abandono de cursos, afim de melhorar progressivamente a qualidade do seu ensino.

1.3.1. Inserção do IFTO no Cenário Socioeconômico do Tocantins

Localizado no centro geodésico do Brasil, o Estado do Tocantins situa-se entre os paralelos 5° e 13° de latitude sul e entre os meridianos 45° e 50° de longitude oeste. Com uma população estimada em 1.515.126 habitantes (IBGE, 2015), 78,8% desse total equivale à população urbana, enquanto 21,2% desses habitantes vivem no campo. Constituído por 139 municípios, o Estado possui uma área de 277.720,569 Km² (IBGE, 2015). Essa extensão territorial corresponde a 3,3% do território nacional e a 7,2% da região Norte. Os Estados limítrofes são: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí. É o 6° estado com menor densidade demográfica, 4,98 hab./km, e rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente de R\$818,00 (IBGE, 2015).

Por se localizar em uma área de transição, o Tocantins apresenta características climáticas e físicas tanto da Amazônia Legal quanto da Zona Central do Brasil: a vegetação exibe desde o cerrado, campos limpos ou rupestres, à floresta equatorial de transição, encontrável sob a forma de mata de galeria. O cerrado ocupa uma área superior a 60% da superfície total do Estado. O clima é tropical, com temperatura máxima anual variando entre 30°C e 32,5°C (INPE, 2015). Opulento em recursos hídricos, as principais bacias que cortam o Estado são as do Tocantins, do Araguaia, do Sono, das Balsas, do Paraná e de Manuel Alves. O relevo é formado, predominantemente, por depressões, por planaltos a Sul e Nordeste, e planícies na região central. O ponto mais elevado é a Serra Traíras ou também conhecida como Serra das Palmas, com 1.340 metros, localizada na divisa com Goiás. Exuberante em belezas naturais, o Tocantins foi agraciado por paragens como: a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, localizada na região Sudoeste do Estado, onde também estão o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Nacional Indígena; o Parque Estadual do Jalapão, a Lagoa da Confusão, além de outras riquezas naturais localizadas nos cursos dos rios Tocantins e Araguaia.

Do ponto de vista econômico, mesmo sendo o Estado mais jovem do país, o Tocantins teve um bom desempenho em 2015 (mais recente), registrou um PIB de R\$ 28,93 bilhões, superando o PIB de 2014 em 10,46%. Assim passa a ocupar a 15ª posição no ranking brasileiro (16º em 2014), contribuindo com 0,5% ao PIB nacional (SEPLAN/TO, 2018). Em 2010 o Estado apresentou crescimento superior a todas as Unidades da Federação, ao crescimento da região Norte (9,9%) e do Brasil (7,5%). Segundo dados da SEPLAN/TO (2018), o setor econômico que se destaca no PIB do Tocantins é o de prestação de serviços, que em 2015 representou 72,5% do PIB, seguido pela indústria, que embora tenha crescido em volume, decresceu em participação para 14,5% em 2015, e atividades agropecuárias, que caiu volume e participação, representando apenas 13% em 2015.

No setor agropecuário, fundamental para a economia tocaninense, as principais atividades são a produção de grãos, a pecuária bovina de corte e a fruticultura, sendo esta última atividade responsável pela geração de grande número de empregos diretos e indiretos. Na pauta das exportações, a soja é o carro-chefe, seguida pela exportação de carnes e derivados e, por último, pelo abacaxi. Outra atividade que se desponta no Estado é a produção de biocombustíveis, principalmente a partir da extração dos potenciais energéticos de culturas como a do babaçu, a soja e a do pinhão-manso.

A agroindústria demonstra, igualmente, grande potencial econômico no Estado. Foram implantados cinco distritos agroindustriais nos municípios de Palmas, Porto Nacional, Gurupi, Araguaína e Paraíso do Tocantins, que contribuem não só com a geração de divisas para o Estado como também com renda para as populações locais.

Além disso, o Estado possui excelentes condições materiais para a implantação de projetos de produção de peixes, porque tem uma qualidade de água excepcional, com temperatura estável, o que favorece o desenvolvimento de atividades econômicas na área da aquicultura. Outras atividades que poderão viabilizar investimentos para a geração de emprego e renda, bem como para o desenvolvimento econômico do Estado estão relacionadas ao turismo - destaque para o ecoturismo, o turismo balneário e o turismo cultural. Com cinco áreas de proteção ambiental, contando com riquezas hídricas e praias e com duas cidades com centros históricos tombados como patrimônio histórico (Natividade e Porto Nacional), o

Estado do Tocantins apresenta agudas potencialidades de desenvolvimento econômico a partir dessas modalidades turísticas.

No que tange à infraestrutura, duas obras são de fundamental importância para a economia do estado: a rodovia BR-153 e a Ferrovia Norte-Sul. A primeira, já consolidada, é de inestimável valor para as atividades comerciais, pois é a principal via de escoamento de produção no Estado. Grandes municípios tocantinenses, como Gurupi, Araguaína, Paraíso do Tocantins, Colinas do Tocantins, Guaraí, além de outros, floresceram às margens dessa rodovia, demonstrando a vitalidade dessa estrada tanto para a economia quanto para a história tocantinense. Já a Ferrovia Norte-Sul, ainda em fase de construção, tem seu maior trecho previsto (mais de 500 km) para o Estado do Tocantins. Com a construção dessa ferrovia, a expectativa é de aumentar a capacidade de transporte de baixo custo. Quando estiver em plena operação, a ferrovia será capaz de transportar cerca de 12,4 milhões de toneladas/ano, possibilitando o escoamento da produção e reduzindo significativamente o custo do frete para longas distâncias. Além disso, a obra viabilizará a implantação de novos negócios, além da geração de vários empregos, diretos e indiretos.

Nesse contexto socioeconômico que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins foi criado em dezembro de 2008, por meio da Lei Federal nº 11.892, contando hoje com uma Reitoria, 16 polos de Educação a Distância – EaD –, 8 campi em pleno funcionamento e 3 campi avançados em fase de consolidação, todos localizados em regiões economicamente estratégicas do Estado.

O Instituto Federal edifica-se no seio dos municípios mais populosos do Tocantins; seus campi estão localizados em Palmas (257.904 hab.), Araguaína (164.093 hab.), Gurupi (81.792 hab.), Porto Nacional (51.501 hab.), Paraíso do Tocantins (47.724 hab.), Araguatins (33.524 hab.), Colinas do Tocantins (33.078 hab.) e Dianópolis (20.566 hab.), e os campi avançados estão localizados em Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso; já os polos de EaD estão em Alvorada, Araguatins, Araguacema, Colinas do Tocantins, Cristalândia, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Natividade, Palmas, Palmeirópolis, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Porto Nacional, Taguatinga e Tocantinópolis.

Ao agregar e expandir instituições de educação profissionais já sedimentadas como a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, hoje Campus Araguatins, e a Escola Técnica Federal de Palmas, hoje Campus Palmas, e com a implantação de outros seis campi em pleno funcionamento, e ainda com seus três campi avançados em fase de implantação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins busca formar não só profissionais qualificados para o mundo do trabalho, como também cidadãos preparados para a vida social e política, além, é claro, de contribuir para o desenvolvimento dos diferentes setores produtivos do Tocantins, resguardando as singularidades econômicas, sociais e culturais dos distintos municípios e regiões do Estado.

1.3.2. Caracterização do Mercado de Educação Superior no Brasil

Quadro 1 - Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2016

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Instituições														
	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	2.407	864	1.543	197	86	111	166	65	101	2.004	683	1.321	40	30	10
Pública	296	98	198	108	48	60	10	2	8	138	18	120	40	30	10
Federal	107	64	43	63	31	32	.	.	.	4	3	1	40	30	10
Estadual	123	33	90	39	17	22	1	1	.	83	15	68	.	.	.
Municipal	66	1	65	6	.	6	9	1	8	51	.	51	.	.	.
Privada	2.111	766	1.345	89	38	51	156	63	93	1.866	665	1.201	.	.	.
Norte	156	96	60	17	15	2	10	7	3	122	67	55	7	7	.
Pública	24	20	4	15	13	2	1	.	1	1	.	1	7	7	.
Federal	17	15	2	10	8	2	.	.	.	.	.	.	7	7	.
Estadual	5	5	.	5	5	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Municipal	2	.	2	.	.	.	1	.	1	1	.	1	.	.	.
Privada	132	76	56	2	2	.	9	7	2	121	67	54	.	.	.
Tocantins	24	10	14	2	2	.	2	1	1	19	6	13	1	1	.
Pública	5	3	2	2	2	.	1	.	1	1	.	1	1	1	.
Federal	2	2	.	1	1	.	.	.	.	.	.	.	1	1	.
Estadual	1	1	.	1	1	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Municipal	2	.	2	.	.	.	1	.	1	1	.	1	.	.	.
Privada	19	7	12	.	.	.	1	1	.	18	6	12	.	.	.

Fonte: Sinopse Estatísticas da Educação Superior, 2016, INEP

Quadro 2 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância em Instituições Públicas e Privadas por Região e Modalidade de Oferta

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Total Geral					IF e CEFET				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Brasil	6.554.283	5.083.946	880.167	557.928	32.242	155.783	58.717	44.727	51.999	340
Pública	1.867.477	1.194.443	497.233	143.806	31.995	155.783	58.717	44.727	51.999	340
Federal	1.175.650	806.047	279.953	65.604	24.046	155.783	58.717	44.727	51.999	340
Estadual	577.967	296.591	198.028	75.399	7.949	.	.	.	.	.
Municipal	113.860	91.805	19.252	2.803	-	.	.	.	.	.
Privada	4.686.806	3.889.503	382.934	414.122	247	.	.	.	.	.
Norte	473.479	326.294	117.612	28.852	721	13.268	2.461	5.759	5.048	.
Pública	193.437	93.663	89.489	9.564	721	13.268	2.461	5.759	5.048	.
Federal	148.525	73.815	68.012	5.977	721	13.268	2.461	5.759	5.048	.
Estadual	39.314	14.537	21.209	3.568	.	.	.	.	.	.
Municipal	5.598	5.311	268	19	.	.	.	.	.	.
Privada	280.042	232.631	28.123	19.288	.	.	.	.	.	.
Tocantins	52.751	40.421	9.710	2.397	223	3.140	918	1.264	958	.
Pública	26.048	16.144	8.064	1.617	223	3.140	918	1.264	958	.
Federal	18.708	9.270	7.635	1.580	223	3.140	918	1.264	958	.
Estadual	1.742	1.563	161	18	.	.	.	.	.	.
Municipal	5.598	5.311	268	19	.	.	.	.	.	.
Privada	26.703	24.277	1.646	780	.	.	.	.	.	.

Fonte: Sinopse Estatísticas da Educação Superior, 2016, INEP

Quadro 3 - Cursos de nível Graduação Presencial por região e tipo de Instituição.

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais														
	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	938.732	431.030	507.702	449.853	220.314	229.539	153.480	82.061	71.419	322.935	124.513	198.422	12.464	4.142	8.322
Pública	231.572	87.378	144.194	197.328	80.750	116.578	3.307	102	3.205	18.473	2.384	16.089	12.464	4.142	8.322
Federal	136.598	69.375	67.223	123.889	65.073	58.816	.	.	.	245	160	85	12.464	4.142	8.322
Estadual	76.293	17.962	58.331	66.057	15.677	50.380	61	61	.	10.175	2.224	7.951	.	.	.
Municipal	18.681	41	18.640	7.382	-	7.382	3.246	41	3.205	8.053	.	8.053	.	.	.
Privada	707.160	343.652	363.508	252.525	139.564	112.961	150.173	81.959	68.214	304.462	122.129	182.333	.	.	.
Norte	70.367	50.534	19.833	33.190	22.658	10.532	9.160	7.824	1.336	26.493	19.180	7.313	1.524	872	652
Pública	26.670	14.724	11.946	24.311	13.852	10.459	638	.	638	197	.	197	1.524	872	652
Federal	19.766	11.787	7.979	18.242	10.915	7.327	.	.	.	.	.	.	1.524	872	652
Estadual	6.069	2.937	3.132	6.069	2.937	3.132	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Municipal	835	.	835	.	.	.	638	.	638	197	.	197	.	.	.
Privada	43.697	35.810	7.887	8.879	8.806	73	8.522	7.824	698	26.296	19.180	7.116	.	.	.
Tocantins	6.517	2.604	3.913	2.233	1.004	1.229	1.202	564	638	2.833	950	1.883	249	86	163
Pública	3.317	1.090	2.227	2.233	1.004	1.229	638	.	638	197	.	197	249	86	163
Federal	2.305	1.041	1.264	2.056	955	1.101	.	.	.	.	.	.	249	86	163
Estadual	177	49	128	177	49	128	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Municipal	835	.	835	.	.	.	638	.	638	197	.	197	.	.	.
Privada	3.200	1.514	1.686	.	.	.	564	564	.	2.636	950	1.686	.	.	.

1.3.3. Caracterização do Mercado de Educação Básica no Brasil

Quadro 4 - Número de Matrículas na Educação Básica - Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA), por Localização e Dependência Administrativa

Unidade da Federação	Número de Matrículas na Educação Básica										
	Localização/Dependência Administrativa										
	Total ¹⁻³	Urbana					Rural				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	48.608.093	43.034.708	338.636	15.387.864	18.502.837	8.805.371	5.573.385	57.846	834.950	4.598.899	81.690
Região Norte	5.010.901	3.833.626	38.863	1.580.524	1.767.749	446.490	1.177.275	3.573	207.125	959.969	6.608
Tocantins	404.179	357.894	3.743	146.905	166.134	41.112	46.285	966	14.011	30.310	998

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica, 2017, INEP

Quadro 5 - Número de Matrículas na Educação Básica - Ensino Regular, Especial e/ou EJA

Unidade da Federação	Número de Matrículas na Educação Básica							
	Total ¹⁻⁴	Etapa de Ensino						
		Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Educação Profissional - Formação Inicial Continuada (FIC)	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Educação Especial
		Total ⁵	Total ⁶	Total ⁹	Total ¹¹	Total ¹³	Total ¹⁵	Total ¹⁸
Brasil	48.608.093	8.508.731	27.348.080	7.930.384	1.791.806	39.197	3.598.716	1.066.446
Região Norte	5.010.901	653.615	3.079.138	785.009	106.379	3.265	418.217	95.979
Tocantins	404.179	63.537	249.691	65.045	12.740	520	18.380	12.566

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica, 2017, INEP

1.3.4. Empresas que Atuam Ofertando Serviços Similares ao IFTO na sua Região de Atuação

O IFTO, conforme a artigo 7º da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Lei de criação dos institutos federais) e o decreto 5.840, de 13 de julho de 2006, pode oferta as seguintes modalidades de ensino:

- Ensino profissional integrado ao ensino médio
- Ensino profissional subsequente ao ensino médio
- Ensino profissional concomitante ao ensino médio
- Cursos de formação inicial e continuada;
- Educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos - PROEJA
- Licenciatura
- Programas de formação pedagógica com vistas na formação de professores para a educação básica
- Cursos superiores de tecnologia
- Bacharelados
- Cursos de pós-graduação *latu sensu*
- Cursos de pós-graduação *strictu sensu*

No estado do Tocantins, região de atuação do IFTO, existem, como ele, mais três entidades públicas que ofertam educação de nível superior, sendo elas:

- Universidade Federal do Tocantins - UFT, que, em 2012, já registrava 7 *campi* ofertando 46 cursos (24 bacharelados, 19 licenciaturas e 3 Tecnólogos).
- Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS, universidade estadual que conta com 4 *campi* ofertando 14 cursos.
- Centro Universitário de Gurupi – UnirG, universidade municipal da cidade de Gurupi, ofertando 15 cursos de nível superior.

Em consulta ao sistema e-Mec, disponível no site do Ministério da Educação e da Cultura, no endereço <http://emec.mec.gov.br/>, existe registrada a oferta de 168 cursos de nível superior, distribuídos em 25 municípios, localizados em 79 *campi* (ou polos), conforme distribuição abaixo:

1. Alvorada

1. Centro Universitário Internacional – Uninter
2. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
3. Universidade do Tocantins – UNITINS

2. Ananás

1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
2. Universidade do Tocantins – UNITINS

3. Araguacema

1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
2. Universidade do Tocantins – UNITINS

4. Araguaína

1. Faculdade Católica Dom Orione – FACDO
2. Faculdade de Administração – ITPAC
3. Faculdade de Ciências Contábeis de Araguaína - ITPAC
4. Faculdade de Ciências do Tocantins – FACIT
5. Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína – FAHESA/ITPAC
6. Faculdade de Direito de Araguaína – ITPAC

7. Faculdade de Educação Física de Araguaína – ITPAC
 8. Faculdade de Enfermagem – ITPAC
 9. Faculdade de Farmácia e Bioquímica – ITPAC
 10. Faculdade de Medicina – ITPAC
 11. Faculdade de Odontologia – ITPAC
 12. Faculdade de Pedagogia e Formação de Normalistas de Araguaína – ITPAC
 13. Faculdade de Sistema de Informação – ITPAC
 14. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
 15. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
 16. Centro Universitário Internacional - Uninter
5. Araguatins
1. Faculdade Integrada de Araguatins – FAIARA
 2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
 3. Universidade do Tocantins – UNITINS
 4. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
 5. Universidade Paulista - UNIP
6. Arraias
1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
7. Augustinópolis
1. Faculdade do Bico do Papagaio – FABIC
 2. Universidade do Tocantins – UNITINS
8. Colinas do Tocantins
1. Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas – FIESC
 2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
9. Cristalândia
1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
 2. Universidade do Tocantins – UNITINS
10. Dianópolis
1. Faculdade para o Desenvolvimento do Sudeste Tocantinense – FADES
 2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
 3. Universidade do Tocantins – UNITINS
11. Formoso do Araguaia
1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
12. Guaraí
1. Faculdade Guaraí – FAG
13. Gurupi
1. Centro Universitário UNIRG – UNIRG
 2. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
 3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
14. Lagoa da Confusão

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
2. Universidade Anhanguera - UNIDERP

15. Mateiros

1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
2. Universidade do Tocantins – UNITINS

16. Miracema do Tocantins

1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
2. Universidade Paulista - UNIP

17. Nova Olinda

1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
2. Universidade do Tocantins – UNITINS

18. Palmas

1. Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP
2. Faculdade Católica do Tocantins – FACTO
3. Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde – FAHESA/ITPAC PALMAS
4. Faculdade de Palmas – FAPAL
5. Faculdade de Tecnologia de Palmas – FTP
6. Faculdade ITOP – ITOP
7. Faculdade Serra do Carmo – FASEC
8. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
9. Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo – IEPO
10. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
11. Universidade do Tocantins – UNITINS

19. Paraíso do Tocantins

1. Faculdade de Administração de Empresas de Paraíso do Tocantins – FAP
2. Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins – FCJP
3. Faculdade de Educação Ciências e Letras de Paraíso – FECIPAR
4. Faculdade de Sistemas de Informação de Paraíso do Tocantins – FSIP
5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO

20. Pedro Afonso

1. Faculdade Rio Sono – RISO
2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO

21. Pium

1. Faculdade Antônio Propício Aguiar Franco – FAPAF

22. Porto Nacional

1. Faculdade Presidente Antônio Carlos – FAPAC
2. Faculdade São Marcos – FASAMAR
3. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO

23. Sampaio

1. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto – Estácio Ribeirão Preto

24. Taguatinga

1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
2. Universidade do Tocantins – UNITINS

25. Tocantinópolis

1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT

1.3.5. Participação do IFTO na Oferta de Educação no Estado do Tocantins, em 2017

Quadro 6 - Relação dos cursos presenciais ofertados pelo IFTO em 2017/1 e previsão para 2017/2.

Nº.	CAMPUS	CURSO	Turno	TIPO DE CURSO	2017/1	2017/2	regime de oferta
1	Araguaína	Análise e desenvolvimento de sistemas	noturno	Tecnologia	40	0	anual
2	Araguaína	Análises clínicas	Vespertino	Subsequente	40	40	semestral
3	Araguaína	Enfermagem	Matutino	Subsequente	40	40	semestral
4	Araguaína	Biotecnologia	Integral	Médio Integrado	40	0	anual
5	Araguaína	Operador de computador	noturno	Proeja - FIC	40	0	anual
6	Araguaína	Informática	Integral	Médio Integrado	80	0	anual
7	Araguaína	Gestão da produção industrial	noturno	Tecnologia	40	0	anual
8	Araguatins	Agronomia	Integral	Bacharelado	40	0	anual
9	Araguatins	Agropecuária	Integral	Médio Integrado	200	0	anual
10	Araguatins	Agropecuária	Matutino	Subsequente	40	0	anual
11	Araguatins	Ciências biológicas	noturno	Licenciatura	40	0	anual
12	Araguatins	Computação	noturno	Licenciatura	40	0	anual
13	Araguatins	Redes de computadores	Integral	Médio Integrado	35	0	anual
14	Colinas do Tocantins	Agropecuária	Matutino	Subsequente	40	40	anual
15	Colinas do Tocantins	Agropecuária	Integral	Médio Integrado	40	0	anual
16	Colinas do Tocantins	Informática	Integral	Médio Integrado	70	0	anual
17	Colinas do Tocantins	Computação	noturno	Licenciatura	45	45	semestral
18	Colinas do Tocantins	Agropecuária sustentável	noturno	Especialização	0	40	-
19	Dianópolis	Agropecuária	Integral	Médio Integrado	60	0	anual
20	Dianópolis	Computação	noturno	Licenciatura	40	0	anual
21	Dianópolis	Engenharia agrônômica	Integral	Bacharelado	40	0	anual
22	Dianópolis	Informática	Integral	Médio Integrado	60	0	anual
23	Formoso do Araguaia	Agricultura	Vespertino	Subsequente	30	30	semestral
24	Formoso do Araguaia	Informática	noturno	Subsequente	30	30	semestral
25	Gurupi	Agronegócio	Integral	Médio Integrado	35	0	anual
26	Gurupi	Agronegócio	Vespertino	Subsequente	35	35	semestral
27	Gurupi	Operador de computador	noturno	Proeja	35	35	semestral

28	Gurupi	Teatro	noturno	Licenciatura	40	0	anual
29	Gurupi	Edificações	Integral	Médio Integrado	35	0	anual
30	Gurupi	Administração	Integral	Médio Integrado	35	0	anual
31	Gurupi	Gestão pública	noturno	Tecnologia	40		anual
32	Gurupi	Engenharia civil	Integral	Bacharelado	35		anual
33	Gurupi	Arte educação	noturno	Especialização	40		anual
34	Lagoa da Confusão	Agricultura	Matutino	Subsequente	10	10	semestral
35	Lagoa da Confusão	Informática	noturno	Subsequente	10	10	semestral
36	Lagoa da Confusão	Informática	noturno	Concomitante	25	25	semestral
37	Lagoa da Confusão	Agricultura	Matutino	Concomitante	25	25	semestral
38	Palmas	Administração	Integral	Médio Integrado	40	0	anual
39	Palmas	Agrimensura	Integral	Médio Integrado	40	0	anual
40	Palmas	Agrimensura	Matutino	Subsequente	30	30	semestral
41	Palmas	Agronegócio	Integral	Médio Integrado	40	0	anual
42	Palmas	Agronegócio	noturno	Tecnologia	40	40	semestral
43	Palmas	Atendimento	noturno	Proeja - FIC	40	40	semestral
44	Palmas	Automação industrial	noturno	Subsequente	30	30	semestral
45	Palmas	Edificações	noturno	Subsequente	40	40	semestral
46	Palmas	Educação física	Matutino	Licenciatura	40	0	anual
47	Palmas	Eletrotécnica	Integral	Médio Integrado	30	0	anual
48	Palmas	Eletrotécnica	noturno	Subsequente	30	30	semestral
49	Palmas	Engenharia civil	Integral	Bacharelado	40	40	semestral
50	Palmas	Engenharia elétrica	Integral	Bacharelado	30	30	semestral
51	Palmas	Eventos	Integral	Médio Integrado	40	0	anual
52	Palmas	Física	noturno	Licenciatura	40	0	anual
53	Palmas	Gestão de turismo	noturno	Tecnologia	40	0	anual
54	Palmas	Gestão pública	noturno	Tecnologia	40	40	semestral
55	Palmas	Controle ambiental	Integral	Médio Integrado	40	0	anual
56	Palmas	Informática para internet	Integral	Médio Integrado	40	0	anual
57	Palmas	Letras - língua portuguesa	Matutino	Licenciatura	40	0	anual

58	Palmas	Manutenção e operação de microcomputadores	noturno	Proeja - FIC	40	40	semestral
59	Palmas	Matemática	noturno	Licenciatura	40	0	anual
60	Palmas	Mecatrônica	Integral	Médio Integrado	30	0	anual
61	Palmas	Secretariado	noturno	Subsequente	40	40	semestral
62	Palmas	Segurança do trabalho	noturno	Subsequente	40	40	semestral
63	Palmas	Sistemas para internet	Matutino/Noturno	Tecnologia	60	60	semestral
64	Palmas	Telemática	noturno	Especialização	30	0	anual*
65	Paraíso do Tocantins	Administração	noturno	Bacharelado	40	0	anual
66	Paraíso do Tocantins	Agroindústria	Integral	Médio Integrado	30	0	anual
67	Paraíso do Tocantins	Alimentos	Vespertino	Tecnologia	40	0	anual
68	Paraíso do Tocantins	Química	noturno	Licenciatura	40	0	anual
69	Paraíso do Tocantins	Informática	Integral	Médio Integrado	30	0	anual
70	Paraíso do Tocantins	Matemática	noturno	Licenciatura	40	0	anual
71	Paraíso do Tocantins	Meio ambiente	Integral	Médio Integrado	60	0	anual
72	Paraíso do Tocantins	Sistemas de informação	noturno	Bacharelado	40	0	anual
73	Pedro Afonso	Agropecuária	Matutino	Subsequente	35	35	anual
74	Pedro Afonso	Agropecuária	Vespertino	Concomitante	40	40	semestral
75	Pedro Afonso	Informática	noturno	Subsequente	35	35	semestral
76	Porto Nacional	Administração	Integral	Médio Integrado	40	0	anual
77	Porto Nacional	Computação	noturno	Licenciatura	40	40	semestral
78	Porto Nacional	Informática para internet	Integral	Médio Integrado	40	0	anual
79	Porto Nacional	Informática	Vespertino	Subsequente	40	40	semestral*
80	Porto Nacional	Vendas	noturno	Subsequente		40	
81	Porto Nacional	Logística	noturno	Tecnologia	40	40	semestral
82	Porto Nacional	Meio ambiente	Integral	Médio Integrado	40	0	anual
TOTAL DE VAGAS POR SEMESTRE					3270	1175	
TOTAL					4445		

Quadro 7 - Relação dos cursos EaD ofertados pelo IFTO em 2016.

Ofertantes	Cursos	Polos					Vagas
Campus Palmas	Administração	Palmas					50
	Guia de Turismo	Palmas					50
	Marketing	Araguaína					50
	Informática para Internet	Araguaína					50
Campus Paraíso	Meio Ambiente	Palmas	Mateiros	Araguacema			300
Campus Araguaína	Gerência em Saúde	Araguaína	Araguaçu	Alvorada	Taguatinga	Tocantinópolis	250
Total de vagas							750

Quadro 8 - Relação dos cursos FIC ofertados pelo IFTO em 2016.

Campus/Campus Avançado	Curso	Tipo	Vagas
Formoso do Araguaia	Princípios e aplicações da agroecologia	Formação Inicial	20
Formoso do Araguaia	Normalização de trabalhos técnico-científicos	Formação Continuada	30
Formoso do Araguaia	Auxiliar em orientação educacional	Formação Continuada	30
Formoso do Araguaia	Informática e novas tecnologias	Formação Continuada	20
Formoso do Araguaia	Normalização de trabalhos técnico-científicos	Formação Continuada	20
Formoso do Araguaia	Auxiliar em orientação educacional	Formação Continuada	30
Formoso do Araguaia	Introdução ao linux	Formação Continuada	20
Lagoa da Confusão	Operador de computador	Formação Inicial	30
Lagoa da Confusão	Recepcionista	Formação Inicial	35
Lagoa da Confusão	Assistente administrativo	Formação Inicial	35
Pedro Afonso	Operador de computador	Formação Inicial	35
Pedro Afonso	Inglês básico	Formação Continuada	40
Pedro Afonso	Especialização técnica em conservação de grãos	Formação Continuada	40
Colinas do Tocantins	Libras intermediário	Formação Inicial	48
Colinas do Tocantins	Manejo na aplicação de agroquímicos	Formação Inicial	115
Colinas do Tocantins	Nivelamento	Formação Inicial	80
Colinas do Tocantins	Criação de frangos e galinhas caipiras	Formação Inicial	40
Palmas	Ilustrador	Formação Inicial	125
TOTAL			793

1.3.6. Análise do Ambiente de Negócio e Principais Riscos do Mercado (Ameaças e Oportunidades) Educacional na Região de Atuação do IFTO.

Durante os trabalhos do PDI IFTO 2015-2019, houve a aplicação de formulários a todas as unidades estratégicas do instituto a fim de medir e analisar como cada *campus* e pró-reitorias visualizavam o seu ambiente de negócio, além de apontar quais os principais riscos a realização de suas atividades.

Os quadros abaixo representam uma análise preliminar do ambiente de negócios e dos principais riscos do mercado de atuação do IFTO. Além disso já se encontra consolidado o Plano de Gestão de Risco do IFTO, que descreve um panorama muito mais completo sobre o ambiente interno da Instituição.

Quadro 9 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Administração

Variáveis estruturais (internas)

Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acessibilidade aos gestores para discussão de problemas e soluções aos desafios.	Alto	Adequação do quadro de pessoal as futuras demandas da pró-reitoria.	Alto
Capacitação e comunicação periódica com as equipes responsáveis pela fiscalização.	Alto	Alta rotatividade dos servidores na pró-reitoria.	Alto
Condições de trabalho e ambiente interno da equipe.	Alto	Ausência de sistemas administrativos e de controle.	Alto
Frota de veículos atualizada.	Médio	Deficiência na atuação do controle interno durante o acompanhamento dos processos.	Alto
Gestão dos processos internos da pró-reitoria.	Médio	Deficiência no processo de repasse de informações entre as pró-reitorias e/ou departamentos.	Alto
Pontualidade na execução das atividades, dentro dos cronogramas institucionais e governamentais.	Alto	Dificuldades no processo de fiscalização de contratos.	Alto
Utilização de dispositivos legais para redução dos não cumprimentos contratuais.	Alto	Falta de planejamento na utilização do transporte.	Baixo
		Falta de um sistema informatizado de gerenciamento de almoxarifado e patrimônio do IFTO.	Alto
		Gestão da Tecnologia da Informação deficiente e/ou inadequada.	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Ampliação dos programas de capacitação dos servidores do IFTO.	Alto	Burocratização na concessão de benefícios para capacitação.	Médio
		Dificuldade de acesso as informações fiscais e tributárias junto aos órgãos governamentais.	Alto
		Falta de padronização nas informações fornecidas pelos órgãos de controle (internos e externos).	Alto

Quadro 10 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acesso facilitado a todos os pró-reitores.	Alto	Concentração de poder decisório em determinadas órgãos da instituição.	Médio
Capacidade técnica da equipe e sua integração.	Alto	Dificuldade na aquisição de obras para o acervo bibliográfico interno, e de ferramentas para a realização dos trabalhos.	Médio
Criação de uma estrutura dedicada para as atividades de planejamento institucional.	Alto	Falta de capacitação específica para a demanda técnica da pró-reitoria, ofertada pelo Instituto Federal do Tocantins.	Médio
Qualidade do ambiente de trabalho.	Alto	Falta de comunicação, a nível institucional, entre as pró-reitorias.	Médio
Rede de apoio na gestão de tecnologia da informação junto aos <i>campi</i> .	Médio	Falta de equipe para a situação futura de consolidação da infraestrutura do Instituto Federal do Tocantins (Manutenção).	Alto
		Falta de estrutura de cargos para o suporte das atividades da pró-reitoria (não cumprimento do organograma originalmente proposta em sua criação).	Alto
		Falta de estrutura de telecomunicações moderna conectando os <i>campi</i> do Instituto Federal do Tocantins.	Alto
		Falta de gestão unificada da tecnologia da informação, fazendo com que as decisões sobre o assunto não levem em consideração as opiniões técnicas.	Alto
		Falta de um sistema de gerenciamento das informações sobre segurança, meio ambiente e qualidade.	Médio
		Falta de uma previsão e/ou planejamento das demandas enviadas para solução nesta pró-reitoria.	Alto
		Falta e /ou falha da estruturação do departamento de tecnologia da informação.	Alto
		Trabalho de planejamento a nível institucional ainda em fase de implantação.	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Aumento constante no repasse de recursos de investimento do Governo Federal.	Alto	Exigências demasiadamente rígidas do Governo Federal na aplicação dos recursos de infraestrutura.	Alto

Possibilidade de acesso a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal do Tocantins.	Alto	Legislação proibitiva na contratação de serviços de apoio.	Alto
		Não reconhecimento das particularidades do funcionamento dos institutos federais, bem como do público atendido pelo mesmo.	Alto
		Programas de capacitação ofertados, que em sua maioria, não podem contar com a participação dos servidores, devido a morosidade da legislação vigente.	Médio

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 11 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Ensino.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Alto nível de compreensão, por parte de todos os membros da equipe, de suas atividades e tarefas.	Alto	Características da descentralização das decisões dos <i>campi</i> .	Alto
Compromisso da equipe com a solução de demandas.	Médio	Compromisso da equipe interna com suas atribuições regimentares.	Médio
Divisão participativa de tarefas dentro da pró-reitoria.	Alto	Falta de pessoal para a área operacional da pró-reitoria.	Médio
Poder decisório da pró-reitoria distribuído na equipe.	Médio	Falta de uma identidade institucional do IFTO, que ainda se encontra em um processo de amadurecimento.	Alto
Qualidade do ambiente de trabalho.	Alto		
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
		Desencontro e choque de legislações dos órgãos governamentais.	Alto
		Falta de estrutura e/ou apoio por parte do Ministério da Educação e do INEP.	Alto
		Forma de funcionamento das comissões do IFTO.	Alto
		Não cumprimento da legislação de acessibilidade pelos campi do Instituto Federal do Tocantins.	Alto
		Não cumprimento das legislações internas e externas, por departamentos do Instituto Federal do Tocantins.	Alto

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 12 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Extensão.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Comprometimento da equipe com os resultados.	Alto	Boa parte dos regulamentos das atividades de extensão ainda em construção.	Médio
Descentralização e autonomia na aplicação dos recursos para as atividades de extensão.	Médio	Equipe de trabalho reduzida.	Médio
Qualidade do ambiente de trabalho.	Médio	Falta de estrutura administrativa mínima para atividades de extensão nos <i>campi</i> .	Médio
		Falta de sistemas informatizados para o suporte de informações.	Alto
		Perca da visão sistêmica do funcionamento da pró-reitoria devido à falta de pessoal operacional.	Médio
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Alta oferta de fomento externo para os cursos de extensão (FIC).	Médio	Baixa atratividade dos programas e projetos de extensão do Instituto Federal do Tocantins	Médio
Aumento da procura de alunos pelos cursos regulares oriundos dos programas governamentais.	Médio	Desmotivação pela extensão voluntária.	Alto
		Falta de sensibilização das empresas quanto aos programas de estágio do Instituto Federal do Tocantins.	Médio
		Oferta de recursos de extensão na forma de programas de governo, e não como políticas públicas.	Alto

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 13 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Cotas de bolsas institucionais de pesquisa.	Alto	Atividades do NIT (Núcleo de inovação tecnológica) ainda em estado inicial.	Médio
Credibilidade do trabalho desenvolvido pela pró-reitoria junto aos <i>campi</i> do instituto.	Alto	Baixa aderência a atividades de pesquisa pelos doutores do Instituto Federal do Tocantins.	Alto
Facilidade de acesso aos outros órgãos, pró-reitorias e <i>campi</i> da instituição.	Médio	Falta de entendimento dos pesquisadores sobre o processo burocrático das atividades de pesquisa.	Médio

Instalações físicas (Infraestrutura e equipamentos).	Médio	Falta de sistemas informatizados para a coleta de dados e apoio a decisão.	Alto
O bom ambiente de trabalho e a grande união da equipe.	Alto	Falta de uma base de dados unificada e consolidada dos servidores do Instituto Federal do Tocantins.	Médio
Vocação institucional para a produção tecnológica.	Alto	Falta de uma cultura institucional voltada também para a pesquisa, inovação e empreendedorismo.	Médio
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Boa oferta de editais externos para desenvolvimento de pesquisa.	Médio	A falta de uma identidade institucional consolidada do Instituto Federal do Tocantins.	Alto
Celebração de termos de cooperação técnica e/ou parcerias com outras instituições de ensino superior, órgãos públicos e empresas do setor privado.	Alto	Baixa receptividade do Instituto Federal do Tocantins aos seus novos servidores.	Baixo
Políticas governamentais de fomento, específicas para instituições de ensino superior situadas na região norte	Médio	Falta de estrutura de telecomunicações	Alto
Quadro docente de alto nível acadêmico para o desenvolvimento de produção científica.	Médio	Falta de um ambiente industrial desenvolvido para a expansão da pesquisa aplicada.	Médio
		Legislação sobre a atividade com caráter impositivo.	Alto
		Necessidade de uma atuação eclética do professor em relação as modalidades de ensino ofertadas pelos institutos federais.	Médio
		Prazos restritivos quando nas solicitações de dados pelos órgãos externos de controle.	Baixo
		Uma política de gestão de pessoas, por parte do Instituto Federal do Tocantins, desatualizada.	Médio

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 14 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Araguaína.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Equipe de servidores multidisciplinar	Médio	Clima Organizacional Desfavorável, disputas internas	Médio
Gestão articulada com Reitoria e órgãos públicos	Alto	Infraestrutura deficiente (atividades meio e fim)	Alto
Gestão Democrática	Alto	Quantidade de servidores insuficiente	Alto
Localização geográfica do <i>campus</i>	Médio	Tamanho da área	Alto
Qualificação dos Servidores	Alto	Turn-over de Servidores	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	

Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Baixo nível de qualificação profissional da região	Alto	Área insuficiente, impossibilitando expansão do <i>campus</i>	Alto
Localizada no polo de desenvolvimento regional	Alto	Ausência de infraestrutura e serviços públicos, como pavimentação asfáltica, iluminação e segurança nas adjacências do <i>campus</i>	Alto
Parcerias com Setor Público e a Iniciativa Privada	Alto	Orçamento Limitado	Alto
Políticas de Expansão da Rede Federal	Médio	Proliferação de instituições Privadas que ofertam Educação Profissional e Tecnológica Presenciais e a Distância.	Médio
Principal instituição pública na oferta de educação profissional técnica da região	Médio	Redução das demandas pelos cursos ofertados e elevada evasão escolar	Médio

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 15 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Araguatins.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acervo Bibliográfico.	Alto	Análise do desempenho interno dos educandos.	Alto
Alojamento.	Alto	Atuação profissional: baixa proatividade.	Alto
Assistência estudantil à permanência dos alunos.	Alto	Comunicação e integração entre os setores da comunidade interna.	Alto
Autonomia administrativa e financeira.	Médio	Controle patrimonial.	Alto
Equipamentos / mobiliário.	Alto	Disciplina (Observação a regras, etiqueta).	Alto
Identificação do estudante com o <i>campus</i> .	Alto	Divulgação das ações institucionais.	Alto
Infraestrutura física.	Alto	Indicadores de desempenho dos servidores.	Alto
Projetos de pesquisa e extensão.	Alto	Integração entre os discentes e servidores dos diversos cursos.	Alto
Qualidade do ensino técnico.	Alto	Integração escola e comunidade.	Alto
Recursos humanos especializados.	Alto	Planejamento das ações administrativas e pedagógicas.	Alto
Refeitório.	Alto	Plano de capacitação de servidores.	Alto
		Relações interpessoais.	Alto
		Responsabilidade social.	Alto
		Segurança interna.	Alto
		Transparência das ações administrativas e pedagógicas.	Alto
		Tratamento de resíduos e efluentes.	Médio
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Existência da rede federal de ensino tecnológico para trocas de tecnologias e métodos.	Médio	A política governamental (momento econômico). Instabilidade das políticas públicas educacionais.	Alto

Grande demanda de estudantes para continuidade da formação profissional (níveis médio, superior e pós-graduação).	Alto	Baixo nível do ensino fundamental da região (alunos despreparados)	Alto
Intercâmbio (Ciência sem fronteiras).	Alto	Distância de alguns fornecedores; dificuldade de aquisição de bens e serviços	Médio
Localização geográfica e estratégica do <i>campus</i> Araguatins: favorecimento da logística, bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins, transição de bioma.	Alto	Drogas ilícitas	Alto
Necessidade de novos cursos.	Alto	Interesses de alguns alunos apenas pelas disciplinas do currículo básico, deixando como laterais as disciplinas técnicas.	Médio
O fortalecimento do agronegócio brasileiro aumenta a demanda por mão-de-obra especializada.	Alto	Investimento em infraestrutura no município (equipamento urbano). Estrada para o <i>campus</i>	Alto
O IFTO está inserido numa região de forte presença da economia agropecuária.	Alto	Regulamentação da linha de ônibus pelo poder municipal	Alto
Região com a maior quantidade de projetos de assentamentos federais (INCRA) rurais do Estado do Tocantins.	Alto	Rotatividade de pessoal	Alto
		Sombreamento de cursos (concorrência direta/substituto perfeito)	Alto

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 16 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Dianópolis.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acessibilidade aos gestores para discussão e soluções de problemas e sugestões	Médio	Acompanhamento de egressos	Médio
Ações da Assistência Estudantil	Alto	Infraestrutura	Alto
Comprometimento da equipe com as atividades institucionais	Alto	Quadro de servidores	Alto
Interação entre os departamentos para diferentes situações	Alto	Rotatividade de servidores	Alto
Qualificação dos Docentes e Técnicos Administrativos em Educação	Alto		
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Imagem da instituição frente a sociedade local	Alto	Comunicação e Marketing	Alto
Localização geográfica do <i>campus</i> na região	Alto	Oferta do transporte escolar	Alto
Política de expansão e/ou ampliação da instituição na região	Alto	Oportunidade de estágio na região	Alto
Procura por cursos técnicos e FIC	Alto	Qualidade do transporte escolar	Alto

Única instituição pública de ensino técnico e tecnológico gratuita	Alto		
--	------	--	--

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 17 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Gurupi.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acervo bibliográfico atende ao curso de Artes Cênicas.	Alto	Ausência de Cantina.	Médio
Acesso à formação e aperfeiçoamento continuado.	Médio	Ausência de copiadora.	Alto
Alta disponibilidade da direção e equipe em receber a atender a comunidade.	Alto	Ausência de eventos científicos.	Médio
Ambientes climatizados.	Alto	Ausência de sistema de gestão de processos e protocolo.	Alto
Concessão de fomento, servidores e discentes.	Alto	Ausência de um sistema que possibilite a matrícula e renovação de matrícula on-line.	Alto
Elevado nível de qualificação dos servidores.	Alto	Baixa participação em reuniões.	Médio
Empenho e dedicação da equipe na execução das tarefas rotineiras.	Alto	Baixo índice de participação dos servidores na tomada de decisões.	Alto
Equipamentos de informática atualizados.	Alto	Deficiência no controle de acesso de público as dependências do <i>campus</i> .	Alto
Frota moderna e que atende as demandas.	Alto	Dificuldade de comunicação interna para auxiliar no processo de tomada de decisão.	Médio
Incentivo socioeconômico.	Médio	Espaço físico inadequado para a gerência de administração.	Alto
Instrumento para concessão de diárias e passagens para capacitação e manutenção das atividades.	Alto	Espaço físico insuficiente para expansão do <i>campus</i> .	Alto
Orientação e acompanhamento de projetos por estruturas técnicas e de controle.	Alto	Estacionamento inadequado.	Alto
Participação em programas institucionais.	Alto	Estrutura física precária no prédio.	Alto
Produção em pesquisa e extensão.	Alto	Falta de acessibilidade no <i>campus</i> .	Alto
Professores capacitados.	Alto	Falta de clareza no repasse de informações por parte da pró-reitoria de administração, quanto aos repasses financeiros.	Alto
Professores com DE (Dedicação exclusiva).	Alto	Falta de pessoal para grande demanda de atividades do <i>campus</i> .	Alto
Visitas técnicas	Alto	Falta de sistema integrado para gestão de pessoas, patrimônio, almoxarifado, protocolo, biblioteca e frota.	Alto
		Falta de um setor responsável pela organização de eventos da instituição.	Alto
		Falta de uma equipe de licitação própria no <i>campus</i> .	Alto
		Falta de uma impressora exclusiva para a coordenação de gestão de pessoas.	Médio

		Imagem do IFTO junto à comunidade (vídeo institucional).	Alto
		Implementação do SIGA-EDU.	Médio
		Inexistência de estrutura de rede lógica adequada (serviços de internet).	Alto
		Inexistência de garagem para veículos oficiais.	Alto
		Infraestrutura deficitária.	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Ampliação do sistema viário.	Alto	Acomodação diante das estruturas e recursos disponíveis	Alto
Aumento de parcerias com setores públicos e privados.	Alto	Concorrência com outras instituições (SESI, SENAI, UNIRG, UFT)	Alto
Contribuir com a qualificação profissional da região.	Alto	Demora na entrega de produtos adquiridos em licitações	Alto
Crescimento do agronegócio no município e sul do estado.	Alto	Desvio de foco na interação entre ações em desenvolvimento	Alto
Facilidade de construir parcerias para viabilização de estágios e convênios.	Alto	Falta de pessoal para a grande demanda de atividades	Alto
Fortalecimento da cultura.	Alto	Falta de regularidade no repasse de recursos por parte da união	Alto
Intercâmbio.	Alto	Não liberação de mais vagas por parte do governo para contratação de servidores para ampliação das atividades do <i>Campus</i>	Alto
Localização do município favorável para logística viária.	Médio	Não obtenção de área externa para crescimento do <i>campus</i> .	Alto
Parceria com empresas (jovem aprendiz).	Alto	Transferência de servidores	Alto
Políticas públicas de fomento à educação e cultura.	Alto	Transporte público deficitário	Alto
Promoção de suporte técnico às atividades econômicas locais.	Médio		

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 18 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Palmas.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Democracia institucional	Alto	Avaliação de desempenho	Alto
Gestão descentralizada	Alto	Carga horária docente	Alto
Localização Geográfica	Alto	Compromisso dos servidores	Alto
Qualificação docente	Alto	Comunicação com a sociedade	Alto
Regime de trabalho	Alto	Comunicação interna	Alto
		Identidade institucional	Alto
		Infraestrutura defasada	Alto
		Modelo gerencial burocrático	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	

Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Apoio do governo federal	Alto	Concorrência	Alto
Atuação do Estado do Tocantins	Alto	Confiança da sociedade	Alto
Imagem perante a sociedade	Alto	Inexistência do plano de desenvolvimento regional do governo do estado	Alto
Parcerias com IES públicas e privadas	Alto		
Parcerias com organismos da sociedade civil	Alto		

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 19 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Paraíso do Tocantins.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acesso à internet com alta velocidade (100 Mbps)	Alto	Acompanhamento de egressos insuficiente	Alto
Alto grau de qualificação dos servidores	Alto	Baixa efetividade no planejamento de ações administrativas e pedagógicas	Alto
Apoio ao estabelecimento e participação de representatividade classistas (alunos e servidores)	Alto	Controle patrimonial inadequado	Alto
Autonomia administrativa e pedagógica	Alto	Desenvolvimento de ações com vistas à responsabilidade social	Alto
Busca pela excelência na prestação de serviços	Alto	Desenvolvimento de ações pouco integradas entre os setores	Alto
Busca pela execução da gestão democrática	Alto	Diagnóstico de desempenho de alunos e evasão	Alto
Busca pela modernização da infraestrutura em ambientes administrativos e pedagógicos	Alto	Dificuldade na comunicação interna e divulgação de ações administrativas e pedagógicas	Alto
Dedicação de servidores na execução das atividades	Alto	Estrutura de rede lógica <i>wireless</i> interna	Médio
Disponibilidade de acervo bibliográfico	Alto	Excessiva burocracia em regulamentos internos	Médio
Disponibilidade de veículos institucionais para suporte nas atividades	Alto	Falta de sistema de monitoramento interno por vídeo	Alto
Fomento a execução de projetos de Pesquisa e Extensão	Alto	Garagem e almoxarifado com espaço inadequado	Médio

Fomento a visitas técnicas e participação em eventos (alunos e servidores)	Alto	Identidade institucional pouco assimilada pela comunidade interna e externa	Alto
Fomento financeiro para a permanência dos alunos nos cursos (auxílio transporte e alimentação)	Alto	Inexistência de plano de capacitação de servidores	Alto
Identificação dos estudantes com o <i>Campus</i>	Alto	Infraestrutura (carência de laboratórios específicos)	Alto
Regime de trabalho que busca considerar as necessidades individuais dos servidores	Alto	Participação pouco efetiva de comunidade na tomada de decisões	Alto
		Pouca integração com a comunidade externa	Alto
		Problemas em relações interpessoais servidor-servidor e servidor-aluno	Alto
		Quadro de servidores insuficiente para atender toda a demanda com qualidade	Alto
		Rotatividade de servidores	Médio
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Aumento do desenvolvimento da região, impulsionado pelo agronegócio, setor de serviços, proximidade da capital e ferrovia	Alto	Baixa qualidade do ensino ofertado na região	Alto
Carência regional por educação pública de qualidade	Alto	Comunidade externa não percebe o <i>Campus</i> como presente no seu dia-a-dia	Alto
Investimento do Governo Federal na Educação	Alto	Credibilidade prejudicada por eminência de greves	Alto
Localização Geográfica em relação ao Estado do Tocantins, Região Norte e Centro-oeste (potencial logístico)	Alto	Dificuldade de acesso ao <i>Campus</i> (falta de pavimentação e transporte coletivo inadequado)	Alto
Programa Ciências Sem Fronteiras	Médio	Instabilidade política (momento econômico, eleições, manifestações sociais)	Alto
		Localização geográfica em relação ao município (distante 12 km do centro da cidade)	Alto
		Poucas oportunidades de estágio remunerado	Alto
		Baixa qualidade do ensino ofertado na região	Alto

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 20 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Porto Nacional.

Variáveis estruturais (internas)	
Forças	Fraquezas

Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Autonomia Administrativa e financeira	Alto	Alguns laboratórios ainda estão em fase de implantação	Médio
Bolsas de incentivo de qualificação para servidores	Alto	Alto índice de evasão escolar	Alto
Equipe em constante capacitação	Alto	Banco equivalente dos docentes não supre a demanda desejada	Alto
Estrutura física (equipamentos, mobiliários e laboratórios) adequada à demanda do <i>Campus</i>	Alto	Comunicação entre os setores e a comunidade	Médio
Gestão autônoma articulado com a Reitoria e Políticas Públicas	Alto	Divulgação das ações institucionais	Médio
Gestão democrática	Alto	Poucos Projetos de Pesquisa e Extensão	Alto
Identificação do estudante com o <i>Campus</i>	Médio	Programa de desenvolvimento pessoal	Médio
Oferta de bolsas para alunos	Alto	Quantidade de servidores insuficiente	Alto
Programa de Assistência estudantil implantado (psicólogo, auxiliar de enfermagem, assistente social, pedagogos, etc.)	Bom	Rotatividade de servidores	Alto
Quadro docente multidisciplinar	Médio	Softwares para serviços administrativos	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Ampliação da rede Federal de ensino tecnológico	Alto	Concorrência com outras instituições de ensino público e privado	Médio
Centro tecnológico instalado na Região, demandando grande procura por profissionais qualificados;	Alto	Formação básica deficiente dos alunos ingressos	Alto
Estágio supervisionado	Alto	Inserção dos profissionais formados no <i>campus</i> no mercado de trabalho	Alto
Localização geográfica estratégica para o desenvolvimento da região	Alto	Instabilidade das políticas públicas devido ao momento econômico	Médio
Parcerias com o setor público e privado	Alto	Políticas públicas não interligadas entre as três esferas de governo.	Médio

Possibilidade de ofertar novos cursos	Alto	Quantidade de Cursos Ofertados insuficientes para atender a demanda do Mercado	Médio
---------------------------------------	------	--	-------

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

1.3.7. Principais Mudanças Ocorridas nos Últimos Exercícios no IFTO e no seu Cenário de Atuação.

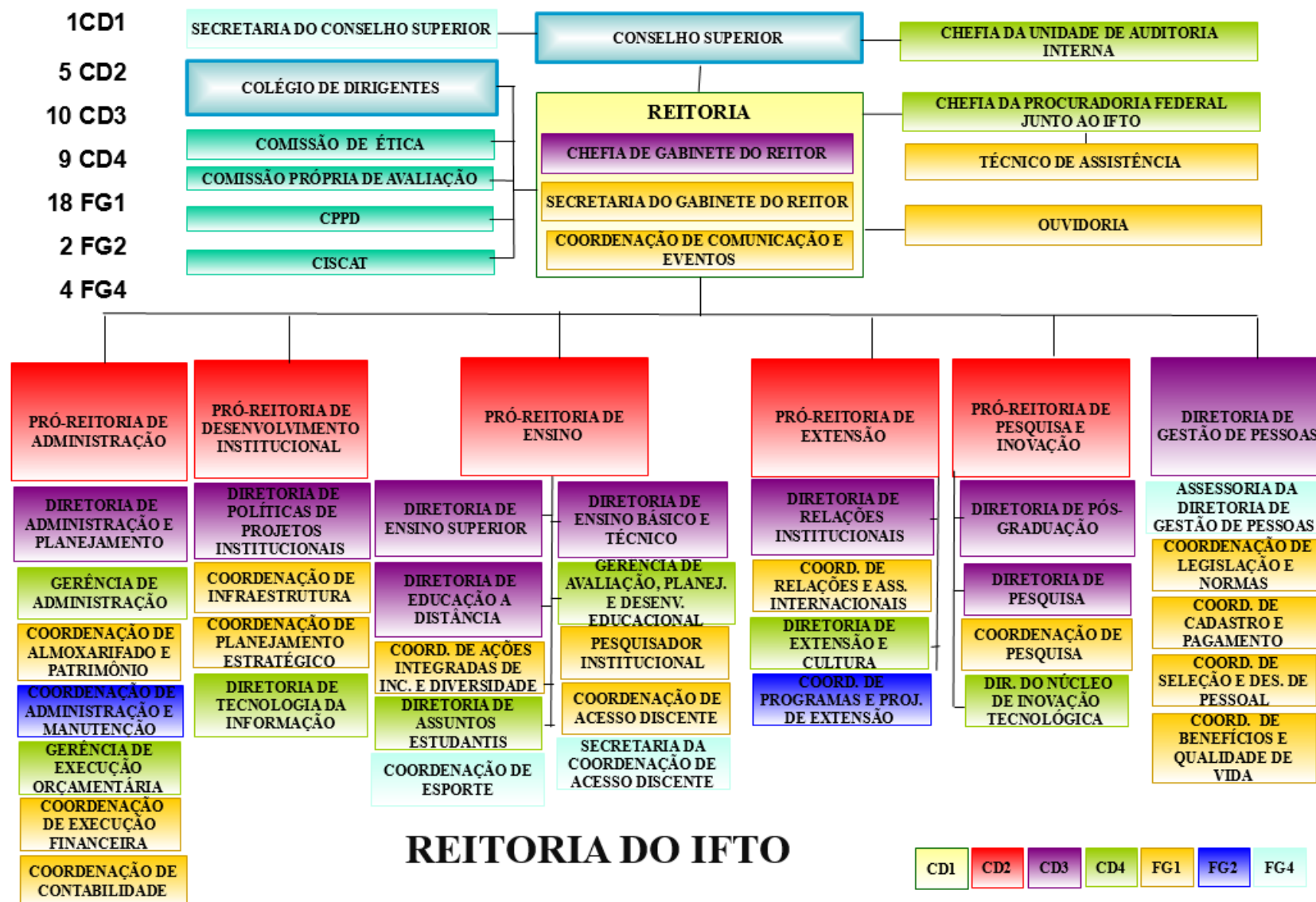
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins foi criado pela Lei 11.892, sancionada em 29 de dezembro de 2008, sendo esta a data de sua criação. Na sua origem o IFTO era composto pelas unidades de Araguatins e Palmas, naquela época Escola Agrotécnica Federal de Araguatins e Escola Técnica Federal de Palmas, hoje, após seis anos de sua criação, contamos com, além das unidades originais, os *campi* de Araguaína, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional e ainda, os *campi* avançados de Formoso do Araguaia, de Lagoa da Confusão e de Pedro Afonso.

Em oito anos presenciamos um crescimento vigoroso de nossa instituição, com a construção de novos *campi*, o aumento da oferta de vagas e de modalidades de ensino, a ampliação de nossas políticas de atendimento aos discentes, a estruturação do nosso quadro de docentes e técnicos administrativos.

Nossas metas para os próximos exercícios estão registradas em nossos objetivos estratégicos, visando a continuidade do nosso crescimento com a oferta de um serviço educacional de ótima qualidade, apoiando o desenvolvimento da sociedade.

1.4. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura 1 - Organograma Funcional IFTO



Quadro 21 - Informações sobre Áreas ou subunidades estratégicas.

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Reitoria	A Reitoria é o órgão executivo do IFTO, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia	Francisco Nairton do Nascimento	Reitor	Integral
Pró-reitoria de Ensino	À Pró-Reitoria de Ensino compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão em todos os Campi	Ovídio Ricardo Dantas Júnior	Pró-reitor de ensino	Integral
Pró-reitoria de Administração	À Pró-Reitoria de Administração compete viabilizar as ações que envolvam os setores orçamentários e financeiros do IFTO, cuidar de todos os destaques orçamentários destinados ao IFTO, conforme descentralizações realizadas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), trabalhar de forma conjunta com todas as outras Pró-Reitorias, Diretorias Gerais dos Campi e Gabinete;	Rodrigo Soares Lelis Gori	Pró-reitor de administração	Integral
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	À Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional compete fortalecer a identidade institucional, propor alternativas organizacionais que visam o constante aperfeiçoamento da gestão, expandir, ampliar, construir e/ou reformar e contribuir para a descentralização e melhoria da gestão do IFTO.	Danilo Gomes Martins	Pró-reitor de desenvolvimento institucional	Integral
Pró-reitoria de Extensão	À Pró-Reitoria de Extensão compete articular e coordenar as atividades de extensão de diversos setores do IFTO através de programas, projetos, prestação de serviços, atividades culturais, cursos e eventos em todas as suas áreas de atuação;	Paula Karini Dias Ferreira Amorim	Pró-reitor de extensão	Integral
Pró-reitoria de pesquisa e inovação	À Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação compete planejar, coordenar e supervisionar as atividades de pós-graduação e dar incentivo e apoio à pesquisa; ampliar os cursos de Pós-Graduação <i>Strictu Sensu</i> , mestrados e doutorados, financiados pela Capes/SETEC; implantar e consolidar as práticas de pesquisa, visando o fortalecimento das mesmas no IFTO;	Augusto Cesar dos Santos	Pró-reitor de pesquisa e inovação	Integral

1.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos podem ser entendidos como agrupamentos de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização ou ainda como grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização cumpre sua missão, gerando valor para o cliente / cidadão.

Ainda segundo a portaria, neste contexto, os macroprocessos finalísticos referem-se à essência da organização, caracterizam a atuação da organização e estão diretamente relacionados aos seus objetivos estratégicos e à geração de produtos/serviços para o cliente interno ou externo.

Os macroprocessos do IFTO estão registrados em seu Estatuto e Regimento Geral; estes constituem os elementos que permitem uma visão lógica e estruturada do funcionamento interno da instituição, sendo estabelecidos em bases legais e regimentais, bem como nos resultados esperados segundo as necessidades do Estado e da sociedade.

Elementos fundamentais na estrutura do Planejamento organizacional, os macroprocessos do IFTO especificam como o instituto atua para cumprir com sua missão de proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional, a partir da caracterização das demandas e das necessidades dos clientes, descrevendo os produtos e os serviços a serem entregues, bem como os processos que os produzem.

Esse enfoque favorece o estabelecimento de indicadores de capacidade e a adoção de melhorias em metodologias de trabalho e instrumentos de controle, de forma a atender às necessidades dos clientes e maximizar o desempenho institucional. Os macroprocessos finalísticos do IFTO podem ser classificados em: Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão. Por sua vez, os macroprocessos de apoio compreendem: Administração, Desenvolvimento Institucional e Gestão de Pessoas.

A seguir, são apresentados os macroprocessos definidos para o Instituto, com os respectivos processos, produtos, clientes e necessidades. Destaca-se que esse modelo lógico de visão sistêmica do IFTO está em constante construção. De tal modo, as definições dos macroprocessos e de seus respectivos processos poderão evoluir, por meio de ampliações, eliminações e redefinições de seus escopos.

Quadro 22 - Macroprocessos Finalístico Ensino

MACROPROCESSO FINALÍSTICO ENSINO		
DESCRIÇÃO		
Tem por objetivo planejar, desenvolver, controlar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão em todos os <i>campi</i> .		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino Superior: Emite pareceres sobre assuntos relativos ao ensino superior; Assessora os demais órgãos do IFTO em matéria de sua competência; Articula e supervisiona com as coordenações de cursos, os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos superiores de graduação; Presta apoio técnico aos nos processos de criação, reestruturação, extinção e reconhecimento de cursos; Promove a avaliação da oferta de vagas do ensino superior;	Campi, Governo e Sociedade	Diretoria de Ensino Superior
Ensino Básico e Técnico: Supervisiona e auxilia no planejamento, execução e avaliação das ações implementadas pelas várias instâncias do IFTO;	Campi, Governo e	Diretoria de Ensino Básico e Técnico

Auxilia no planejamento e no acompanhamento da capacitação dos docentes e técnico-administrativos; Colabora com o Ministério Público Federal no acompanhamento e aplicação de leis ordinárias, pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE); Assessora na definição dos critérios dos processos seletivos para admissão aos cursos do IFTO, no âmbito do ensino básico e técnico; Supervisiona a oferta e a adequação dos cursos no âmbito de sua atuação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI); Desenvolve programas de incentivo à formação dos estudantes ou de iniciativas extracurriculares; Promove, auxilia e desenvolve projetos de incentivo à implantação de novas práticas educacionais e de modernização dos ambientes didáticos; Colabora com a coleta e disseminação de dados e informações relativos aos cursos oferecidos no IFTO, bem como os dados dos quadros de pessoal docente e técnico administrativo para os sistemas de informações, no âmbito do ensino básico e técnico; Auxilia na elaboração de projetos de criação, implantação, reformulação e/ou extinção e avaliação de cursos; Mantém atualizadas as informações referentes aos cursos, no âmbito de sua competência, bem como divulgar em articulação com o setor responsável pela Tecnologia da Informação, na página oficial do IFTO, as informações relativas aos mesmos; Desenvolve e executa programas de certificação Colabora com pesquisas, levantamento de dados e de Arranjos Produtivos Locais que justifiquem a oferta de Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio; Auxilia na articulação junto aos do IFTO para elaboração de projetos de curso, editais, chamadas públicas; Faz relatórios anuais de atividades;	Sociedade	
Ensino à Distância: Desenvolve uma cultura institucional favorável à incorporação das tecnologias digitais ao ensino-aprendizagem nas diferentes modalidades e níveis de ensino; Apoia, acompanha e controla o uso das tecnologias digitais no ensino presencial dos cursos regulares do IFTO; Promove o acesso ao ensino técnico e superior a jovens e adultos, mediante programas de Educação a Distância; Fomenta a interação e articulação interinstitucionais para a execução de projetos de Educação a Distância; Assessora a Reitoria e as Pró-reitorias em assuntos relacionados à educação à distância e tecnologias digitais aplicadas à educação, em todos os níveis e modalidades; Promove e aprimora, continuamente, a produção e integração de mídias, metodologias e tecnologias para educação à distância e apoio ao ensino presencial; Promove a capacitação e o aperfeiçoamento contínuo de servidores para o uso de tecnologias digitais no ensino a distância; Busca a cooperação de instituições locais e estrangeiras, com o objetivo de desenvolver a educação à distância em parceria; Organiza e acompanha a aplicação das tecnologias digitais nos programas de formação desenvolvidos pelo IFTO e pelos seus parceiros;	Campi, Governo e Sociedade	Diretoria de Ensino à Distância
Avaliação, Planejamento e Desenvolvimento Educacional: Participa do processo de avaliação e planejamento institucional; Auxilia no desenvolvimento e operação dos sistemas de informação do IFTO;	Campi, Governo e	Gerência de Avaliação, Planejamento e Desenvolvimento Educacional

Participa do planejamento, implantação e avaliação das ações e políticas de ensino, nos do IFTO, em consonância com as diretrizes emanadas da SETEC/M e com as diretorias de ensino superior, básico e técnico; Incentiva e promove ações que venham a contribuir para o crescimento, o fortalecimento e desenvolvimento acadêmico de todos os níveis de ensino; Acompanha, supervisiona e avalia os processos, planos e projetos de natureza acadêmica, objetivando viabilizar a sua execução financeira e administrativa no âmbito do IFTO; Promove reuniões com os diretores e/ou gerentes de ensino dos <i>campi</i>, buscando a qualidade e a eficiência das atividades pedagógicas e/ou administrativas; Acompanha e supervisiona as atividades desenvolvidas nas Coordenações de Registros Escolares dos <i>campi</i>; Apoia e acompanha as Comissões dos Processos Seletivos; Promove o diagnóstico sistemático e permanente, visando à avaliação quantitativa e qualitativa do ensino no âmbito do IFTO; Auxilia na elaboração do planejamento e das metas do IFTO; Participa das análises dos cursos de formação inicial e continuada, técnico de nível médio, superior de graduação e pós-graduação; Assessora na celebração de convênios com vias a implementação de cursos;	Sociedade	
Pesquisador Institucional: Acompanha a atualização dos dados do IFTO junto aos sistemas de controle do MEC; Acompanha, articula e supervisiona junto aos Auxiliares Institucionais as informações dos <i>campi</i>, em relação aos censos de educação; Acompanha os processos de reconhecimento, renovação de reconhecimento e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos nos sistemas do MEC/e-MEC; Orienta e apoia os Coordenadores de Cursos quanto à aplicação das avaliações do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes; Coleta, tabula e disponibiliza dados obtidos dos censos da educação para elaboração dos Relatórios de Gestão; Orienta e apoia os <i>campi</i> no preenchimento dos dados nos sistemas de controle do MEC, por meio do Auxiliar Institucional; Analisa todos os dados educacionais obtidos, visando à melhoria da qualidade do ensino no IFTO; Subsidia o IFTO com informações que possam justificar toda e qualquer atividade que necessite de confirmação estatística; Promove capacitações aos auxiliares institucionais;	Campi, Governo e Sociedade	Pesquisador Institucional
Ações Integradas de Inclusão e Diversidade: Coordena as ações Integradas de Inclusão e Diversidade; Desenvolve ações articuladas entre as Pró-reitorias do IFTO nas diferentes áreas da Educação, atendendo as demandas de pessoas com necessidades específicas, da população LGBT, da Igualdade Racial e demais segmentos da sociedade;	Campi, governo e Sociedade	Coordenação de Ações Integradas de Inclusão e Diversidade

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

Quadro 23 - Macroprocessos Finalístico Pesquisa e Inovação.

PESQUISA E INOVAÇÃO		
Descrição		
Tem por objetivo planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação, integrada ao ensino e à extensão, bem como promove ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica.		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Pós-Graduação: Assessora a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação na elaboração, aplicação e atualização das políticas institucionais referentes às atividades de pós-graduação; Auxilia na elaboração da proposta orçamentária relacionada às atividades de Pós-Graduação; Atua na articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão; Convoca e preside reuniões relativas à Pós-Graduação; Emite pareceres sobre assuntos relativos à Pós-Graduação; Zela pelo cumprimento dos objetivos, programas e regulamentos institucionais relativos à Pós-Graduação; Propõe parcerias com instituições que atuem na Pesquisa e Pós-Graduação e estabelece relacionamentos com órgãos de fomento à Pós-Graduação; Promove e auxilia a promoção de eventos e editais acadêmico-científicos relacionados à Pós-Graduação; Assessora a elaboração de projetos de cursos de Pós-Graduação visando sua autorização e recomendação junto aos órgãos competentes; Coordena os programas de bolsas institucionais direcionadas a estudantes de Pós-Graduação e a servidores afastados para Pós-Graduação; Efetua a coleta sistemática de dados visando avaliação quantitativa e qualitativa das atividades de Pós-Graduação do IFTO; Apresenta à Pró-reitoria o relatório das atividades desenvolvidas na Pós-graduação;	Campi, Governo e Sociedade	Diretoria de Pós-Graduação
Pesquisa: Assessora a Pró-reitoria na elaboração, aplicação e atualização das políticas institucionais referentes às atividades de pesquisa; Auxiliar na elaboração da proposta orçamentária relacionada às atividades de pesquisa; Atua na articulação entre a pesquisa, o ensino e a extensão; Convoca e preside reuniões relativas à Pesquisa; Emite pareceres sobre assuntos relativos à pesquisa; Zela pelo cumprimento dos objetivos, programas e regulamentos institucionais relativos à pesquisa; Propõe parcerias e promove intercâmbios com instituições que atuem na pesquisa, estabelece relacionamentos com órgãos de fomento à pesquisa; Possibilita meio para captação de recursos externos para a pesquisa junto a órgãos fomentadores; Promove eventos acadêmico-científicos para divulgação das pesquisas realizadas no IFTO; Divulga eventos e editais relativos à pesquisa; Estimula e orienta a criação de grupos de pesquisa no IFTO; Gerencia o Diretório de Grupos de Pesquisa do IFTO no CNPq; Efetua a coleta sistemática de dados visando avaliação quantitativa e qualitativa das atividades de pesquisa do IFTO;	Campi, Agências de Fomento Governo e Sociedade	Diretoria de Pesquisa e Coordenação de Pesquisa

Apresenta à Pró-reitoria o relatório das atividades desenvolvidas na pesquisa; Coordena e acompanha o desenvolvimento dos programas de pesquisa; Apoia e orienta a execução dos regulamentos e editais no âmbito dos programas de iniciação científica; Organiza a comissão de avaliadores para seleção e análise dos projetos de pesquisa no âmbito institucional e acadêmico; Divulga os resultados dos processos seletivos dos programas de iniciação científica vinculados ao IFTO; Divulga os resultados dos programas de pesquisas;		
Inovação Tecnológica: Convoca e preside as reuniões do Núcleo de Inovação Tecnológica; Assegura o cumprimento do Regulamento Interno do NIT; Regulamenta e zela pela execução das demandas do NIT; Mantem as articulações e inter-relações do NIT com as demais instâncias do IFTO, bem como em relação ao setor público e privado; Responsável pela preservação do patrimônio do NIT e gerir a captação de recursos financeiros, de acordo com o regulamento do NIT; Assessora nos em assuntos relativos à Inovação Tecnológica; Assessora a Pró-reitoria de pesquisa e inovação na elaboração das políticas referentes às atividades de Inovação Tecnológica; Realização de eventos relativos à inovação; Zela pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia; Emite pareceres, sobre matérias de sua competência;	Campi, Governo e Sociedade	Direção do Núcleo de Inovação Tecnológico

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

Quadro 24 - Macroprocessos Finalístico Extensão.

EXTENSÃO		
Descrição		
Tem por objetivo planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Relações Institucionais: Promove relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais nacionais e internacionais; Desenvolve ações de integração, nas áreas de acompanha o de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas; Define diretrizes para implementação, nos <i>campi</i>, das políticas de cooperações nacional e internacional em conjunto com a Coordenação de Relações e Assuntos Internacionais do IFTO; Articula a construção contínua e zela pela política de Relações Empresariais e Comunitárias do IFTO; Viabiliza as iniciativas empreendedoras no IFTO; Promove e fortalece a interação entre a Instituição, empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de extensão; Fomenta o fortalecimento da integração entre os e as regiões em que estão inseridos de modo a transformar o conhecimento adquirido em soluções de mercado e na viabilização de recursos para a busca de novas tecnologias sustentáveis;	Campi, Alunos, Empresas, Governo e Sociedade	Diretoria de Relações Institucionais

Orienta a elaboração e formalização de convênios, termos de acordo, cooperação técnica e contratos, resultantes de parcerias externas.		
Relações e Assuntos internacionais: Promove o intercâmbio do IFTO com as instituições e agências de cooperação técnica e científica do Exterior; Divulga as atividades do IFTO, em outros países, no interesse do ensino, da pesquisa e da extensão; Identifica as demandas existentes, nacional e internacionalmente em ensino, pesquisa e extensão; Promove intercâmbio de correspondência com professores visitantes e articular-se com as unidades acadêmicas e coordenações do IFTO para análise de seus currículos; Elabora e supervisiona a execução de programas internacionais entre o IFTO e outras entidades; Realiza contatos com Embaixadas e Consulados, com o Corpo diplomático acreditado no Brasil; Divulga as informações internacionais que chegam à Assessoria para os <i>campi</i>, estudantes e servidores do IFTO; Fornecer informações sobre o IFTO para a comunidade acadêmica internacional; Atende à correspondência internacional; Apoia a recepção de missões, delegações e visitas internacionais ao IFTO; Apoia a organização de missões do IFTO no/ao exterior; Intermedia acordos e convênios institucionais; Instrui os processos de afastamento do País de servidores para missões, participação em congressos e similares ou para cursos de pós-graduação; Identifica novas oportunidades de parcerias internacionais de potencial interesse para o desenvolvimento da IFTO; Apoia e orienta os estudantes e professores estrangeiros participantes de programas de intercâmbios internacionais na regularização de sua situação no Brasil (vistos, acomodação, atividades, entre outros); Representa o IFTO em oportunidades quando se reúnem instituições correlatas.	Campi, Instituições Internacionais, Alunos, Governo e Sociedade	Coordenação de Relações e Assuntos Internacionais
Programas e projetos de extensão: Assessora a Pró-reitoria de Extensão nas atividades pertinentes; Registra, controla e acompanha os Programas e Projetos de Extensão executados no IFTO; Elabora relatório, com auxílio dos <i>campi</i>, referentes às atividades de Extensão realizadas no IFTO; Mantém atualizados os dados sobre projetos e programas de Extensão do IFTO; Mantém sistema de informação sobre as políticas de extensão regional e nacional; Divulga as atividades de extensão desenvolvidas; Mantém cadastro atualizado de docentes, discentes e técnico-administrativos vinculados à execução de projetos e programas de extensão; Apoia as ações de extensão dos <i>campi</i>; Atua no planejamento estratégico e operacional do IFTO, com vistas à definição das prioridades de extensão dos <i>campi</i>; Busca garantir o desenvolvimento da extensão como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento científico e tecnológico; Garante uma política de equidade entre os <i>campi</i>, quanto à avaliação e ao desenvolvimento dos projetos e programas de extensão; Promove e supervisiona a divulgação junto às comunidades interna e externa dos resultados obtidos através dos projetos e serviços de extensão; Promove políticas de aproximação dos servidores e discentes da realidade do mundo do trabalho e dos arranjos e necessidades produtivas, sociais e culturais da comunidade regional; Promove editais para seleção de bolsistas e projetos a serem a pelas políticas institucionais de incentivo ao desenvolvimento de extensão; Viabiliza mecanismos de acesso da sociedade às atividades desenvolvidas pelo IFTO;	Campi, Alunos, Governo e Sociedade	Coordenação de programas e projetos de extensão

Zela pela integração das ações de extensão às necessidades acadêmicas.		
Assuntos Estudantis: Elabora, juntamente com representações dos <i>campi</i>, a Política de Assistência ao Educando (PAE) do IFTO; Propõe e acompanha a implantação do PAE nos do IFTO; Incentiva ações que busquem minimizar os obstáculos que inviabilizem o bom desempenho dos estudantes e sua permanência no IFTO; Elabora, em conjunto com os profissionais da área, projetos que proporcionem a integração do educando dos <i>campi</i>; Promove a prática esportiva, em todas as modalidades, incentivando a competitividade entre os do IFTO, bem como com os outros Institutos Federais; Possibilita a participação dos estudantes em eventos técnico-científicos e os programados por entidades de representação estudantil; Favorece eventos de intercâmbio nacional e internacional que contribuam para a formação do educando; Apoia os Grêmios Estudantis, Centros Acadêmicos (CA) e Diretório Central dos Estudantes (DCE) na realização de suas atividades e na produção de eventos acadêmicos, políticos, culturais e esportivos, bem como atende e encaminha a solicitação de qualquer membro discente ou de suas representações, fortalecendo, assim, o diálogo entre os estudantes e a gestão do IFTO.	Campi, Alunos, Governo e Sociedade	Diretoria de Assuntos Estudantis
Cursos de FIC: Busca parcerias com as empresas de modo a estreitar as relações institucionais; Executa e apoia atividade de extensão com a comunidade; Viabiliza o acesso dos estudantes ao mercado de trabalho; Organiza, acompanha e incentiva o Estágio; Apoia estudantes e egressos, oferecendo divulgação de empresas, agentes de integração e consultoria de pessoal, de vagas para estágio, emprego, e agenciamento de oportunidades como banco de currículos, observatório de oportunidades, entre outras.	Campi, Alunos, Empresas, Governo e Sociedade	Coordenação de cursos de FIC

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

Quadro 25 - Macroprocessos Finalístico Administração.

ADMINISTRAÇÃO		
Descrição		
Tem por objetivo planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de administração, planejamento, gestão orçamentária, financeira e patrimonial do IFTO.		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Administração e Planejamento: Supervisão, execução e avaliação da política de administração do IFTO; Planeja, supervisiona, normatiza e executa as atividades relacionadas à aquisição de materiais, bens e serviços; Orienta e acompanha os contratos no âmbito da Reitoria; Registra e atualiza, de forma permanente, o controle dos bens móveis e imóveis da Reitoria; Concilia, em conjunto com os setores pertinentes, os registros dos lançamentos e saldos patrimoniais e físicos; Solicita e subsidia o processo de avaliação de bens; Acompanha os processos de prestação de contas das descentralizações e dos convênios de responsabilidade do IFTO;	IFTO e Fornecedores	Diretoria de Administração e Planejamento e Gerência de Administração

Orientar o cumprimento do objeto proposto e a aplicação de recursos dos convênios e contratos de responsabilidade do IFTO; Realiza as licitações necessárias à aquisição de materiais e contratação de serviços e obras, na forma da legislação vigente; Avalia os pedidos de solicitação de compras de materiais e contratação de serviços e obras; Encaminha o resultado do processo licitatório à autoridade superior para homologação do procedimento; Orienta os setores solicitantes de materiais e equipamentos sobre a importância da padronização, das especificações e nomenclaturas;		
Supervisão de Contratos: Assessora na elaboração de planos de trabalho, convênios e contratos; Controla, registra, publica e arquiva os convênios contratos assinados pelo IFTO; Elabora e registra os contratos no âmbito da Reitoria;	Concedente, IFTO e Fornecedores	Coordenação de Supervisão de Contratos
Administração e Manutenção: Acompanha, orienta e coordena as atividades relacionadas com os setores de manutenção, vigilância, limpeza, transporte, jardinagem e comunicação na Reitoria do IFTO; Mantem em boas condições de uso e funcionamento os equipamentos, as instalações e os veículos da Reitoria do IFTO; Controla a movimentação de veículos da Unidade, bem como a sua conservação e uso em estrita observância da legislação vigente; Executa outras funções que lhe tenham sido atribuídas.	IFTO	Coordenação de Administração e Manutenção
Almoxarifado e Patrimônio: Realiza o inventário e tomada de contas anual dos almoxarifados do IFTO; Normatizar os procedimentos relativos ao almoxarifado e patrimônio do IFTO; Zela pela correta utilização e controle de material de consumo e permanente da sua Unidade.	IFTO	Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio
Execução Financeira e Orçamentária: Orienta, supervisiona e normatiza os trabalhos e funções da administração orçamentária, financeira e de contabilidade do IFTO; Fiscaliza o registro contábil, segundo o plano estabelecido pela administração superior; Executa a programação orçamentária e financeira do IFTO, conforme os compromissos e recursos disponibilizados pelos órgãos de fomentos; Executa os pagamentos das folhas mensais dos servidores do IFTO; Analisa e consolida as demonstrações contábeis; Subsidia a elaboração da prestação de contas do IFTO, zelando pela regularidade das contas do IFTO; Mantem atualizada a documentação para comprovação da regularidade fiscal do IFTO; Executa o registro de empenhos e pagamentos e concilia a programação financeira do IFTO; Acompanha a execução do plano de contas e a contabilização da receita e despesa; Descentraliza e acompanha a execução do orçamento na Reitoria, Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas e dos <i>campi</i>; registrando a conformidade contábil do IFTO.	IFTO	Gerência de Execução Orçamentária e Coordenação de Execução Financeira

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

Quadro 26 - Macroprocessos Finalístico Desenvolvimento Institucional.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL		
Descrição		
Tem por objetivo planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de desenvolvimento, de tecnologias da informação, de infraestrutura, planejamento estratégico e a articulação entre as Pró-reitorias e os <i>campi</i> .		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Tecnologia da Informação: Planeja, avalia e executa as políticas de tecnologia da informação, em articulação com as Pró-reitorias e as Direções-gerais dos <i>campi</i>; Gerencia o desenvolvimento e a operação dos sistemas de informação; Incentiva e apoia iniciativas no desenvolvimento e utilização de ferramentas de informática, priorizando a modernização administrativa e pedagógica; Supervisiona a aquisição, o desenvolvimento e a implantação de software em articulação com as Pró-reitorias e as Direções-gerais dos <i>campi</i>; Supervisiona a aquisição e a implantação de hardware, em articulação com as Pró-reitorias e as Direções-gerais dos <i>campi</i>; Manter em funcionamento e garantir a integração da rede local, disponibilizando e otimizando os recursos computacionais para seus usuários; Faz levantamentos e estudos de viabilidade para desenvolver e implantar projetos de sistemas de informação para o IFTO; Apoia os núcleos de TI dos <i>campi</i> com treinamento e suporte, sempre que necessário; Propõem diretrizes, normas e padrões para a utilização dos recursos de TI do IFTO.	IFTO	Diretoria de Tecnologia da Informação
Políticas e Projetos Institucionais: Supervisiona o desenvolvimento do planejamento estratégico do IFTO e acompanhar a implantação dos seus Projetos Institucionais, Programas e Planos de Ação; Supervisiona as gerências de Infraestrutura, Higiene e Segurança do Trabalho, Planejamento Estratégico e Gerência Técnica e direcionar suas atuações; Diagnostica problemas existentes e sugere medidas de visando à melhoria continua das atividades vinculadas a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional; Supervisiona e analisa os processos de avaliação da instituição, através de indicadores de desempenho e de qualidade; Supervisiona a Coordenação de Planejamento Estratégico na elaboração, atualização e implementação do Acordo de Metas e Compromissos, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Programa do Plano Plurianual (PPA) e elaborar os diversos planos de ação e projetos estratégicos do IFTO; Supervisiona a implantação de projetos de melhoria na de engenharia, infraestrutura e segurança do trabalho do IFTO; Planejar, juntamente com os outros setores, a elaboração das propostas de utilização do espaço físico dos e da Reitoria.	IFTO	Diretoria de Políticas de Projetos Institucionais
Infraestrutura: Coordena a equipe técnica de infraestrutura, quanto aos serviços de: levantamentos técnicos, vistoria, fiscalização de serviços, obras e manutenções referentes à Reitoria e aos <i>campi</i> do IFTO; Acompanhamento de estudos preliminares e projetos técnicos de construções e reformas de edificações e de equipamentos do IFTO; Fiscaliza a aprovação dos projetos desenvolvidos, junto aos órgãos competentes e realiza avaliação de estruturas e equipamentos existentes e emitir parecer; Coordena a atualização dos registros dos projetos de construções e instalações do IFTO; Avalia as construções existentes e desenvolve planos para manutenção ou recuperação das mesmas;	IFTO	Coordenação de Infraestrutura

Realiza visitas técnicas solicitadas.		
Planejamento Estratégico: Subsidia a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional a partir de levantamento criterioso das potencialidades e fortalezas, desafios e fraquezas dos e da Reitoria; Assessoria a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e Diretoria de Políticas de Projetos Institucionais no levantamento, disponibilização e disseminação das informações gerenciais correlatas; Gerencia e orienta as atividades de planejamento e modernização institucional; Coleta e disponibiliza informações estatísticas do IFTO, para que sejam identificados os pontos estratégicos; Elabora, atualiza e implementa o Acordo de Metas e Compromissos, PDI e o PPA; Executa o planejamento estratégico do IFTO e acompanha a implantação dos seus Projetos Institucionais, Programas e Planos de Ação; Implementa e analisa os processos de avaliação da instituição, através de indicadores de desempenho e de qualidade.	IFTO	Coordenação de Planejamento Estratégico

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

Quadro 27 - Macroprocessos Finalístico Gestão de Pessoas.

GESTÃO DE PESSOAS		
Descrição		
Tem por objetivo planejar, coordenar, executar e avaliar a política de desenvolvimento de gestão de pessoas do IFTO, supervisionar, controlar e acompanhar as atividades na área de administração de pessoal e capacitação de recursos humanos, além de o Reitor e Diretores-gerais dos <i>campi</i> .		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Legislação e Normas: Coordena e executa instrução de processos administrativos e judiciais; Acompanha a tramitação de processos de gestão de pessoas no âmbito do IFTO e da Justiça Federal; Mantêm, atualiza e divulga arquivos de acordo com legislação e jurisprudência relativas à área de pessoal; Analisa e informa processos, emitindo pareceres sobre direitos, vantagens, deveres e obrigações dos servidores objetivando submetê-los à apreciação da autoridade competente, consultando a Procuradoria Federal quando necessário; Propõe e acompanha o cumprimento de atos normativos e procedimentos relativos à aplicação da legislação vigente.	Servidores IFTO e Governo	Coordenação de Legislação e Normas
Cadastro e Pagamento: Planeja, gerencia, orienta e avalia todas as atividades relacionadas ao pagamento do quadro de pessoal do IFTO, bem como, interpretar e aplicar as normas e legislação vigentes; Mantêm atualizados a situação funcional, os benefícios em folha de pagamento e os dados cadastrais dos servidores; Controla os procedimentos de férias; Controla os procedimentos de cadastro e pagamento de estagiários; Acompanhar mensalmente a frequência de pessoal interno e cedido; Implanta progressões funcionais no sistema; Elabora e homologa a folha de pagamento; Distribui comprovantes de pagamento e rendimentos; Providencia a redistribuição de servidores no sistema; Providencia exonerações e rescisões de contratos; Coordena o cronograma de pagamento; Expede declarações de rendimento auferidas para efeito de Imposto de Renda;	Servidores IFTO, TCU e Governo	Coordenação de Cadastro e Pagamento

Cadastra processos judiciais e seus beneficiários no Sistema de Cadastro de Ações Judiciais (SICAJ)/Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE); Fornecer informações dos atos de admissão e desligamento de servidores ao Sistema de Controle do Tribunal de Contas da União (SISAC); Cadastra e atualiza as informações junto ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (PASEP); Mantém atualizadas as informações referentes à aposentadoria e pensões no SIAPE e SISAC.		
Seleção e Desenvolvimento de Pessoal: Propõe políticas, aplica métodos e instrumentos de gestão para a avaliação de desempenho, acompanhamento funcional, estágio probatório e desenvolvimento de carreira; Planeja, coordena e avalia ações que promovam o desenvolvimento e o aprimoramento do servidor; Elabora o plano anual de capacitação do IFTO; Elabora, em parceria com a Coordenação de Benefícios e Qualidade de Vida, programas de orientação e acompanhamento do servidor; Propõe políticas que assegurem a melhoria do desempenho gerencial, funcional e institucional; Executa os procedimentos funcionais e administrativos relativos aos servidores e estagiários; Seleciona os atos administrativos produzidos no IFTO para publicação do Boletim de Serviço; Planeja e implementa ações de registro, controle e movimentação de pessoas.	Servidores IFTO	Coordenação de Seleção e Desenvolvimento Pessoal
Benefícios e Qualidade de Vida: Propõe, executa e avalia políticas que assegurem a melhoria da qualidade de vida e saúde do servidor ativo, aposentados e familiares; Propõe programas de atendimento, orientação e acompanhamento biopsicossocial do servidor; Realiza intercâmbios com outras instituições para estudos e encaminhamentos, em caso de tratamentos específicos; Planeja e executa atividades educacionais e programas de prevenção das doenças ocupacionais; Programa e mantém atualizado banco de dados relativo à saúde do servidor; Realiza ações junto aos servidores que apresentem problemas de desempenho no trabalho, bem como análise de suas causas; Planeja, executa e avalia as ações de saúde e no trabalho; Desenvolve programas de orientação, acompanhamento e preparação para a aposentadoria dos servidores; Mantém atualização cadastral dos benefícios concedidos pela IFTO aos servidores. Promove à inclusão e mantém atualizados os procedimentos relativos à concessão de licença para: tratamento de saúde, acompanhamento de pessoa da família, a gestante, ao adotante, paternidade, por acidente de serviço, licença sem vencimentos e licença para capacitação.	Servidores IFTO	Coordenação de Benefícios e Qualidade de Vida

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O Instituto Federal do Tocantins tem como razão de existir (sua missão) PROPORCIONAR DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NO ESTADO DO TOCANTINS POR MEIO DA FORMAÇÃO PESSOAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL. E deseja no futuro (visão) se tornar REFERÊNCIA NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, COM ÊNFASE NA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE PRODUTOS E SERVIÇOS, PROPORCIONANDO O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.

Tomando por base essa identidade e desejo, e observando também todas as normas que disciplinam o seu funcionamento, o Instituto elaborou o seu planejamento estratégico a partir de um levantamento de fatores internos e externos, definindo 20 objetivos estratégicos para o período de 2015-2019, descritos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e resumidos no quadro 24. Os indicadores e metas físicas para esses objetivos foram estabelecidas no ano de 2016. Para se estabelecer as metas físicas, primeiro o Instituto teve que medir a situação atual dos índices para que pudesse realizar projeções para os próximos anos, até 2019. Para maior confiabilidade dos dados o Instituto tem trabalhado para integrar seu sistema de gestão, com vistas a obter dados mais verdadeiros (ver objetivo 12). Ainda existe uma dificuldade em relação à complexidade de mensuração de alguns indicadores, como o índice de acessibilidade, por exemplo.

Os objetivos estratégicos de longo prazo, são anualmente desdobrados em ações operacionais, através do Plano Anual de Atividades Institucionais - PAAI. Os dois Planos de Atividades Institucionais elaborados até o momento (2015 e 2016), foram construídos apenas com a participação das Diretorias e Gerências. Isso, porque o IFTO não tinha uma ferramenta que pudesse compilar as informações oriundas de todos os seus servidores, o que tornaria o processo muito extenso. A elaboração do PAAI 2017 foi realizada com o auxílio de um sistema (<http://sysifto.ifto.edu.br/login/?next=/>) o que viabilizou a participação de todos os servidores. O sistema além de permitir a participação dos servidores, disponibilizou em tempo real tanto o plano quanto suas avaliações.

Além desses documentos foi realizado em 2015, a elaboração de um Plano de Gestão de Riscos, que visou o levantamento e tratamento dos riscos que possam afetar o plano estratégico do IFTO. Esse plano já está disponível no site oficial da Instituição, junto aos demais documentos institucionais supracitados, no link: <http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/doc_institucional.php>. O plano está sendo monitorado constantemente pelos setores responsáveis em cada unidade, para verificar se há mudança nos status de riscos.

Mapa Estratégico

O mapa estratégico da instituição reúne suas perspectivas estratégicas, direcionadores que fornecem aos servidores uma linguagem comum para a discussão da trajetória e das prioridades do instituto; reúne ainda os indicadores estratégicos, que, além de serem uma medida de desempenho das atividades dos macroprocessos realizadas, são também uma representação da relação de causa e efeito entre as atividades realizadas pelas unidades com o resultado final entregue a sociedade.

O mapa estratégico do IFTO apresenta os 21 objetivos do instituto a serem atingidos até 2019, direcionando os esforços de todos os colaboradores na obtenção da melhoria continua na execução das nossas atividades e o atingimento das finalidades institucionais.

Figura 2 - MAPA ESTRATÉGICO DO IFTO PARA O PERÍODO 2015-2019.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS

MISSÃO: Proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.

VISÃO: Ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável.



2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os vinte e um objetivos estratégicos do IFTO foram divididos em sete perspectivas estratégicas, que representam as finalidades da organização e os processos de apoio que permitem a obtenção dos resultados.

Cada objetivo estratégico teve sua área principal de impacto, seu fator crítico de sucesso e seus direcionadores estratégicos definidos, representando, em conjunto, quais as áreas que possuem mais influência, quando da realização de suas atividades, nos resultados dos respectivos objetivos, quais as principais dificuldades e barreiras a serem vencidas e superadas e quais os direcionadores institucionais que justificam a criação de cada objetivo.

Os indicadores de cada objetivo foram formulados para o cálculo e a análise do desempenho da instituição, permitindo o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da instituição pelos servidores, alunos e todo membro da sociedade.

É importante destacar que este trabalho foi fruto de um esforço coletivo, que envolveu todas as unidades do IFTO durante toda a elaboração do PDI 2015-2019, contando com a participação dos servidores, dos alunos, das comunidades locais, dos representantes sociais, do poder público, dentro de um processo de construção comunitária, sempre respaldados pela visão e missão deste instituto.

A seguir são descritos os 22 objetivos estratégicos do IFTO para o período de 2015-2019, com seus respectivos indicadores, formulas de cálculo e metas.

Quadro 28 - Objetivos, indicadores e metas IFTO.

Nº	Objetivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	Atual	Metas				
					2015	2016	2017	2018	2019
1	Incrementar o número de vagas ofertadas pelo IFTO	Matrículas atendidas – ano	$(matriculaatendida(anterior) + ingressantes) - (matriculasfinalizadas + integralizados)$	-	13.155	13.152	14.309	15.479	16.760
		Quantidade de vagas ofertadas	Número de vagas ofertadas pelo IFTO no ano	-	4.895	4.880	4.365	4.515	4.715
		Relação ingresso/aluno	$\text{Índice} = \frac{\text{ingressos}}{\text{alunomatriculadado}} * 100$	-	33,62%	35,96%	33,76%	32,17%	30,91%
		Relação candidato/vaga	$\text{Índice} = \frac{\text{inscrições}}{\text{vagasofertadas}}$	-	4,33	4,99	6,42	7,14	7,86
2	Assegurar aos alunos condições de permanência e conclusão com êxito	Taxa de Evasão no Período	$\frac{\text{Mat. finalizadas sem êxito}}{\text{Total de mat. ativas}} * 100$	-	18,18%	16,14%	14,10%	12,06%	10%
		Percentual de estudantes que recebem benefícios de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão (fomento próprio)	$\frac{\text{Total de alunos beneficiados}}{\text{Total de alunos}} * 100$	-	-	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%
		Percentual de estudantes que recebem benefícios de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão (fomento externo)	$\frac{\text{Total de alunos beneficiados}}{\text{Total de alunos}} * 100$	-	-	-	-	0,1%	0,1%
		Percentual de estudantes que participam de programas e projetos de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão de forma voluntária	$\frac{\text{Total de alunos voluntários}}{\text{Total de alunos}} * 100$	-	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
		Relação Concluintes/aluno	$\text{Índice} = \frac{\text{concluente}}{\text{alunomatriculadado}} * 100$		7,94%	9,50%	9,92%	10,66%	11,34%
		Índice de retenção do fluxo escolar	$\text{Índice} = \frac{\text{reprovação} + \text{trancamento}}{\text{alunosmatriculados}} * 100$		39,49%	38,72%	34,17%	30,32%	26,88%

		Índice de eficiência acadêmica	$\text{Índice} = \frac{n^{\circ} \text{de concluintes por modalidade}}{n^{\circ} \text{de ingressos por modalidade}} * 100$		35,82%	35,85%	40,02%	44,72%	50,22%
		Gastos correntes por aluno	Total de Gastos / Alunos Matriculados		R\$12.955,83	R\$13.796,16	R\$12.246,35	R\$11.886,73	R\$11.527,11
3	Criar condições para atender às demandas físicas e educacionais da comunidade interna com deficiência (PcD)	Relação do número Núcleos de Atendimento às Pessoas com necessidades Específicas/Campus	Nº de Napnes Implantados / Nº de Campi	0,1	0,19	0,54	0,72	1,0	1,0
		Índice de acessibilidade arquitetônica do IFTO	Padrão em validação	-	-	-	-	-	-
4	Ofertar cursos na modalidade a distância	Quantidade de vagas ofertadas em EaD	Número de vagas ofertadas	1950	2150	2010	2010	2010	2010
5	Integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo e pedagógico	Quantidade de discentes envolvidos em atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica	Número de discentes envolvidos	-	150	620	650	670	730
		Quantidade de servidores envolvidos em atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica	Número de servidores envolvidos	-	400	590	640	690	740
		Quantidade de atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica mantidos pelo IFTO.	Número de atividades	-	15	17	19	20	22
6	Instituir práticas e disseminar a cultura da sustentabilidade	Número de ações para disseminação de práticas socioambientais responsáveis adotadas	Número de ações	-	1	2	3	3	3

7	Implementar ações que visem à disseminação do associativismo e do empreendedorismo	Número de empreendimentos incubados e empresas juniores em funcionamento	Número de empreendimentos	-	-	-	1	3	5
		Número de ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo desenvolvidas	Número de ações	-	-	-	3	4	6
8	Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor produtivo	Número de processos, produtos ou serviços gerados pelas ações do IFTO	Soma do número de processos e produtos gerados	-	-	-	1	3	5
		Número de convênios, cooperações técnicas e programas de estágio firmados	Soma do número de convênios. Cooperações técnicas	-	50	50	50	50	50
9	Ampliar a rede de relacionamento com a comunidade e arranjos/grupos sociais e culturais	Número de pessoas beneficiadas – comunidade externa - pelas ações (eventos e projetos) do IFTO	Número de beneficiados	-	200	712	1000	1000	1000
10	Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor público	Número de parcerias firmadas	Número de parcerias	-	380	400	400	400	400
		Número de pessoas beneficiadas – comunidade externa - pelas ações da rede	Número de beneficiados	-	-	-	500	1.000	1.200
11	Promover a formação continuada e o desenvolvimento dos servidores e colaboradores para o alcance dos resultados institucionais	Índice de titulação do Corpo Docente (IQCD)	$IQCD = \frac{5D + 3M + 2E + 1G}{D + M + E + G}$	2,92	2,64	2,75	2,92	3,07	3,22
		Índice de titulação do Corpo Técnico-Administrativo (IQCTA)	$IQCTA = \frac{5D + 3M + 2E + 1G + 0,75EM + 0,5EF}{D + M + E + G + EM + EF}$	1,67	1,54	1,58	1,67	1,75	1,84
		Número de eventos de formação continuada promovidos	Número de Eventos	26	61	64	67	70	73
		Percentual de gastos com pessoal	Total de Gastos com Pessoal / Gastos TOTAIS x 100	-	53%	68%	74%	76%	78%
12	Implementar sistema integrado de gestão institucional	Número de sistemas implantados	Número de sistemas	1	2	2	3	3	3

		Percentual de sistemas integrados	Número de sistemas integrados / número de sistemas totais * 100	0%	0%	5%	20%	30%	40%
13	Aumentar a captação de recursos	Volume de recursos captados de fontes externas	Volume captado	-	-	-	1.000,00	1.000,00	1.000,00
		Taxa de crescimento da captação de recursos externos	$\left(\left(\frac{\text{Captação atual}}{\text{Captação ano base}} \right) - 1 \right) * 100$	-	-	-	0%	0%	0%
		Quantidade de fontes formalizadas de recursos próprios	Número de fontes formalizadas	0	0	0	1	1	1
14	Manutenção e Melhoria da infraestrutura dos <i>campi</i>	Índice de satisfação dos usuários do IFTO com a infraestrutura disponível	Pesquisa de satisfação	-	-	-	-	70%	80%
		Percentual de gastos com outros custeios	Total de Gastos com Outros Custeios / Gastos Totais * 100	-	25%	26%	23%	23%	23%
		Percentual de gastos com investimentos	Total de Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras / Gastos Totais * 100	-	20%	7%	3%	4%	4%
15	Difundir e implementar ações para consecução dos objetivos estratégicos	Proporção de metas do PDI alcançadas	$\left(\frac{\text{Metas alcançados}}{\text{Total de metas}} \right) * 100$	45%	50%	60%	70%	75%	80%
		Quantidade ações para difusão do plano estratégico	Número de ações	1	1	2	2	2	2
16	Instituir e fortalecer as instâncias colegiadas	Quantidade de instâncias colegiadas em funcionamento	Número de instâncias colegiadas em funcionamento	-	2	2	2	2	2
17	Ampliar a participação dos componentes extracurriculares/eventos na vida acadêmica dos alunos	Quantidade de ações extracurriculares empreendidas pelo IFTO	Número de ações	-	12	12	12	12	12
18	Adequar a oferta de vagas do IFTO a fim de atender às demandas legais e à racionalização dos recursos	Relação de alunos/Docente de tempo integral	$\text{Índice} = \frac{\text{alunosmatriculados}}{\text{docentesemtempointegral}}$	-	23,16	20,88	22,32	23,38	24,94
		Percentual de vagas ofertadas para cursos de licenciatura e formação pedagógica	$\left(\frac{\text{Vagas p/ licenciatura}}{\text{Total de vagas}} \right) * 100$	-	13 a 14%	14 a 15%	15 a 16%	16 a 17%	17 a 20%

		Percentual de vagas ofertadas para educação profissional técnica de nível médio	$\left(\frac{Vagas\ p/tec.\ m\acute{e}dio}{Total\ de\ vagas}\right) * 100$	-	50 a 70%	50 a 68%	50 a 66%	50 a 64%	50 a 60%
19	Fomentar a produção e divulgação científica, tecnológica e de extensão do IFTO	Número de Publicações do IFTO (pesquisa e extensão)	Número de publicações	-	-	30	50	50	50
		Número de propriedade intelectual gerada	Número de propriedades geradas	-	0	3	5	7	10
		Quantidade de projetos de pesquisa e extensão institucionalizados	Número de projetos institucionalizados	-	218	290	319	348	377
20	Promover a integração entre os <i>campi</i> , visando à troca de experiências e saberes nas diferentes áreas	Quantidade de eventos realizados com a participação de mais de uma unidade	Número de eventos	-	4	4	4	4	4
21	Promover ações para disseminar os direitos dos seres humanos	Quantidade de eventos realizados com a temática dos direitos humanos	Número de eventos	-	-	-	1	1	1
22	Melhorar os processos internos e as práticas de gestão Institucionais	Percentual de setores com seus processos mapeados	$\left(\frac{N^{\circ}\ de\ Setores\ c/\ processos\ mapeados}{Total\ de\ setores} * 100\right)$	-	-	-	20%	50%	100%
		Percentual de riscos tratados	$\left(\frac{N^{\circ}.de\ Riscos\ tratados}{Total\ de\ riscos}\right) * 100$	-	-	-	60%	80%	100%

FONTE: CPE/IFTO - 2016

2.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico do IFTO

O IFTO possui 22 objetivos estratégicos de longo prazo descritos no PDI 2015-2019. Para cada objetivo foi definido 1 ou mais indicadores. Esses indicadores possuem metas definidas para o período de vigência do PDI. Essas metas são desdobradas em ações e atividades operacionais, através do Plano Anual de Atividades Institucionais – PAAI. A intenção é fazer com que cada unidade do Instituto contribua para o alcance da sua estratégia.

O Plano anual sofreu algumas alterações metodológicas buscando sua melhor eficácia. Os Planos de Atividades Institucionais anteriormente (2015 e 2016), eram elaborados, foram construídos apenas com a participação das Diretorias e Gerências. Isso, porque não existia uma ferramenta que pudesse compilar as informações oriundas de todos os servidores do IFTO, que tornasse o processo muito extenso. O PAAI 2017 foi realizado com o auxílio de um sistema próprio (<http://sysifto.ifto.edu.br/login/?next=/>) o que viabilizou a participação de todos os servidores no processo de identificação de problemas e priorização de ações, passo inicial do ciclo do PDCA. Antes (2015 e 2016) eram feitas apenas duas avaliações semestrais do plano, agora, devido ao sistema, essa avaliação pode ser feita constantemente. Os pontos positivos na metodologia de cada ano foram sendo amadurecidos o que convergiu no atual modelo.

Além desses documentos, em 2016 finalizou-se a elaboração de um Plano de Gestão de Riscos, que visa o levantamento e tratamento dos riscos que possam afetar o plano estratégico do IFTO. Esse plano já está consolidado, e já está disponível também a sua primeira revisão, no site oficial da Instituição, junto aos demais documentos institucionais supracitados, no link: <http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/doc_institucional.php>.

2.1.3. Vinculação dos Plano da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

Cada objetivo estratégico planejado para o IFTO foi desenvolvido levando em conta sua estrita vinculação com as competências constitucionais dos institutos federais, sendo assim, cada um dos nossos 22 (vinte e dois) objetivos estratégico possui seus direcionadores estratégicos, que dão base e fundamento a cada um destes e que se apoiam na visão e missão do IFTO, nos princípios norteadores desta organização, registrados em seu Estatuto, publicado em 19 de agosto de 2009, nos princípios e fins da educação nacional, definidos pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e nas Finalidades e Características dos Institutos Federais, registrados na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O alcance dos objetivos estratégicos do IFTO é medido através de seus indicadores, para os quais são estabelecidas metas. Dentre esses indicadores estão indicadores do TCU, indicadores do Termo de Acordo de Metas com o MEC, dentre outros estabelecidos em Lei. De forma que, ao atingir seus indicadores, o IFTO está cumprindo com as diretrizes legais impostas.

2.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

É realizado semestralmente o acompanhamento e monitoramento dos objetivos traçados no plano estratégico, tático e operacional e no PPA. As informações geradas são utilizadas para tomada de decisão tanto pelos gestores das unidades como pelos responsáveis pelo gerenciamento do plano. Nos últimos relatórios de monitoramento, por exemplo, muitas unidades haviam relatado que metas e atividades não teriam sido realizadas por falta de financeiro. A decisão dos gestores inicial foi estabelecer metas menos desafiadoras, porém a coordenação de planejamento estratégico entendeu que deveria ser feita uma discussão orçamentária precedendo a elaboração do planejamento, de forma que os projetos fossem priorizados e não se gastasse tempo planejando aquilo que não teria chance de ser executado. Atualmente os planos estratégicos são acompanhados através de um sistema, o que facilita o seu acompanhamento constante por parte dos gestores e equipe de planejamento. Essa e várias outras ações são resultado do constante monitoramento do planejamento da Instituição.

2.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

A proposta orçamentária é realizada no âmbito do Instituto Federal do Tocantins, entretanto as origens de crédito orçamentário Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital são tratadas individualmente com cada uma das Unidades que compõem o IFTO, assim como a Reitoria, de forma a respeitar sua autonomia, no qual a posterior, consolida-se em uma única programação de créditos orçamentários.

A dotação proposta pelo IFTO em 2017 teve compatibilidade com a proposta de Lei Orçamentária Anual - LOA. O Congresso Nacional ratificou a proposta orçamentária para esta UJ, assim, houve compatibilidade com os limites orçamentários estabelecidos pelo IFTO para composição da LOA.

Porém, durante o exercício de 2017, devido ao ajuste fiscal promovido pelo Governo Federal, ocorreu corte considerável no orçamento de Despesas de Capital do Instituto Federal do Tocantins, sendo esse corte de aproximadamente 40%. Devido a esta alteração no orçamento a Instituição foi obrigada a realizar um replanejamento de suas ações relativas a despesas de Capital, onde foi necessário priorizar o reforço dos empenhos de obras que já estavam em andamento e priorizar alguns projetos estruturantes (Construção de Novas Obras e Aquisição de Equipamentos) para Instituição. Ressaltamos que este replanejamento das ações contou com a participação de todos os gestores das Unidades da Instituição, onde foi apresentada proposta para destinação do orçamento liberado e a referida proposta teve aprovação de todos os gestores.

Referente à execução do orçamento manifestamos que esta Instituição executou praticamente 100% do orçamento liberado pelo Ministério da Educação, considerando os cortes referenciados acima.

Para as despesas com pessoal e encargos sociais estes são sempre programadas pela Unidade Reitoria do IFTO, no qual é responsável pela gestão de pessoal conforme estabelece sua lei de criação, no qual segue as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

Portanto, apesar dos cortes ocorridos no orçamento o IFTO buscou em conjunto com toda a sua equipe diretiva contornar a situação realizando uma revisão em suas demandas e nas suas prioridades, tornando assim possível a execução na totalidade de forma eficiente do orçamento.

2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro 29 - Ação 20RG

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial
Código	20RG Tipo: Atividade
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Iniciativa	
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1009
Programa	Educação de qualidade para todos. Código: 2080 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26424 – Instituto Federal do Tocantins
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras
Lei Orçamentária do exercício	

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.805.604,00	14.291.106,00	2.754.440,05	1.009.996,20	994.875,01	15.121,19	1.744.443,85
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto viabilizado			Unidade	5	5	8
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
8.160.199,52	2.399.326,55	5.560.243,86	Projeto viabilizado		Unidade	8

Tesouro Gerencial / SIMEC / SIOP

Análise Crítica:

Ação 20RG – Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Em 2014, houve uma alteração no indicador desta ação, que passou de “vaga disponibilizada” para “projeto viabilizado”, e isso simplificou a medição dos resultados, que neste caso foi de mais de 100% da meta.

O valor registrado em restos a pagar não processados se deve ao fato de que algumas despesas com investimentos realizadas nesta ação, por se tratar de obras e instalações, são em sua maioria licitada no segundo semestre, especificamente no final do ano, ou devido a atraso na execução das obras por parte das empresas, gerando assim um montante considerável registrado nesta conta, se comparado com o que foi executado. Porém a execução desse montante não afetou o cumprimento da meta, pois já havia uma reserva planejada para este fim. Já o montante que fora cancelado de Restos a Pagar Não Processados se deve ao fato da não conclusão de obras de investimento nos *campi* Colinas do Tocantins e Dianópolis, devido à rescisão contratual com a empresa.

Quadro 30 - Ação 20RL

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial
Código	20RL Tipo: Atividade
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.
Iniciativa	
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1009
Programa	Educação de qualidade para todos. Código: 2080. Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26424 – Instituto Federal do Tocantins
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras
Lei Orçamentária do exercício	

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
37.292.512,00	37.292.512,00	35.431.734,95	25.877.507,31	25.582.310,44	295.196,87	9.554.227,64
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Estudante matriculado			Unidade	15.000	15.000	11.500
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
20.908.161,74	16.880.178,97	623.705,49	Estudante matriculado		Unidade	11.500

Tesouro Gerencial / SIMEC / SIOP

Análise Crítica:

Com o atendimento de 11.500 estudantes, a meta prevista de 15.000 não foi atingida, principalmente devido à evasão escolar quantificada em aproximadamente 14% do total de estudantes matriculados no período. Sobre a execução, esta instituição executou 100% do limite disponibilizado para empenho desta ação. Já sobre a execução dos Restos a Pagar, foi liquidado o correspondente a 80% do montante inscrito, sendo cancelado o valor de R\$ 623.705,45.

Quadro 31 - Ação 2994

Identificação da Ação												
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial											
Código	2994. Tipo: Atividade											
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica.											
Iniciativa												
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1009											
Programa	Educação de qualidade para todos. Código: 2080. Tipo: Finalístico											
Unidade Orçamentária	26424 – Instituto Federal do Tocantins											
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária do exercício												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
7.480.791,00	7.480.791,00	7.017.806,35	6.489.108,91	6.262.441,78	226.667,13	528.697,44						

Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Bolsa concedida			Unidade	60.000	60.000	83.500
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.027.015,97	951.233,81	49.302,15	Bolsa concedida	Unidade	83.500	

Tesouro Gerencial / SIMEC / SIOP

Análise Crítica:

A meta estabelecida em 60 mil benefícios foi superada. Em 2017, o IFTO concedeu 83.500 benefícios de Assistência Estudantil, incluindo os seguintes auxílios e bolsas: Auxílio-transporte, Auxílio-alimentação, Auxílio-moradia, Auxílio-material didático, Auxílio-uniforme, Auxílio-emergencial, Auxílio aos pais estudantes, Auxílio-viagem, Bolsa-formação profissional e Bolsa-atleta. Também foram concedidos benefícios em ações ligadas a programas do Eixo Universal da Política de Assistência Estudantil do IFTO, além de ações coletivas como o Kit do Estudante e o Seguro de Acidentes Pessoais. Os benefícios alcançaram diversos estudantes de 11 unidades espalhadas por todas as regiões do Estado do Tocantins, sendo elas: Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e os *campi* avançados Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso. Na concessão, foi dada prioridade aos estudantes em situação de vulnerabilidade social mensurada por meio de análise socioeconômica. Os benefícios contribuíram para a permanência e êxito escolar dos estudantes, para o combate à evasão e retenção e para minimizar os efeitos das desigualdades sociais. A instituição alcançou quantidade recorde de benefícios concedidos graças ao orçamento de Assistência Estudantil para o ano de 2017; à dedicação das equipes de Assistência Estudantil dos *campi* no processo de execução; à flexibilização das formas de uso do recurso; à melhoria dos mecanismos de controle da Assistência Estudantil. Houve um montante inscrito em Restos a Pagar em casos de contratos de Seguro de Acidentes Pessoais, itens para Kit do Estudante, camisetas de uniforme e aquisição de gêneros alimentícios para restaurante escolar devido à execução do serviço ou entrega dos produtos ocorrerem no ano seguinte.

Ações não previstas LOA do exercício - Restos a Pagar não processados – OFSS

Não houve ocorrência.

2.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

As informações sobre este tópico estão disponíveis no capítulo 5 deste volume, que dispõe sobre o desempenho financeiro da Instituição no exercício.

2.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve ocorrência.

2.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 32 - Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2017 (d) = (a-b-c)	
2016	1.008.823,81	997.813,01	328,00	10.682,80	
2015	284.073,95	280.276,70	0,00	3.797,25	
2014	57.572,73	0,00	0,00	57.572,73	
2013	10.070,67	0,00	0,00	10.070,67	
2012	2.517,66	2.298,78	0,00	218,88	
2011	3.442,93	0,00	0,00	3.442,93	
2010	21.695,56	0,00	0,00	21.695,56	
2008	17.565,22	0,00	0,00	17.565,22	
2006	2.280,11	0,00	0,00	2.280,11	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2017 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2017 (i) = (e-g-h)
2016	26.732.148,51	21.671.984,73	21.517.452,97	238.841,02	4.975.854,52
2015	4.745.575,99	2.785.188,31	2.674.658,88	350.706,61	1.720.210,50
2014	1.352.733,86	206.249,43	209.394,43	145.027,72	998.311,71
2013	183.860,53	148.022,87	148.022,87	10.287,82	25.549,84
2012	5.919.727,78	0,00	0,00	5.580.396,64	339.331,14
2011	6.130,67	52,22	52,22	0,00	6.078,45
2010	4.052,22	0,00	0,00	0,00	4.052,22
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica

A execução de restos a pagar segue a Lei 4.320/64, onde estabelece o prazo de 01 ano para execução findo o ano anterior. Os valores excessivos inscritos refletem uma política do Poder Executivo Federal no sentido de contingenciamento de limite para empenho, no qual boa parte é liberada próximo ao encerramento do exercício. Pode-se frisar também o aumento no número de contratos continuados para o funcionamento dos *campi* avançados. As execuções dos Rap's seguem ordem de prioridade dentro do IFTO, para posteriormente partir para execução dos orçamentos vigentes. A instituição vem adotando medidas de controle de Restos a Pagar não processados. No final do exercício de 2017 a Pró-reitoria de Administração emitiu um Memorando Circular solicitando a todas as Unidades do IFTO a verificação dos empenhos emitidos em 2017 e análise quanto à possibilidade de inscrição em restos a pagar conforme orientações da Macrofunção SIAFI 020317 – Restos a Pagar, principalmente quanto aos não processados, no qual devem estar distintos entre os Em Liquidação e A Liquidar. Ainda no mesmo Memorando foi alertado quanto à vedação de inscrição dos empenhos de diárias, ajuda de custo e suprimento de fundos, conforme rege a

legislação. Também foi encaminhado o Memorando Circular nº03/2017-IFTO/REITORIA/PROAD a todas as unidades do IFTO que tratava do calendário de encerramento de exercício e reforçando a vedação de inscrições de restos a pagar em nome do Órgão.

2.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos

Não houve ocorrência.

2.3.5.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Não houve ocorrência.

2.3.6. Informações sobre a realização das receitas

Quadro 33 - Informações sobre realização das receitas

Natureza da Receita		Receita Orçamentária		
		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
13100111	Aluguéis e arrendamentos-principal	13.300,00	24.398,00	53.256,18
13210011	Remuneração de depósitos bancários-princ.	177.807,00	115.054,00	103.092,37
14000011	Receita agropecuária-principal	149.349,00	169.04,0027	130.244,85
15000011	Receita industrial-principal	26.735,00	27.096,00	40.343,65
16100111	Serv. administrativos e comerc. gerais-princ.	247.121,00	319.592,00	398.637,81
16100211	Inscr. em concursos e proc. seletivos-princ.	179.587,0	1.040.708,00	433.655,20
16100212	Inscr. em concursos e proc. seletivos-multas			0,02
16100411	Serviços de informação e tecnologia-princ.			450,00
19100111	Multas previstas em legisl. específica-princ.			2.728,80
19220611	Restit. despesas de exerc. Anteriores-princ.			10.724,20
19229911	Outras restituições-principal			111.969,68
19239911	Outros ressarcimentos-principal			2.561,12
22130011	Alienação móveis e utensílios			85.668,26
TOTAL		793.899,00	1.695.862,00	1.373.332,14

Fonte: Tesouro Gerencial

2.3.7. Informações sobre a execução das despesas

Quadro 34 - Execução das despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	35.814.233,20	15,48	23.316.017,35	12,58	19.504.564,93	9,18	22.739.407,68	12,34
a) Convite	0,00		0,00		0,00		0,00	
b) Tomada de Preços	0,00		0,00		0,00		0,00	
c) Concorrência	4.474.211,88	1,93	2.356.325,06	1,27	1.413.478,86	0,66	2.006.499,35	1,09
d) Pregão	31.340.021,32	13,55	20.959.692,29	11,31	18.091.086,07	8,52	20.732.908,33	11,25
e) Concurso	0,00		0,00		0,00		0,00	
f) Consulta	0,00		0,00		0,00		0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00		0,00		0,00		0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	5.620.910,64	2,43	3.075.726,75	1,66	4.162.280,07	1,96	2.895.445,06	1,57
h) Dispensa	3.836.993,64	1,66	2.347.542,19	1,27	2.747.608,44	1,29	2.175.791,22	1,18
i) Inexigibilidade	1.783.917,00	0,77	728.184,56	0,39	1.414.671,63	0,67	719.653,84	0,39
3. Regime de Execução Especial	138.616,46	0,05	133.390,31	0,07	138.616,46	0,06	133.390,31	0,07
j) Suprimento de Fundos	138.616,46	0,05	133.390,31	0,07	138.616,46	0,06	133.390,31	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	189.733.349,95	82,03	158.815.674,51	85,69	188.590.423,76	88,80	158.563.742,06	86,02
k) Pagamento em Folha	188.432.633,53	81,46	157.636.680,49	85,05	187.291.294,62	88,18	157.387.650,00	85,38
l) Diárias	1.300.716,42	0,56	1.178.994,02	0,64	1.299.129,14	0,61	1.176.092,06	0,64
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	231.305.110,25	100	185.340.808,92	100	212.395.930,76	100	184.331.985,11	100
6. Total das Despesas da UPC	231.305.110,25	100	185.340.808,92	100	212.395.930,76	100	184.331.985,11	100

FONTE: Tesouro Gerencial

ANÁLISE CRÍTICA

Em relação às Despesas por Modalidade de Contratação, esta unidade sempre buscou de forma sistemática optar pela modalidade de licitação Pregão na forma eletrônica. Desde 2009 o IFTO prioriza as compras coletivas por meio do Sistema de Registro de Preços. No qual proporciona maior economia de escala, registra preços e quantidades para um período de 12 meses. Com isto, evita-se o fracionamento de despesas e diminui a contratação direta por dispensa de licitação, indo de encontro às recomendações dos órgãos de controle. Esta importante ferramenta beneficia todo o IFTO, pela economia processual e de esforço de recursos humanos, por fim, pela celeridade em atender demandas de aquisições já registradas pelo SRP vigente.

Destaca-se o aumento nas despesas com contratação direta, entre os anos de 2016 e 2017, por Dispensa de Licitação e por Inexigibilidade devido ao aumento das capacitações de novos servidores, aquisição de novos contratos de água e energia dos campi avançados Lagoa da Confusão e Pedro Afonso, além dos reajustes de tarifas de energia elétrica e água. Houve evolução positiva na modalidade Pregão em 49% em 2017 em relação a 2016 (por exemplo, aquisição de insumos para laboratórios; pisos portáteis, placas de braile e sinalizador de degraus; aquisição de uniformes, materiais de informática e insumos agropecuários; aquisição de material bibliográfico; aquisição de mobiliários, entre outros). Destacamos mais uma vez que esta modalidade está entre as mais recomendadas pelos órgãos de controle, para adoção e procedimentos licitatórios.

Deve-se destacar também o acréscimo na modalidade Concorrência, devido muita obra ter sido iniciada em 2016 e continuadas em 2017, tais como: Guarita no Campus Dianópolis; auditórios nos *campi* Araguatins e Porto Nacional; bloco de 32 salas de aulas no Campus Avançado Lagoa da Confusão. Além do acréscimo de mais de 19% nos gastos com pessoal e 10% nas despesas com diárias, justifica-se devido ao aumento do quantitativo de servidores referente ao concurso público realizado pelo IFTO no ano de 2017 com 20 novas vagas, cuja homologação ocorreu em novembro do mesmo ano.

Quadro 35 - Execução de Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	165.525.253,85	137.653.251,33	165.525.253,85	137.653.251,33	0,00	0,00	165.525.253,85	137.653.251,33
11 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil	128.303.730,36	108.038.439,72	128.303.730,36	108.038.439,72	0,00	0,00	128.303.730,36	108.038.439,72
13 – Obrigações Patronais	26.024.765,37	21.973.723,01	26.024.765,37	21.973.723,01	0,00	0,00	26.024.765,37	21.973.723,01
14 – Contratação por tempo determinado – PC	3.260.917,70	3.078.581,16	3.260.917,70	3.078.581,16	0,00	0,00	3.260.917,70	3.078.581,16
Demais elementos do grupo	7.935.840,42	4.562.507,44	7.935.840,42	4.562.507,44	0,00	0,00	7.935.840,42	4.562.507,44
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes	55.792.741,19	56.303.803,26	44.671.018,42	42.962.417,11	11.121.722,77	13.341.386,15	44.008.436,48	42.361.443,74
37 – Locação de mão de obra	16.837.629,54	20.031.297,63	12.030.727,84	13.147.667,55	4.806.901,70	6.883.630,08	11.903.907,46	13.119.862,90
39 – Outros serviços de terceiros - PJ	9.060.823,67	10.037.277,54	5.961.696,39	5.754.302,39	3.099.127,28	4.282.975,15	5.924.263,92	5.519.163,30
18 – Auxílio financeiro a estudantes	7.941.803,37	7.112.035,14	7.483.221,87	6.638.576,90	458.581,50	473.458,24	7.081.252,96	6.624.416,56
Demais elementos do grupo	21.952.484,61	19.123.192,95	19.195.372,32	17.421.870,27	2.757.112,29	1.701.322,68	19.099.012,14	17.098.000,98
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
Exercícios	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	9.989.115,21	18.115.902,84	2.974.055,65	4.725.140,48	7.015.385,38	13.390.762,36	2.863.330,71	4.317.290,04
51 – Obras e instalações	3.801.202,23	12.659.285,07	1.031.697,00	2.008.436,44	2.769.505,23	10.650.848,63	964.902,47	1.695.914,00
52 – Equipamentos e material permanente	6.026.772,45	5.246.051,24	1.780.892,30	2.549.237,51	4.245.880,15	2.696.813,73	1.736.961,89	2.453.909,51
20 – Aux. Fin. a pesq./92-Desp de Exerc. Anterior	161.140,53	167.466,53	161.466,35	167.466,53	0,00	0,00	161.466,53	167.466,53
Demais elementos do grupo	0,00	43.100,00	0,00	0,00	0,00	43.100,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

FONTE: Tesouro Gerencial

Análise Crítica

Para o exercício de 2017 o IFTO realizou em Outras Despesas Correntes um valor de R\$ 55.792.741,19 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e noventa e dois mil, setecentos e quarenta e um e vinte e seis centavos), nota-se uma pequena redução em relação ao ano de 2016, sendo que com os gastos com contratação de mão-de-obra essa redução foi de 15% o que pode ser explicado, principalmente, por contingenciamento de recursos por parte do Governo Executivo Federal. Já para despesas com investimentos, o IFTO realizou um total de R\$ 9.989.115,21 (nove milhões, novecentos e oitenta e nove mil e cento e quinze reais e vinte e um centavos), 44% a menos em relação ao ano de 2016. Essa queda nas despesas com recursos de capital também pode ser explicada pelo contingenciamento de gastos por parte do Governo Federal, na qual o governo priorizou cortes em investimentos com capital. Frisa-se também o aumento de restos a pagar não processados de despesas correntes, tal fato pode ser explicado para atender as despesas com contratos continuados no ano seguinte dado que não havia uma previsão para recebimento de orçamento no primeiro trimestre do exercício de 2017. Dessa forma, os recursos recebidos pelo IFTO têm contribuído na consecução dos seus objetivos, na ampliação da oferta de cursos, na modernização da estrutura; além da execução de despesas com os novos *campi* avançados de Pedro Afonso, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia. Estes recursos impactaram de maneira positiva o IFTO durante o exercício de 2017, principalmente os créditos destinados a 3 - outras despesas correntes.

2.3.8. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 36 - Concessão de suprimento de fundos - CPGF

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	158131	IFTO - Reitoria			9	44.500,00	5.500,00
	158336	IFTO – Campus Palmas			3	13.533,96	4.533,96
	158337	IFTO – Campus Araguatins			4	32.000,00	8.000,00
	158489	IFTO – Campus Paraíso			3	18.000,00	6.000,00
	158511	IFTO – Campus Araguaína			5	35.000,00	8.000,00
	158556	IFTO – Campus Gurupi			2	16.000,00	8.000,00
	158557	IFTO – Campus Porto Nacional			3	17.252,45	8.000,00
	158628	IFTO – Campus Dianópolis			4	27.050,78	*8.050,78
	158633	IFTO – Campus Colinas			3	22.000,00	8.000,00
2016	158131	IFTO- Reitoria			13	70.500,00	7.000,00
	158336	IFTO – Campus Palmas			3	24.000,00	8.000,00
	158337	IFTO – Campus Araguatins			4	29.000,00	8.000,00
	158489	IFTO – Campus Paraíso			3	18.000,00	6.000,00
	158511	IFTO – Campus Araguaína			5	40.000,00	8.000,00
	158556	IFTO – Campus Gurupi			2	16.000,00	8.000,00
	158557	IFTO – Campus Porto Nacional			3	24.000,00	8.000,00
	158628	IFTO – Campus Dianópolis			3	18.500,00	8.000,00
	158633	IFTO – Campus Colinas			1	6.000,00	6.000,00
Fonte: Siafi Web/Siafi/Tesouro Gerencial - Data: 13/03/2018							

Quadro 37 - Utilização de suprimento de fundos - CPGF

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI	Conta Tipo B	Cartão de Pagamento do Governo Federal		
			Saque	Fatura	Total

	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	(a+b)
2017	158131	IFTO-Reitoria			0	0,00	29.465,38	29.465,38
	158336	IFTO-Campus Palmas			0	0,00	10.840,12	10.840,12
	158337	IFTO-Campus Araguatins			0	0,00	18.813,51	18.813,51
	158489	IFTO-Campus Paraíso			0	0,00	16.238,71	16.238,71
	158511	IFTO-Campus Araguaína			0	0,00	10.215,74	10.215,74
	158556	IFTO-Campus Gurupi			0	0,00	13.813,80	13.813,80
	158557	IFTO-Campus Porto Nacional			0	0,00	7.911,01	7.911,01
	158628	IFTO-Campus Dianópolis			0	0,00	20.956,56	20.956,56
	158633	IFTO-Campus Colinas			0	0,00	10.369,77	10.369,77
2016	158131	IFTO-Reitoria			0	0,00	43.473,75	43.473,75
	158336	IFTO-Campus Palmas			0	0,00	16.272,74	16.272,74
	158337	IFTO-Campus Araguatins			0	0,00	19.036,59	19.036,59
	158489	IFTO-Campus Paraíso			0	0,00	13.831,97	13.831,97
	158511	IFTO-Campus Araguaína			0	0,00	10.295,03	10.295,03
	158556	IFTO-Campus Gurupi			0	0,00	8.127,54	8.127,54
	158557	IFTO-Campus			0	0,00	7.736,53	7.736,53

		Porto Nacional						
	158628	IFTO-Campus Dianópolis			0	0,00	10.848,13	10.848,13
	158633	IFTO-Campus Colinas			0	0,00	4.007,93	4.007,93
Fonte: Siafi Web/Siafi/Tesouro Gerencial - Data: 13/03/2018								

Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Quadro 38 - Tipos de despesas que foram realizadas com o uso de suprimento de fundos, sob qualquer forma, no exercício de 2017 - Por Campus

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158131	IFTO-Reitoria	339030 – Material de Consumo	01– Combustíveis e lubrificantes automotivos	160,00
			04– Gás e outros materiais engarrafados	470,00
			07– Gêneros de alimentação	487,39
			09-Material Farmacológico	230,20
			11– Material químico	157,50
			12– Material de courelaria ou de uso zootécnico	285,00
			15– Material para festividades e homenagens	102,61
			16– Material de expediente	540,00
			17– Material de processamento de dados	137,80
			18– Materiais e medicamentos para uso veterinário	112,00
			19– Material de acondicionamento e embalagem	839,22
			21– Material de copa e cozinha	814,79
			22– Material de limpeza e produto de higienização	813,19
			23– Uniformes, tecidos e aviamentos	139,09
			24– Material para manutenção de bens imóveis/instalações	6.372,11
			25– Material para manutenção de bens móveis	1.088,35
			26– Material elétrico e eletrônico	3.875,41
			28- Material de proteção e segurança	760,00
			29– Material para áudio, vídeo e foto	80,00
			31– Sementes, mudas de plantas e insumos	2.346,70
			33- Material para produção industrial	198,80
			35– Material laboratorial	809,50
			36– Material hospitalar	686,52
			39– Material para manutenção de veículos	160,63

			42– Ferramentas	802,23
			44– Material para sinalização visual e outros	15,00
			TOTAL	22.484,04
		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	14- Locação bens mov. out. naturezas e intangíveis	120,00
			16– Manutenção e conservação de bens imóveis	100,00
			17– Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	2.985,04
			19– Manutenção e conservação de veículos	100,00
			20– Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	1.135,20
			47– Serviços de comunicação em geral	335,00
			51- Serviços de análises e pesquisas científicas	199,50
			62- Serviços de produção industrial	49,00
			63– Serviços gráficos e editoriais	1.252,00
			71– Confecção de material de acondicionamento e embalagem	75,00
			82- Serviço de controle ambiental	500,00
			95- - Manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	130,00
			TOTAL	6.980,74
158336	IFTO-Campus Palmas	339030 – Material de Consumo	09-Material Farmacológico	705,45
			16-Material de expediente	217,73
			17– Material de processamento de dados	816,99
			22– Material de limpeza e produto de higienização	163,64
			24– Material para manutenção de bens imóveis/instalações	3.744,62
			25– Material para manutenção de bens móveis	172,00
			26– Material elétrico e eletrônico	720,54
			29– Material para áudio, vídeo e foto	200,00
			36– Material hospitalar	823,49
			44- Material de sinalização visual e outros	27,60
			45-Material técnico p/ seleção e treinamento	136,40
			TOTAL	7.728,46
		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	16- Manutenção e conserv. de bens imóveis	1.749,70
			17– Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	1.018,00
			42- Serviços de caráter secreto ou reservado	343,96
			TOTAL	3.111,66
158337	IFTO-Campus Araguatins	339030 – Material de Consumo	07- Gêneros de alimentação	6,00
			09-Material Farmacológico	914,00
			11– Material químico	774,60

			14- Material educativo e esportivo	23,35
			16-Material de expediente	558,62
			17- Material de processamento de dados	1.403,80
			18- Materiais e medicamentos para uso veterinário	914,00
			19- Material de acondicionamento e embalagem	458,50
			21- Material de copa e cozinha	51,73
			24- Material para manutenção de bens imóveis/instalações	3.265,86
			25- Material para manutenção de bens móveis	3.011,73
			26- Material elétrico e eletrônico	2.380,49
			28- Material de proteção e segurança	27,00
			30- Material para comunicações	50,00
			31- Sementes, mudas de plantas e insumos	357,00
			36- Material hospitalar	65,88
			42- Ferramentas	206,06
			59- Material para divulgação	69,40
			TOTAL	14.538,02
		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	16- Manutenção e conserv. de bens imóveis	130,00
			17- Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	1.778,49
			51- Serviços de análises e pesquisas científicas	1.360,00
			63- Serviços gráficos e editoriais	272,00
			93- Serviços de publicidade de utilidade pública	765,00
			TOTAL	4.305,49
158489	IFTO-Campus Paraíso do Tocantins	339030 – Material de Consum	07- Gêneros de alimentação	2.054,74
			09-Material Farmacológico	1.727,84
			11- Material químico	182,00
			14- Material educativo e esportivo	47,92
			16-Material de expediente	642,45
			19- Material de acondicionamento e embalagem	60,67
			21- Material de copa e cozinha	648,89
			22- Material de limpeza e produto de higienização	198,70
			23- Uniformes, tecidos e aviamentos	398,00
			24- Material para manutenção de bens imóveis/instalações	2.350,13
			25- Material para manutenção de bens móveis	543,00
			26- Material elétrico e eletrônico	1.235,97
			28- Material de proteção e segurança	30,60
			31- Sementes, mudas de plantas e insumos	86,10
			35- Material laboratorial	370,00

			36– Material hospitalar	35,00
			39- Material p/ manutenção de veículos	25,00
			42- Ferramentas	328,04
			TOTAL	10.965,05
		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	14 Locação bens mov. out. naturezas e intangíveis	375,00
			16- Manutenção e conserv. de bens imóveis	1.194,50
			17– Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	1.944,00
			58- Serviços de telecomunicações	1.180,00
			63- Serviços gráficos e editoriais	580,16
			TOTAL	5.273,66
158511	IFTO-Campus Araguaína	339030 – Material de Consumo	09-Material Farmacológico	19,84
			11– Material químico	148,70
			14- Material educativo e esportivo	1.269,27
			15- Material p/ festividades e homenagens	52,82
			16-Material de expediente	101,98
			17– Material de processamento de dados	1.819,65
			19– Material de acondicionamento e embalagem	60,00
			21- Material de copa e cozinha	1.667,77
			22– Material de limpeza e produto de higienização	105,91
			24– Material para manutenção de bens imóveis/instalações	615,89
			25– Material para manutenção de bens móveis	525,00
			26– Material elétrico e eletrônico	518,94
			35- Material laboratorial	340,00
			36– Material hospitalar	620,67
			TOTAL	7.866,44
		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	16- Manutenção e conserv. de bens imóveis	190,00
			17– Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	632,00
			63- Serviços gráficos e editoriais	1.527,30
			TOTAL	2.349,30
158556	IFTO-Campus Porto Nacional	339030 – Material de consumo	03- Combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	12,79
			04- Gás e outros materiais engarrafados	880,00
			09-Material Farmacológico	180,13
			11– Material químico	515,00
			16-Material de expediente	661,70
			17– Material de processamento de dados	708,00
			21- Material de copa e cozinha	65,88
			22– Material de limpeza e produto de higienização	6,30
			24– Material para manutenção de bens imóveis/instalações	2.168,17
			26– Material elétrico e eletrônico	1.735,90

			28- Material de proteção e segurança	88,24
			31- Sementes, mudas de plantas e insumos	240,00
			42- Ferramentas	113,90
			TOTAL	7.376,01
		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	16- Manutenção e conserv. de bens imóveis	253,00
			95- Manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados	282,00
			TOTAL	535,00
		339030 – Material de Consumo	01– Combustíveis e lubrificantes automotivos	400,00
			03- Combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	350,00
			04- Gás e outros materiais engarrafados	1.380,00
			14- Material educativo e esportivo	175,50
			16-Material de expediente	447,00
			17– Material de processamento de dados	227,00
			21- Material de copa e cozinha	162,30
			24– Material para manutenção de bens imóveis/instalações	930,00
			26– Material elétrico e eletrônico	1.030,00
			29– Material para áudio, vídeo e foto	912,00
			33- Material p/ produção industrial	585,00
			42- Ferramentas	737,00
			44- Material de sinalização visual e outros	658,00
			TOTAL	7.993,80
		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	20- Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	70,00
			58- Serviços de telecomunicações	480,00
			59- Serviços de áudio, vídeo e foto	1.100,00
			62- Serviços de produção industrial	2.930,00
			63- Serviços gráficos e editoriais	1.240,00
			TOTAL	5.820,00
158628	IFTO-Campus Dianópolis	339030 – Material de Consumo	01– Combustíveis e lubrificantes automotivos	8,00
			03 Combustíveis e lubrificantes p/ outras finalidades	794,78
			04- Gás e outros materiais engarrafados	1.737,00
			06- Alimentos para animais	725,50
			07- Gêneros de alimentação	368,44
			09- Material farmacológico	74,40
			11- Material químico	138,50
			12- Material de coudelaria ou de uso zootécnico	1.256,00
			14- Material educativo e esportivo	737,37
			15- Material p/ festividades e homenagens	22,50
			16-Material de expediente	771,00
			17– Material de processamento de dados	439,60
			18- Materiais e medicamentos p/ uso veterinário	2.594,45

			19- Material de acondicionamento e embalagem	70,00		
			21- Material de copa e cozinha	1.000,52		
			22- Material de limpeza e produtos de higienização	650,33		
			24- Material para manutenção de bens imóveis/instalações	2.051,65		
			25- Material para manutenção de bens móveis	862,78		
			26- Material elétrico e eletrônico	2.087,08		
			28- Material de proteção e segurança	91,50		
			31- Sementes, mudas de plantas e insumos	978,30		
			36- Material hospitalar	148,40		
			42- Ferramentas	81,10		
			44- Material de sinalização visual e outros	27,22		
			TOTAL	17.716,42		
			339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	17- Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	1.085,00	
		47- Serviços de comunicação em geral		1.205,00		
		59- Serviços de áudio, vídeo e foto		155,00		
		63- Serviços gráficos e editoriais		787,00		
		TOTAL		3.232,00		
		158633	IFTO-Campus Colinas	339030 – Material de Consumo	11- Material químico	232,00
					16-Material de expediente	953,79
					17- Material de processamento de dados	152,00
19- Material de acondicionamento e embalagem	450,06					
21- Material de copa e cozinha	33,75					
23- Uniformes, tecidos e aviamentos	126,25					
24- Material para manutenção de bens imóveis/instalações	3.771,42					
26- Material elétrico e eletrônico	1.035,65					
28- Material de proteção e segurança	24,89					
29- Material para áudio, vídeo e foto	910,36					
31- Sementes, mudas de plantas e insumos	1.317,81					
42- Ferramentas	911,79					
TOTAL	9.919,77					
339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	16- Manutenção e conserv. de bens imóveis			210,00		
	63- Serviços gráficos e editoriais			240,00		
	TOTAL			450,00		
Fonte: Siafi Web/Siafi/Tesouro Gerencial - Data: 13/03/2018						

2.4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Quadro 39 - Responsáveis pelos Indicadores Institucionais

Ord.	Cód. ¹	Indicador	Fórmula de cálculo	Responsável
1	0101	Matrículas atendidas – ano	(Matrícula atendida (anterior) + ingressantes) - (matrículas finalizadas + integralizados)	PI/GAPE
2	0102	Quantidade de vagas ofertadas	Número de vagas ofertadas pelo IFTO no ano	PI/GAPE
3	0103	Relação ingresso/aluno (TCU)	(Ingressos)/(alunos matriculados) * 100	PI/GAPE
4	0104	Relação candidato/vaga (TCU)	(Inscrições)/(vagas ofertadas)	PI/GAPE
5	0201	Taxa de evasão no período	(Matrícula finalizadas sem êxito)/ (total de matrículas ativas)	PI/GAPE
6	0202	Percentual de estudantes que recebem benefícios de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão	(Total de alunos beneficiados)/(Total de alunos)*100	DAE
7	0203	Percentual de estudantes que participam de programas e projetos de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão de forma voluntária	(Total de alunos voluntários)/(Total de alunos)*100	DAE
8	0204	Relação Concluintes/aluno (TCU)	(Concluinte)/(aluno matriculado)*100	PI/GAPE
9	0205	Índice de retenção do fluxo escolar (TCU)	(Reprovação+trancamento)/(alunos matriculados)*100	PI/GAPE
10	0206	Índice de eficiência acadêmica (TCU)	(nº de concluintes por modalidade)/(nº de ingressos por modalidade)*100	PI/GAPE
11	0207	Gastos correntes por aluno (TCU)	Total de Gastos / Alunos Matriculados	PROAD
12	0301	Relação do número Núcleos de Atendimento às Pessoas com necessidades Específicas/Campus	Nº de Napnes Implantados / Nº de Campi	CAID
13	0302	Índice de acessibilidade arquitetônica do IFTO	-	CAID
14	0401	Quantidade de vagas ofertadas em EaD	Número de vagas ofertadas	DEAD
15	0501	Quantidade de discentes envolvidos em atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica	Número de discentes envolvidos	CPQ
16	0502	Quantidade de servidores envolvidos em atividades	Número de servidores envolvidos	DPQ

		(programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica		
17	0503	Quantidade de atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica mantidos pelo IFTO.	Número de atividades	PROPI
18	0601	Número de ações para disseminação de práticas socioambientais responsáveis adotadas	Número de ações	DPI
19	0701	Número de empreendimentos incubados e empresas juniores em funcionamento	Número de empreendimentos	NIT
20	0702	Número de ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo desenvolvidas	Número de ações	NIT
21	0801	Número de processos, produtos ou serviços gerados pelas ações do IFTO	Soma do número de processos e produtos gerados	NIT
22	0802	Número de convênios, cooperações técnicas e programas de estágio firmados	Soma do número de convênios. Cooperações técnicas	DREI
23	0901	Número de pessoas beneficiadas – comunidade externa - pelas ações (eventos e projetos) do IFTO	Número de beneficiados	DIREX
24	1001	Número de parcerias firmadas	Número de parcerias	DREI
25	1002	Número de pessoas beneficiadas – comunidade externa - pelas ações da rede	Número de beneficiados	-
26	1101	Índice de titulação do Corpo Docente (IQCD) (TCU)	$(5D+3M+2E+1G)/(D+M+E+G)$	DGP
27	1102	Índice de titulação do Corpo Técnico-Administrativo (IQCTA)	$(5D+3M+2E+1G+0,75EM+0,5EF)/(D+M+E+G+EM+EF)$	DGP
28	1103	Número de eventos de formação continuada promovidos	Número de Eventos	DGP
29	1104	Percentual de gastos com pessoal (TCU)	Total de Gastos com Pessoal / Gastos Totais x 100	PROAD
30	1201	Número de sistemas implantados	Número de sistemas	DTI
31	1202	Percentual de sistemas integrados	Número de sistemas integrados / número de sistemas totais * 100	DTI

32	1301	Volume de recursos captados de fontes externas	Volume captado	PROAD
33	1302	Taxa de crescimento da captação de recursos externos	$\frac{(((\text{Captação atual})/(\text{Captação ano base}))-1)*100}{1}$	-
34	1303	Quantidade de fontes formalizadas de recursos externos	Número de fontes formalizadas	PROAD
35	1401	Índice de satisfação dos usuários do IFTO com a infraestrutura disponível	Pesquisa de satisfação	DPI
36	1402	Percentual de gastos com outros custeios (TCU)	Total de Gastos com Outros Custeios / Gastos Totais * 100	PROAD
37	1403	Percentual de gastos com investimentos (TCU)	Total de Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras / Gastos Totais * 100	PROAD
38	1501	Proporção de metas do PDI alcançadas	$\frac{((\text{Metas alcançados})/(\text{Total de metas}))*100}{1}$	CPE
39	1502	Quantidade ações para apoio do plano estratégico	Número de ações	CPE
40	1601	Quantidade de instâncias colegiadas em funcionamento	Número de instâncias colegiadas em funcionamento	CODIR
41	1602	Número de eventos para capacitação dos conselheiros	Números de eventos	CONSUP
42	1701	Quantidade de ações extracurriculares empreendidas pelo IFTO	Número de ações	-
43	1801	Relação de alunos/Docente de tempo integral (TCU)	Índice = alunos matriculados/docentes em tempo integral	PI/GAPE
44	1802	Percentual de vagas ofertadas para cursos de licenciatura e formação pedagógica	$\frac{((\text{Vagas p/ licenciatura})/(\text{Total de vagas}))*100}{1}$	PI/GAPE
45	1803	Percentual de vagas ofertadas para educação profissional técnica de nível médio	$\frac{((\text{Vagas p/tec. médio})/(\text{Total de vagas}))*100}{1}$	PI/GAPE
46	1901	Número de Publicações do IFTO (pesquisa e extensão)	Número de publicações	DPQ
47	1902	Número de propriedade intelectual gerada	Número de propriedades geradas	NIT
48	1903	Quantidade de projetos de pesquisa e extensão institucionalizados	Número de projetos institucionalizados	COPEX
49	2001	Quantidade de eventos realizados com a participação de mais de uma unidade	Número de eventos	CCE

50	2101	Quantidade de eventos realizados com a temática dos direitos humanos	Número de eventos	DIREX
51	2201	Percentual de setores com seus processos mapeados	$((N^{\circ} \text{ de setores com processos mapeados}) / (\text{Total de setores})) * 100$	CPE
52	2202	Percentual de riscos tratados	$((N^{\circ} \text{ de riscos tratados}) / (\text{Total de riscos})) * 100$	CPE

¹ Código do indicador. Indica o objetivo a qual o mesmo está vinculado. Ex. indicador 0201 É o primeiro indicados do objetivo 02.

Quadro 40 – Mensuração dos Indicadores do PDI.

Nº	Objetivo	Indicador	Meta	Observado	Meta Atingida?
			2017	2017	
01	Incrementar o número de vagas e a qualidade dos cursos ofertados pelo IFTO.	0101 Matrículas atendidas – ano	14.309	14.264	Não
		0102 Quantidade de vagas ofertadas	4.365	4.997	Sim
		0103 Relação ingresso/aluno (TCU)	33,76%	31,26%	Não
		0104 Relação candidato/vaga (TCU)	6,42	6,6	Sim
2	Assegurar aos alunos condições de permanência e conclusão com êxito	0201 Taxa de evasão no período	14,10%	27,5%	Não
		0202 Percentual de estudantes que recebem benefícios de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão	0,7%	32,29%	Sim
		0203 Percentual de estudantes que participam de programas e projetos de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão de forma voluntária	0,3%	0,24%	Não
		0204 Relação Concluintes/aluno (TCU)	9,92%	15,61%	Sim*
		0205 Índice de retenção do fluxo escolar (TCU)	32,17%	31,58%	Sim
		0206 Índice de eficiência acadêmica (TCU)	40,02%	43,3%	Sim
		0207 Gastos correntes por aluno (TCU)	12.246,35	14.466,92	Sim*
3	Criar condições para atender às demandas físicas e educacionais	0301 Relação do número Núcleos de Atendimento às Pessoas com necessidades Específicas/Campus	0,72	0,82	Sim

	da comunidade interna com deficiência (PcD)	0302 Índice de acessibilidade arquitetônica do IFTO	0,3	-	Não
4	Ofertar cursos na modalidade a distância	0401 Quantidade de vagas ofertadas em EaD	2010	0	Não
5	Integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo e pedagógico	0501 Quantidade de discentes envolvidos em atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica	650	2.030	Sim
		0502 Quantidade de servidores envolvidos em atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica	640	903	Sim
		0503 Quantidade de atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica mantidos pelo IFTO.	19	84	Sim
6	Instituir práticas e disseminar a cultura da sustentabilidade	0601 Número de ações para disseminação de práticas socioambientais responsáveis adotadas	3	26	Sim
7	Implementar ações que visem à disseminação do associativismo e do empreendedorismo	0701 Número de empreendimentos incubados e empresas juniores em funcionamento	1	3	Sim
		0702 Número de ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo desenvolvidas	3	8	Sim
8	Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor produtivo	0801 Número de processos, produtos ou serviços gerados pelas ações do IFTO	1	0	Não
		0802 Número de convênios, cooperações técnicas e programas de estágio firmados	50	61	Sim
9	Ampliar a rede de relacionamento com a comunidade e arranjos/grupos sociais e culturais	0901 Número de pessoas beneficiadas – comunidade externa - pelas ações (eventos e projetos) do IFTO	1.000	6.493	Sim

10	Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor público	1001 Número de parcerias firmadas	400	966	Sim
		1002 Número de pessoas beneficiadas – comunidade externa - pelas ações da rede	500		_*
11	Promover a formação continuada e o desenvolvimento dos servidores e colaboradores para o alcance dos resultados institucionais	1101 Índice de titulação do Corpo Docente (IQCD) (TCU)	2,92	3,62	Sim
		1102 Índice de titulação do Corpo Técnico-Administrativo (IQCTA)	1,67	1,72	Sim
		1103 Número de eventos de formação continuada promovidos	67	122	Sim
		1104 Percentual de gastos com pessoal (TCU)	74%	76%	_*
12	Implementar sistema integrado de gestão institucional	1201 Número de sistemas implantados	3	10	Sim
		1202 Percentual de sistemas integrados	20%	70%	Sim
13	Aumentar a captação de recursos	1301 Volume de recursos captados de fontes externas	1.000	5.754.594,00	Sim
		1302 Taxa de crescimento da captação de recursos externos	0%	∞	Sim
		1303 Quantidade de fontes formalizadas de recursos externos	1	06	Sim
14	Manutenção e Melhoria da infraestrutura dos <i>campi</i>	1401 Índice de satisfação dos usuários do IFTO com a infraestrutura disponível	-	-	-
		1402 Percentual de gastos com outros custeios (TCU)	23%	21%	Não
		1403 Percentual de gastos com investimentos (TCU)	3%	2%	Não
15	Difundir e implementar ações para consecução dos objetivos estratégicos	1501 Proporção de metas do PDI alcançadas	70%	67,39%	Não
		1502 Quantidade ações para apoio do plano estratégico	2	5	Sim
16	Instituir e fortalecer as instâncias colegiadas	1601 Quantidade de instâncias colegiadas em funcionamento	2	2	Sim
		1602 Número de eventos para capacitação dos conselheiros	-	1	Sim
17	Ampliar a participação dos componentes	1701 Quantidade de ações extracurriculares empreendidas pelo IFTO	12		_*

	extracurriculares/eventos na vida acadêmica dos alunos				
18	Adequar a oferta de vagas do IFTO a fim de atender às demandas legais e à racionalização dos recursos	1801 Relação de alunos/Docente de tempo integral (TCU)	22,32	23,67	Sim
		1802 Percentual de vagas ofertadas para cursos de licenciatura e formação pedagógica	15% a 16%	11,48%	Não
		1803 Percentual de vagas ofertadas para educação profissional técnica de nível médio	50 a 66%	54,11%	Sim
19	Fomentar a produção e divulgação científica, tecnológica e de extensão do IFTO	1901 Número de Publicações do IFTO (pesquisa e extensão)	50	306	Sim
		1902 Número de propriedade intelectual gerada	5	2	Não
		1903 Quantidade de projetos de pesquisa e extensão institucionalizados	319	230	Não
20	Promover a integração entre os <i>campi</i> , visando à troca de experiências e saberes nas diferentes áreas	2001 Quantidade de eventos realizados com a participação de mais de uma unidade	4	7	Sim
21	Promover ações para disseminar os direitos dos seres humanos	2101 Quantidade de eventos realizados com a temática dos direitos humanos	1	1	Sim
22	Melhorar os processos internos e as práticas de gestão Institucionais	2201 Percentual de setores com seus processos mapeados	20%	1%	Não
		2202 Percentual de riscos tratados	60%	57,9%	Não

Obs. Os indicadores do TCU estão agora incluídos nos indicadores de desempenho, possuindo inclusive metas associadas.
 FONTE: CPE/IFTO - 2017

Análise Descritiva dos Resultados dos Indicadores: Fatores que contribuíram ou dificultaram o alcance das metas institucionais

1. Matrículas atendidas – ano

No ano de 2017 o Instituto Federal do Tocantins teve 14.264 matrículas. As matrículas atendidas pelas unidades foram: 1.124 Campus Araguaína, 1.970 Campus Araguatins, 228 Campus Avançado Formoso do Araguaia, 438 Campus Avançado Lagoa do Tocantins, 415 Campus Avançado Pedro Afonso,

863 Campus Colinas do Tocantins, 709 Campus Dianópolis, 770 Campus Gurupi, 5.190 Campus Palmas, 1.377 Campus Paraíso do Tocantins e 1.180 Campus Porto Nacional. Esclarece que não foram contabilizados na Plataforma Nilo Peçanha, 360 matrículas dos cursos técnicos do Campus Avançado Formoso do Araguaia, pois os mesmos foram cadastrados como tipo de programa associado: bolsa formação.

2. Quantidade de vagas ofertadas

No ano de 2017 o Instituto Federal do Tocantins teve 4.997 vagas. Sendo que foram: 984 para cursos de formação inicial e continuada (FIC), 40 para Proeja FIC, 181 para técnicos concomitantes, 1256 para técnicos integrados, 1.032 para técnicos subsequentes, 565 cursos superiores de tecnologias, 574 cursos de licenciaturas, 342 cursos de bacharelados e 113 cursos de especialização lato sensu. Ressalta que não foram contabilizados na Plataforma Nilo Peçanha, 120 vagas dos cursos técnicos do Campus Avançado Formoso do Araguaia, conforme já justificado no item matrículas atendidas.

3. Relação ingresso/aluno (TCU)

A média do IFTO em 2017 foi de 31,26%, inferior ao ano anterior. Essa diferença trata-se do período de greve que a maioria dos campi passaram em 2015, atrasando o calendário escolar, consequentemente, também os períodos de matrículas dos ingressantes, as renovações e solenidades de formatura/colação.

4. Relação candidato/vaga (TCU)

A relação candidato/vaga de 2017 foi melhor se comparado aos últimos 5 anos, apesar dos reflexos da greve no ano de 2015, atrasando significativamente o ano letivo em alguns campi. Essa melhoria deve-se, principalmente, pela unificação dos processos seletivos/vestibulares no Instituto Federal do Tocantins, proporcionando uma maior visibilidade do IFTO através dos trabalhos de divulgação dos cursos e vagas ofertados pela Instituição.

5. Taxa de evasão no período

A elevação da taxa de evasão no ano de 2017 está relacionada a fatores diversos, muitos deles são externos e independem dos esforços institucionais para enfrentar a problemática da evasão. Citamos como alguns desses fatores: os calendários acadêmicos irregulares devido greves recentes que impactam no término do curso e no ingresso em cursos superiores; estudantes que abandonam o Ensino Médio Integrado após conseguirem a certificação do Ensino Médio mediante resultado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); abandono do curso para trabalhar e incrementar a renda familiar comprometida pela crise econômica e pelo desemprego que assolam o Brasil; cultura nacional de baixa valorização dos cursos técnicos e da educação profissional; diminuição da curva ascendente de aumento do recurso de Assistência Estudantil repassado pelo Governo Federal comparado com os anos anteriores e com a ampliação do número de estudantes matriculados.

6. Percentual de estudantes que recebem benefícios de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão

O valor observado em 2017 foi significativo e muito acima da meta estabelecida, que foi determinada de forma modesta. O percentual expressivo deve-se em grande medida pelo alto número de beneficiários da Política de Assistência Estudantil com auxílios e bolsas concedidos a estudantes prioritariamente em situação de vulnerabilidade social, reforçando o compromisso institucional em minimizar os efeitos da pobreza e das desigualdades sociais no ambiente escolar com foco na permanência

e êxito dos estudantes do IFTO. Contribuíram, ainda: a ampla divulgação dos editais de pesquisa com tempo suficiente entre publicação do edital e encerramento do processo; o interesse dos alunos nas bolsas PIBIC e PIBIT; a criação do projeto Bolsa Cultura, que visa fornecer auxílio para o desenvolvimento artístico e cultural dos estudantes do IFTO e que atingiu 44 estudantes em 20 projetos (a expectativa inicial de 55 projetos foi comprometida devido ao período do lançamento do edital. Dificultaram o desenvolvimento de ações na pesquisa o contingenciamento de recursos campi na oferta de bolsas como consequência de um cenário nacional e o baixo valor da bolsa ICJ.

7. Percentual de estudantes que participam de programas e projetos de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão de forma voluntária

O valor observado decorre de atividades voluntárias de extensão, pesquisa etc realizadas por estudantes do IFTO. A instituição deve ampliar o estímulo ao voluntariado e à não obrigatoriedade de recurso financeiro para realizar atividades como as de pesquisa e extensão, principalmente como o cenário de crise financeira que pode ameaçar o cumprimento da missão institucional caso outras alternativas não sejam desenvolvidas. Referente à Assistência Estudantil, ressaltamos que, devido ao direcionamento da política focar estudantes em situação de vulnerabilidade social, não cabe desenvolver e estimular atividades voluntárias no rol de benefícios concedidos nessa área. A Pró-Reitoria de Pesquisa destacou a ausência de meios institucionalizados para registro de estudantes voluntários. No projeto do Bolsa Cultura, a Pró-reitoria de Extensão ressaltou que foi prevista a possibilidade da participação de alunos voluntários. Ao todo, 34 estudantes foram voluntários no projeto. A participação de voluntários amplia o número de estudantes envolvidos, o que potencializa as ações dos projetos. Por tratar-se de um projeto-piloto em andamento, será possível apontar os fatores dificultadores posteriormente.

8. Relação Concluintes/aluno (TCU)

No ano de 2017 o Instituto Federal do Tocantins teve 2.227 concluintes. Se comparado ao ano anterior, a diferença não foi tão significativa, visto os reflexos da greve do ano de 2015. Como efeitos, podem ser citados o atraso dos calendários escolares em muitos campi, dos períodos de matrículas dos ingressantes, das renovações de matrículas e solenidades de formatura/colação.

9. Índice de retenção do fluxo escolar (TCU)

A taxa de retenção de 2017 teve uma melhora em seu desempenho, com uma queda aproximada 12% em relação a 2016. Além disso, o índice foi melhor se comparado aos últimos 5 anos. A perspectiva que ele continue a sofrer queda nos anos seguintes, devido a consequência do reflexo da greve de 2015.

10. Índice de eficiência acadêmica (TCU)

De modo similar à análise dos demais indicadores, o decréscimo em 2016 e 2017, pode ser resultado do atraso no ano letivo nos campi, decorrente da greve de 2015, prolongando a permanência dos estudantes, interferindo no índice de eficiência acadêmica.

11. Gastos correntes por aluno (TCU)

Mesmo com o contingenciamento de recursos orçamentários de investimento, a meta foi superada devido a busca de orçamento extra para melhoria e ampliação da instituição.

12. Relação do número Núcleos de Atendimento às Pessoas com necessidades Específicas/Campus

No ano de 2017, foram implantados e implementados os Napnes em vários Campi, totalizando 9 núcleos.

13. Índice de acessibilidade arquitetônica do IFTO

Índice em validação

14. Quantidade de vagas ofertadas em EaD

No ano de 2017 o Instituto Federal do Tocantins não ofertou vagas para cursos na modalidade a distância.

15. Quantidade de discentes envolvidos em atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica

Fatores que contribuíram para o indicador na pesquisa:

1 – Auxílio estudantil não sofreu cortes no orçamento

2 – Ampla divulgação das atividades relacionadas à Iniciação Científica e Programas de Apoio à Pesquisa

3) A participação dos estudantes nas ações de extensão tem aumentado nos últimos anos. No ano de 2017 registrou-se o maior número: 1.176. A vocação para a extensão de alguns campi, a necessidade de cumprir as atividades complementares e o reconhecimento de realizar atividades práticas facilitam o alcance desta meta. Estima-se que a implantação da curricularização da extensão nos cursos superiores elevará ainda mais este número.

Fatores que dificultam atingir as metas:

1) A inexistência de meios informatizados para os registros das atividades extensionistas é um fator que dificulta a mensuração da meta

16. Quantidade de servidores envolvidos em atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica

Fatores que contribuíram para os indicadores na pesquisa:

1) Oferta de bolsa para o pesquisador

2) Auxílio para participação dos servidores nos programas e eventos institucionais

3) participação dos servidores nas ações de extensão tem aumentado nos últimos anos. No ano de 2017 registrou-se o maior número: 731. A vocação para a extensão de alguns campi, a valorização das ações de extensão para as progressões e carga horária dos servidores foram fatores relevantes. Estima-se que a implantação da curricularização da extensão nos cursos superiores elevará ainda mais este número.

Fatores que dificultam atingir as metas:

1) falta do entendimento do conceito e aplicação da extensão.

17. Quantidade de atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica mantidos pelo IFTO.

Fatores que contribuíram para os indicadores na pesquisa:

1) Apoio institucional para a promoção de eventos

2) Demanda dos campi no que se refere à busca de conhecimento das atividades de pesquisa, inovação e empreendedorismo

3) Apoio insitucional para desenvolvimento de programas de pesquisa, inovação e empreendedorismo

4) O volume de atividades de extensão aumentou significativamente nos últimos anos. No ano de 2017 registrou-se o maior número: 61 projetos executados. A vocação para a extensão de alguns campi, a importância que os projetos têm para as atividades práticas e a função social que cumprem facilitam o alcance desta meta. Estima-se que a implantação da curricularização da extensão nos cursos superiores bem como a elevação da oferta de bolsas para os estudantes elevará ainda mais este número.

Fatores que dificultam atingir as metas:

- 1) A inexistência de meios informatizados para os registros das atividades extensionistas
- 2) baixo número de avaliadores de projetos capacitados em extensão.

18. Número de ações para disseminação de práticas socioambientais responsáveis adotadas

No ano de 2017 foram relacionados 26 ações de práticas socioambientais responsáveis adotadas, distribuídas em 7 campi do IFTO, relacionadas no documento SEI_23235.027741_2017_36.

19. Número de empreendimentos incubados e empresas juniores em funcionamento

Fatores que contribuíram:

- 1) Primeiro edital para pré-incubação na Incubadora Tecnológica da Reitoria
- 2) Assinado o convênio entre Ministério Público Estadual e IFTO para incubação de duas associações de catadores de materiais recicláveis

20. Número de ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo desenvolvidas

Fatores que contribuíram:

- 1) Apoio institucional para realização de eventos
- 2) Aumento da demanda por parte de estudantes por conhecimentos relacionados à inovação e empreendedorismo
- 3) Aumento do interesse da comunidade acadêmica por assuntos relacionados ao empreendedorismo e inovação

21. Número de processos, produtos ou serviços gerados pelas ações do IFTO

Fatores que dificultaram o não atingimento da meta:

- 1) Edital aberto para iniciar os projetos em agosto e encerramento em abril de 2018 (final do processo no ano subsequente)
- 2) Dificuldade dos donos dos novos produtos e processos em conseguir escrever os documentos necessário para realizar o registro.

22. Número de convênios, cooperações técnicas e programas de estágio firmados

Os convênios, cooperações técnicas e programas de estágio firmados pelo IFTO visam a aproximação com as organizações do setor produtivo. No ano de 2017 foram firmados 61 instrumentos com a finalidade de apoiar ações do ensino, da pesquisa e da extensão.

Fatores facilitadores: o interesse das organizações em firmar convênios com o IFTO, existência de parecer referencial e a descentralização aos campi.

Fatores dificultadores: exigências de contrapartida por parte de alguns conveniados e a dificuldade de cumprirmos algumas dessas exigências por precisarmos do apoio do campus.

23. Número de pessoas beneficiadas – comunidade externa - pelas ações (eventos e projetos) do IFTO

Em 2017 cerca de 6.493 foram beneficiadas diretamente por meio dos projetos e eventos do IFTO. Destacam os projetos, cursos e eventos realizados.

Fator facilitador: o interesse da comunidade externa em participar das ações do IFTO.

Fatores dificultadores: necessidade de definir claramente o sentido de “pessoas beneficiadas” e inexistência de meios seguros para a aferição deste indicador.

24. Número de parcerias firmadas

O IFTO empreende uma série de ações para ampliar e manter a rede de relacionamento com organizações do setor público visando as suas áreas estratégicas: ensino, pesquisa, extensão e gestão. No ano de 2017 acumulou cerca de 965 parcerias nas suas diversas áreas de atuação.

Fatores facilitadores: o interesse das organizações em firmar convênios com o IFTO, existência de parecer referencial e a descentralização aos campi.

Fator dificultador: necessidade de melhorar a divulgação para os alunos.

25. Número de pessoas beneficiadas – comunidade externa - pelas ações da rede

Não houve ocorrência.

26. Índice de titulação do Corpo Docente (IQCD) (TCU)

As titulações alcançadas, foram em sua maior parte, incentivadas pelo IFTO, com afastamento integral, fornecimento de bolsas, afastamento parcial, contrato de fomento de mestrado. A meta foi prejudicada pelo corte orçamentário do IFTO, como também devido o limite de afastamento ter atingido o seu máximo.

27. Índice de titulação do Corpo Técnico-Administrativo (IQCTA)

As titulações alcançadas, foram em sua maior parte, incentivadas pelo IFTO, com afastamento integral, fornecimento de reembolso, afastamento parcial, contrato de fomento de mestrado. Apesar do impedimento para oferta de bolsa do pro-qualificar aos Técnicos Administrativos, conforme parecer da Procuradoria, os Servidores se empenharam em capacitação com incentivo do IFTO.

28. Número de eventos de formação continuada promovidos

Número de eventos de formação continuada promovidos: 122. Tendo como participantes servidores lotados nas seguintes unidades: Reitoria, Campus Araguaína, Campus Avançados Formoso do Araguaia e Laga da Confusão. As demais unidades não enviaram as informações solicitadas pelo comitê de capacitação da reitoria. Foram capacitados no total 179 servidores.

As dificuldades encontradas foram o não envio dos dados referente à capacitação ao comitê da reitoria, pelas outras unidades e a falta de recurso financeiro. O fato que contribuiu para a foi maior controle, monitoramento e distribuição dos eventos ofertados e realizados pelo comitê de capacitação da reitoria.

29. Percentual de gastos com pessoal (TCU)

Para atingir e superar a meta um fator que contribuiu foi a nomeação de novos servidores.

30. Número de sistemas implantados

Além dos 3 sistemas previstos, outros 10 sistemas foram implantados no IFTO

- SEI - Sistema Eletrônico de Informações, este sistema faz a gestão eletrônica de documentos e processos no âmbito do IFTO. Está em uso desde o dia 1º de janeiro de 2017.
- Sistema de Remoção, Permuta, Certificados, PAAI (Plano Anual de Atividades), *Newsletter*, JICE (Jornada de Iniciação Científica)
- Site do NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica, posteriormente integrado ao <http://portal.ifto.edu.br>
- Projeto PESCAR - em fase de análise e projeto do sistema
- Sistema do PQV (Ginástica laboral)

Os 10 sistemas que não estavam previstos no PDTI. Há previsibilidade no PDTI de revisões, justamente para possibilitar a inclusão de novas ações.

31. Percentual de sistemas integrados

Dos sistemas citados no no indicador anterior, 70% deles foram utilizando a base unificada. O Sistema do PQV por exemplo, não houve a necessidade de utilizar uma base unificada já que era um projeto piloto da Reitoria.

32. Volume de recursos captados de fontes externas

Fator que contribuiu para o aumento significativo da meta foi a necessidade da instituição em captar recursos descentralizados, principalmente de investimentos para modernização e ampliação da instituição, devido ao contingenciamento de orçamento realizado pelo Governo Federal.

33. Taxa de crescimento da captação de recursos externos

Como antes era zero a captação de recursos externos era zero, a taxa de crescimento tende ao infinito.

34. Quantidade de fontes formalizadas de recursos externos

Fator que contribuiu para o aumento significativo da meta foi a necessidade da instituição em captar recursos, principalmente de investimentos para modernização e ampliação da instituição.

35. Índice de satisfação dos usuários do IFTO com a infraestrutura disponível

Para medição deste índice foi pensado que o melhor órgão para colher os dados necessários ao nosso em tento, seria através da CPA (Coordenação Própria de Avaliação), pois sua função está intimamente ligada com o nosso proposito. Como estruturação da CPA ainda não está totalmente concretizada, não conseguimos uma efetiva coleta de dados para realização da implementação deste índice. Propomos que o em tento seja reiterado para funcionamento no próximo ano, considerando um maior tempo para efetivação da CPA e da realização da pesquisa com os servidores lotadas em seus respectivos campi.

36. Percentual de gastos com outros custeios (TCU)

O principal fator que contribuiu para não alcançar a meta foi o contingenciamento de recursos por parte do Governo Executivo Federal, já que o IFTO executou 100% do recurso recebido.

37. Percentual de gastos com investimentos (TCU)

O principal fator que contribuiu para não atingir a meta foi o contingenciamento de 40% do recurso de capital previsto na LOA, por parte do Governo Executivo Federal.

38. Proporção de metas do PDI alcançadas

Um dos fatores que mais prejudicou o melhor desempenho desse indicador foi a mudança de cultura institucional para trabalhar com metas e indicadores, é ainda recente. A partir do próximo ano os gestores estarão mais sensibilizados e aptos a escolher ações que melhor impactem seus indicadores. Fatores que ajudaram foi a pressão externa de órgãos fiscalizadores para que a instituição adotasse a gestão por indicadores.

39. Quantidade ações para apoio do plano estratégico

Fatores que contribuíram para a quantidade de ações realizadas foi o treinamento da equipe. Fatores que prejudicaram foi a redução da equipe.

40. Quantidade de instâncias colegiadas em funcionamento

Atualmente o IFTO conta com duas instâncias colegiadas em funcionamento: Colégio de Dirigentes - Codir, formado pelos diretores, diretores-gerais e pró-reitores. Além do Conselho Superior - Consup, formado pelos membros eleitos de três categorias: discente, docente, técnico administrativo, representantes do Codir e da sociedade civil organizada.

41. Número de eventos para capacitação dos conselheiros

No ano de 2017, foi realizada uma capacitação com os conselheiros do Consup, destinada a orientá-los acerca do uso do Sistema eletrônico de Informações - Sei. O objetivo do treinamento era ensiná-los a acessar os documentos que seriam objetos de discussão e deliberação nas reuniões do Consup. O Treinamento foi realizado no dia 16 de março, no período matutino, no Auditório I da Reitoria do IFTO.

42. Quantidade de ações extracurriculares empreendidas pelo IFTO

Sem informações

43. Relação de alunos/Docente de tempo integral (TCU)

No cálculo do indicador alunos equivalentes/docente em tempo integral, no ano de 2017, o IFTO obteve a média de 23,67. Apesar do indicador apresentar oscilações nos últimos 5 anos, o mesmo encontra-se acima da meta estabelecida no termo do acordo de metas, que é de 20 alunos para um professor. Essa oscilação é decorrente da variação de matrículas de cursos FIC durante o ano, como também redução de ofertas em cursos, principalmente nos Proeja FIC/Técnico.

44. Percentual de vagas ofertadas para cursos de licenciatura e formação pedagógica

A Lei N° 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, determina que os Institutos Federais, em cada exercício, deverão garantir o mínimo de 20% de suas vagas para atender cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica. No IFTO, em 2017, o percentual foi de 12,42%. Verifica-se a necessidade de aumentar a oferta no mínimo de 8%. Pró-Reitoria de Ensino vem trabalhando para fortalecer a ampliação da oferta junto aos campi que ainda não ofertam esse tipo de curso.

45. Percentual de vagas ofertadas para educação profissional técnica de nível médio

No IFTO, em 2017, o percentual atingiu 50,14% da oferta para a educação profissional técnica de nível médio. A Instituição vem mantendo o percentual mínimo da oferta para os cursos técnicos. Mas precisa melhorar na oferta de 10% para os cursos profissionais integrados com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sejam de qualificação profissional quanto técnicos.

46. Número de Publicações do IFTO (pesquisa e extensão)

Fatores que contribuíram:

- 1) Grande número de trabalhos enviados para a Jornada de Iniciação Científica
- 2) Lançamento da Revista Sítio Novo
- 3) o interesse da comunidade interna em publicar os resultados dos projetos executados no âmbito do programa de bolsa de extensão.

Fatores que dificultaram:

- 1) Falta de implantação da editora e escassez de avaliadores externos.

47. Número de propriedade intelectual gerada

Fatores que dificultaram:

- 1) Dificuldade dos donos dos produtos e processos em redigir de acordo com as regras das instituições de registro;
- 2) Dificuldade dos donos de produtos e processos em cumprir os prazos estabelecidos;
- 3) Dificuldade em conseguir que os membros da Comissão de Propriedade Intelectual se reunisse para as análises;
- 4) Morosidade do processo de análise dos pedidos

48. Quantidade de projetos de pesquisa e extensão institucionalizados

Existe um controle bastante eficiente para os projetos institucionalizados que recebem fomento. Entretanto, existem projetos que não recebem fomento os quais não há uma forma eficiente de controle. Existe também o fator envio de informações, pois dos 11 campi do IFTO apenas oito mandaram as informações requeridas sobre os projetos sem fomentos desenvolvidos na instituição.

Quanto aos 58 projetos de extensão institucionalizados, ressaltamos que há um campo amplo a ser explorado no que se refere a divulgação das possibilidades de extensão nos campi. Outrossim, as reformulações dos processos e o redesenho da política de bolsa é uma grande promessa para a ampliação do número de projetos institucionalizados. Nota-se que a necessidade de melhoria dos processos de

avaliação ante e post realização dos projetos dificulta a gestão. Mais difícil ainda é a gestão dos projetos executados diretamente nos campi: estes a Proex consegue ter o controle 6 meses após sua execução. Faz-se necessária a definição de procedimentos e registros unificados em sistema informático.

49. Quantidade de eventos realizados com a participação de mais de uma unidade

Foram realizados os seguintes eventos visando a integração da unidade: JICE, Inafro, Ifestival, Jogos do Instituto Federal, Seminário de Assistência Estudantil, Jogos dos Servidores e Seminário de Gestão de Pessoas.

Fator facilitador: o interesse da comunidade em participar

Fatores dificultadores: dificuldade de conciliar os calendários e custeio elevado.

50. Quantidade de eventos realizados com a temática dos direitos humanos

Desde 2016 a Pró-reitoria de Ensino em parceria com a Pró-reitoria de Extensão tem promovido o Seminário de Consciência Indígena e Afro-brasileira – INAFRO. Trata-se de uma ação afirmativa no âmbito da instituição com desdobramento acadêmico e social, institucionalizando uma agenda para o debate e a reflexão dos direitos humanos, notadamente sobre a luta e a história indígena e negra no Brasil, o racismo e o preconceito em suas diversas formas de expressão, as profundas desigualdades sociais existentes em nosso país, a legislação que trata da questão e a proposição de alternativas e estratégias para o combate ao preconceito e a todas as formas de discriminação.

Em 2017 o evento teve um significativo crescimento em número de participantes e de atividades.

Fator facilitador: o intenso engajamento de uma parcela de servidores e de estudantes.

Fator dificultador: a inexistência de Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas em alguns campi do IFTO para incrementar e manter as ações sobre a temática.

51. Percentual de setores com seus processos mapeados

Uma das dificuldades em alcançar essa meta é o tamanho da equipe da Coordenação de Planejamento Estratégico - CPE, que se propôs a conduzir esse trabalho. Outra questão é o desconhecimento sobre as técnicas de gestão de projetos por parte dos gestores.

Fatores que contribuíram para o mapeamento de processos no IFTO foi o fomento por parte da Coordenação, principalmente um treinamento realizado pela Coordenação de Planejamento Estratégico, em parceria com a Diretoria de Pesquisa.

52. Percentual de riscos tratados

A Gestão de Riscos no IFTO é incipiente, o que gera dificuldades no que diz respeito ao tratamento dos riscos identificados, observa-se no entanto, um esforço para a definição de ações que serão executadas no futuro. O que possibilitará o melhoramento desse indicador.

2.4.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Quadro 41 - Resultados dos Indicadores – ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005.

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2017	2016	2015	2014	2013
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Número de Candidatos / Número de Vagas	6,6	3,75	4,33	3,88	5,88
	Relação Ingressos/Aluno	Número de Ingressantes / Número Total Matriculados	31,26%	32,27%	33,61%	28,36%	23,97%
	Relação Concluintes/Aluno	Número de Concluídos / Número Total Matriculados	16,61%	14,27%	7,94%	11,38%	8,95%
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Número de Concluídos / Número de Matriculados Finalizados	43,3%	46,57%	35,85%	38,59%	41,97%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Número Total de Retidos / Número Total Matriculados	31,58%	43,95%	39,52%	39,55%	47,00%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Número Total Matriculados / Número Total de Docentes (quantidade total de docentes de 20h, multiplica-se por 0,5 e quantidade total de docentes de 40h e DE multiplica-se por 1).	23,67	26,62	23,17	23,51	26,17
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Total de Gastos/ Alunos Matriculados		12.494,19	12.309,71	10.837,67	15.804,52
	Percentual de Gastos com Pessoal	Total de Gastos com Pessoal / Gastos TOTAIS x 100	76%	63,73%	63,91%	59,23%	57,29%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Total de Gastos com Outros Custeios / Gastos Totais x 100	21%	21,07%	21,92%	20,79%	22,03%
	Percentual de Gastos com Investimentos	Total de gastos com despesas de Investimentos e Inversões Financeiras / Gastos Totais	2%	10,08%	10,97%	15,62%	23,42%
Socioeconômicos	Número de Alunos Matriculados por Renda Familiar Per Capita (RFPC)	0 < RFPC ≤ 0,5 SM	2.856	20	1.700	1.504	1.504
		0,5 < RFPC ≤ 1 SM	3.019	278	1.473		
		1 < RFPC ≤ 1,5 SM	1.515	300	1.088	914	
		1,5 < RFPC ≤ 2 SM	989	156	388	469	
		2 < RFPC ≤ 2,5 SM	988	368	190		
		2,5 < RFPC ≤ 3 SM	1.132	86	121	609	
		3 SM ≤ RFPC	497	912	308	1.181	923
		Não declararam /Não informaram	3.268	13.281	3.631	7.143	5.743
		Total	14.264	15401	8899	11366	8839
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	Índice = G*1+A*2+E*3+M*4+D*5/ G+A+E+M+D	3,62	3,74	3,30	3,210	3,092

OBS: Seção “Indicadores Socioeconômicos”: A partir de 2014, as faixas de renda foram padronizadas pela Diretoria de Assuntos Estudantis, facilitando o monitoramento de dados socioeconômicos.

FONTE: PROAD/PROEN /DAE/DGP

Indicador Socioeconomico

O IFTO, por meio da Política de Assistência Estudantil, concede benefícios financeiros e outras ações voltados ao público de menor renda familiar per capita. Auxílios financeiros, como o auxílio-alimentação e o auxílio-transporte, que ajudam a diminuir as despesas do estudante e buscam contribuir com a permanência e o êxito estudantil. Nesse cenário, a instituição dá suporte para minimizar os efeitos das desigualdades socioeconômicas no percurso formativo. Verifica-se número alto de estudantes que não declararam renda familiar no ano de 2016, fato relacionado à utilização do sistema acadêmico eletrônico no IFTO, que apresentou inconsistências para gerar o dado em questão.

Com exceção do Indicador Socioeconomico, devido a sua natureza, os outros indicadores tiveram metas atribuídas em atendimento ao acórdão 2222/2017 e foram analisados na seção anterior.

2.5. INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não houve ocorrência. O IFTO não executou projetos e programas financiados com recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras.

3. GOVERNANÇA

3.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS – IFTO, criado nos termos da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar.

De acordo com a lei nº 11.892, os Institutos Federais se organizam numa estrutura multicampi, possuindo como órgãos superiores pela sua administração o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes, e como órgão executivo de administração central a Reitoria. Cada campus do IFTO é administrado por um diretor-geral.

Na estrutura organizacional do IFTO, o controle no âmbito da unidade, conforme o regulamento Geral do IFTO, é exercida pelo Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFTO, ao qual compete às decisões para execução da política institucional em geral, tendo regulamento próprio e está em conformidade com o estabelecido com o Estatuto e Regimento Geral do IFTO.

Compete ao Conselho Superior: 1) Aprovar as diretrizes para atuação do IFTO e zelar pela execução de sua política educacional; 2) Deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do IFTO e dos Diretores-Gerais dos campi, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008; 3) Aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual; 4) Aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares do IFTO; 5) Aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; 6) Autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; 7) Apreciar as contas do exercício financeiro, o relatório de gestão anual e o parecer conclusivo emitido pela Auditoria Interna do IFTO sobre a propriedade e regularidade dos registros; 8) Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFTO; 9) Autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFTO, bem como o registro de diplomas; 10) Aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFTO, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica e 11) Deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, sendo regulamentado pela lei vigente e em conformidade com o estabelecido pelo Estatuto e pelo Regimento Geral do IFTO. O Colégio de Dirigentes tem regulamento interno próprio que normatiza seu funcionamento.

Compete ao Colégio de Dirigentes: 1) Assessorar a Reitoria em assuntos administrativos, econômico-financeiros, de ensino, pesquisa e extensão do IFTO; 2) Recomendar normas e critérios para a distribuição do orçamento anual; 3) Acompanhar a execução orçamentária anual; 4) Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do planejamento dos campi e da Reitoria; 5) Opinar sobre valores de contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, em função de serviços prestados, observando a legislação pertinente; 6) Indicar a concessão de graus, títulos e outras dignidades; 7) Propor ao Conselho Superior a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFTO; 8) Apreciar o calendário acadêmico e a agenda sistêmica do IFTO; 9) Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; 10) Elaborar propostas de alteração do seu próprio regulamento, a ser apreciado pelo Conselho Superior; 11) Constituir comissões para tratar assuntos de interesse da instituição e 12) apreciar outros assuntos de interesse da administração do IFTO.

A Unidade de Auditoria Interna (AUDIN) é o órgão de controle responsável por assessorar e otimizar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFTO e prestar apoio, de acordo com suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

A Unidade de Auditoria Interna, conforme Regimento Geral do IFTO está diretamente subordinada ao Conselho Superior, órgão máximo do IFTO. Sujeita-se à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram.

São competências da chefia da unidade de Auditoria interna: 1) Realizar o processo de planejamento, coordenação, controle e administração da Unidade de Auditoria Interna; 2) Encaminhar, periodicamente, à alta administração e a Controladoria Geral da União – CGU o relatório das atividades desenvolvidas pela AUDIN; 3) Prestar assessoramento à alta administração no que tange ao campo de atuação da Auditoria Interna; 4) Realizar, orientar e acompanhar a realização das ações de auditorias constantes no Plano Anual de Auditoria Interna nos campi. 5) Acompanhar as atividades de auditoria e fiscalização realizadas pelos órgãos de controle interno e Tribunal de Contas na Reitoria; 6) Instituir e manter atualizados os manuais de procedimentos de auditoria, o Plano Anual de Auditoria Interna, bem como os programas de auditoria e 7) Executar outras funções que lhe tenham sido atribuídas.

3.2. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE INTERNA

Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna disponível em: <http://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/audin/documentos/regimentointerno-unidade-de-auditoria-interna-ifto.pdf/view>

O art. 6º do Regimento Geral do IFTO e o art. 10 do Regimento Interno da AUDIN dispõem que a Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins é subordinada diretamente ao Conselho Superior do IFTO.

No que se refere à nomeação do titular da AUDIN o art. 12, parágrafo 2º do Regimento Interno da AUDIN, dispõe: §2º - A nomeação ou exoneração do Auditor-chefe será submetida, pelo Reitor, à aprovação do Conselho Superior, e, após, à aprovação da Controladoria-geral da União no Estado do Tocantins, nos termos do parágrafo 5º, artigo 15, do Decreto n. 3.591, de 06 de setembro de 2000.

Quanto à comunicação a alta gerência das recomendações emitidas pela AUDIN, informamos que o Relatório Final de Auditoria é encaminhado ao Conselho Superior do IFTO e na conclusão de cada relatório, a AUDIN, informa aos gestores que os mesmos não são obrigados a cumprir as recomendações da AUDIN, mas são responsáveis por possíveis prejuízos que possa vir a ocorrer. Ressalte-se, também, que esta informação consta no Manual da Auditoria Interna do IFTO, no item Monitoramento dos resultados, disponível em: <http://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/audin/documentos/manual-auditoria-interna-ifto.odt/view>

A sistemática de comunicação ao Reitor e ao Conselho Superior do IFTO sobre os riscos pela não implementação das recomendações emitidas pela AUDIN segue a orientação prevista no Manual da Auditoria Interna, no item Monitoramento dos resultados.

Ressalta-se que, as recomendações emitidas pela AUDIN que não foram implementadas estão em fase de implementação.

3.2.1 Sobreposição de carga horária – Pronatec

A Unidade de Auditoria Interna do IFTO está cumprindo a determinação do subitem 9.3 do Acórdão 1006/2016 – TCU – Plenário, conforme quadro XIII, item 5.10 do Plano anual de Auditoria Interna – PAINT 2017. Porém, no exercício de 2017 a auditoria prevista não foi realizada tendo em vista que desde 2015 a julho de 2017 o IFTO não ofertou cursos do Pronatec.

A partir de agosto de 2017 iniciou-se o processo de seleção para os cursos de uma nova ação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Mediotec, o qual ofertará vagas em cursos técnicos concomitantes ao ensino médio para alunos regularmente matriculados nas redes públicas de educação. Esses cursos são ofertados, no âmbito do IFTO, na modalidade à distância e as aulas foram iniciadas a partir de outubro de 2017. Desse modo não foi possível auditar devido à ausência de amostra.

3.3. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

O IFTO não dispõe de um setor de correição. Para abertura de processos disciplinares, o Gabinete do Reitor e o Gabinete dos Diretores-gerais dos *Campi* convocam os servidores do quadro do IFTO para formar as comissões.

Das informações registradas no sistema CGU-PAD, constam instaurados no exercício de 2017: 4 processos administrativos disciplinares, rito ordinário, 3 processo rito sumário e 31 processos de sindicância, no período de 01/01/2017 a 31/12/2017. Essas informações foram colhidas do sistema CGU-PAD, no dia 05/03/2018. Dos processos julgados, não ocorreu irregularidades no âmbito dos macroprocessos finalísticos e que foram capazes de impactar o desempenho da UJ.

Quanto ao uso do Sistema CGU-PAD, o IFTO está em conformidade com o prescrito na referida Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

3.4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Gestão de Riscos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO foi instituída em 27 de abril de 2015 pela Portaria nº 276/2015/REITORIA/IFTO com a finalidade de implantar procedimentos de gerenciamento de riscos em todas as unidades do Instituto, definindo os requisitos mínimos de uma metodologia de identificação, monitoramento e controle de riscos institucionais, privilegiando uma visão antecipada da administração, permitindo o tratamento e prevenção de crises para que houvesse uma evolução no planejamento, no desempenho e na efetividade das nossas atividades enquanto instituição de ensino.

O procedimento metodológico que é aplicado permite identificar os processos críticos de trabalho das unidades organizacionais sujeitos a vulnerabilidades e confere um status de criticidade que permite conhecer e classificar os processos mais importantes dos setores. Após essa análise é feita a identificação de riscos que podem afetar tanto de forma benéfica (oportunidades) quanto maléfica (ameaças) as atividades executadas, sendo documentadas em registro específico (formulário do IFTO) suas características e definindo sua classificação, a saber: conformidade/legal, operacional, financeiro ou estratégico.

Uma vez identificados os riscos, partimos para a categorização dos seus níveis. O nível de um risco é determinado pela combinação das suas consequências para a organização (impacto) e a chance de ocorrência (probabilidade). Também é criada a matriz de risco que permite demonstrar visualmente os níveis de tolerância do instituto a riscos.

As ações tomadas pelas unidades do IFTO para tratar os riscos são as ações de controle, esta etapa inclui a formulação das respostas aos riscos por meio de um plano, de forma a aumentar as oportunidades e reduzir as ameaças aos objetivos institucionais. As respostas planejadas são adequadas à relevância do risco, levando em consideração seus custos e benefícios.

As possíveis respostas dadas aos riscos foram: Aceitar (ou tolerar) o risco; Mitigar os riscos, isto é, tratá-los de forma a restringi-los a um nível aceitável reduzindo as chances de ocorrência (probabilidade) e/ou impacto do evento de riscos; Transferir o risco para terceiros; Eliminar o risco, alterando o plano ou

processo ou terminar a atividade que deu origem ao risco. Em todos estes casos, as oportunidades geradas pela incerteza foram consideradas.

Durante o ano de 2015 a comissão responsável pela gestão de riscos no IFTO desenvolveu as seguintes atividades: 1) Nivelamento – formação da equipe preliminar, estruturação da equipe e nivelamento conceitual; 2) Proposição de ideias – Benchmarking para identificação de práticas de gestão de risco; 3) Definição do modelo – definição de modelo e método de aplicação; 4) Aprovação do modelo – aprovação do modelo pela alta gestão; 5) Aplicação do Modelo – definição dos responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos em cada unidade; 6) Aplicação do Modelo – capacitação e aplicação do modelo nas unidades administrativas do instituto; 7) Envio dos relatórios de cada Unidade e compilação em relatório.

Em 2016 a equipe responsável pelo gerenciamento de riscos do IFTO publicou seu relatório unificado de riscos com informações das 11 (onze) unidades do IFTO mais a reitoria. Ao todo 113 (cento e treze) setores entre Pró-reitorias, diretorias, gerências e coordenações realizaram o mapeamento de riscos. Foram identificados 779 (setecentos e setenta e nove) riscos, classificados por tipo, quais sejam (De conformidade/Legal, Operacional, Financeiro e Estratégico). Ademais, 85 (Oitenta e cinco) matrizes de riscos e 102 (cento e dois) planos de ação - com 451 riscos tratados- foram gerados e estão disponibilizados no site do IFTO.

Em 2017 houve o esforço para que se efetivasse o monitoramento e controle por meio da implantação das ações planejadas que incluíram: 1) Monitorar se o perfil de risco está mudando; 2) Tomar as ações preventivas e corretivas necessárias; 3) Garantir que o gerenciamento de riscos está sendo efetivo; 4) Atualizar registros de riscos e documentos relacionados; 5) Documentar lições aprendidas com plano de ação.

A expectativa para 2018 é que a metodologia da Gestão de Riscos no IFTO seja reformulada, de modo a atender mais efetivamente os objetivos do planejamento estratégico e da auditoria interna. Nesse sentido, buscaremos a atualização do método e da forma de coleta de dados que será realizada via sistema informatizado.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. GESTÃO DE PESSOAS

4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 42 - Força de Trabalho da UPC.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	140	1226	109	57
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1235	1226	109	57
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1219	106	54
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2	1	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		2	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		3	1	2
2. Servidores com Contratos Temporários	128	75	60	44
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1368	1301	169	101

Fonte: Siape

Quadro 43 - Distribuição da Lotação Efetiva.

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	272	955
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	272	955
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	268	951
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	3
2. Servidores com Contratos Temporários	0	75
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	272	1030

Fonte: Siape

Quadro 44 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	70	70	15	15
1.1. Cargos Natureza Especial		0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		70	15	15
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		69	14	14
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		0	0	0
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas	266	233	125	121
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		232	126	121
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		1	1	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	336	303	140	136

Fonte: Siape

O IFTO possui em seu quadro de pessoal:

- (a) 70 cargos de direção, sendo: 1 CD-1; 13 CD-2; 19 CD-3 E 37 CD-4, todas se encontram providas.
- (b) 194 Funções de confiança, sendo: 55 FG-1; 80 FG-2; 4 FG-3; 43 FG-4; 12 FG-5, e 72 FCC (FUC-1) destas encontram-se desocupadas, 1 FG-1; 14 FG-4 3 FG-5 e 11 FCC (FUC-1).

As funções gratificadas FG-4 e FG-5, por terem valores irrisórios são pouco atraentes aos servidores, levando em consideração o grau de responsabilidade imposta.

4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 45- Despesas com pessoal.

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	61220046,04	29574702,06	13220672,69	4643917,47	7221692,78	3623638,21	0	2126133,71	147445,1	121778248,1
	2017	80.360.815,45	27.713.901,18	15.694.725,02	5.718.871,65	7.329.728,80	3.823.850,19	0	5.295.330,06	139.848,00	146.077.070,35
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	0	4191,58	42487,61	1117,35	0	0	0	294,96	0	48091,5
	2017	0	1.668,04	53.670,47	7.295,23	0	0	0	0	0	62.633,74
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	307315,57	30702,85	29753,74	9477,59	19547,64	25267,12	0	11567,03	0	433631,5
	2017	414.956,97	0	0	0	0	0	0	0	0	414.956,97
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	2585605	0	226113,5	111203,7	599739,6	40285,5	0	3238,32	0	3566185
	2017	0	1.668,04	53.670,47	7.295,23	0	0	0	0	0	62.633,74

Demonstrativo de Despesa com Pessoal nos últimos dois anos, agrupados por rubricas.

4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Status dos riscos na área de pessoal durante o exercício de 2017.

Quadro 46 - Riscos relacionados à gestão de pessoas.

	Descrição do Risco	Responsável	Resposta ao Risco	Ação	Data da Ação/2017	STATUS
1	Coordenação de concurso público	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Realizar reuniões periódicas no decorrer da realização do concurso, elaboração de material explicativo (fluxos e procedimentos)	a partir de março	Executado
2	Concurso público - Demandas judiciais que paralise ou cancele um concurso público	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Intensificar estudos sobre a legislação aplicada a concurso público, eliminar riscos praticados em concursos anteriores.	a partir de março	Está em execução
3	Concurso público - Insuficiência de recursos para pagamentos de GECCs	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Orientação específica para a comissão em relação a escassez de recurso para GECC		Executado
4	Concurso público - Controle na elaboração das questões do concurso	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Aumentar o controle em relação ao plágio.	a partir de março	Executado
5	Concurso público - Dependência de empresas para filmagens das provas	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Melhorar o termo de referência fazendo constar obrigações específicas, tais quais: Capacidade técnica, qualidade e quantidade dos recursos tecnológicos e de pessoal.	a partir de fevereiro	Executado
6	Concurso público - Perda ou roubo de patrimônio	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Fazer o controle efetivo dos bens patrimoniais utilizados no concurso.	a partir de março	Está em execução
7	Concurso público - Erros de logística na distribuição de provas	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Elaborar um roteiro de procedimentos para aplicação da prova, estabelecer fluxos de atividades.	a partir de março	Executado
8	Coordenar a elaboração de plano de capacitação	Maria Edileuza/Comite de capacitação	Mitigar	Solicitar do comitê a elaboração de projeto de mapeamento de Competências, com calendário de execução.	a partir de fevereiro	Não realizado
9	Coordenar a execução de plano de capacitação	Maria Edileuza/Comite de capacitação	Mitigar	Solicitar do comitê conclusão do projeto de mapeamento de Competências, com calendário de execução.	a partir de outubro	Não realizado
10	Responder e encaminhar as demandas decorrentes de processos judiciais	Maria Edileuza/CLN	Mitigar	Elaboração de planilha para cumprimento de prazos.	a partir de fevereiro	Está em execução

4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro 47 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins						
UG/Gestão: 26424/158131						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Limpeza, Asseio e Conservação	04.795.101/0001-57	16/06/2014	16/06/2017	Fundamental	P
2015	Manutenção preventiva e corretivamente de equipamentos de ar-condicionado	03.753.725/0001-49	15/10/2015	15/10/2017	Fundamental	E
2015	Apoio administrativo	04.795.101/0001-57	01/02/2016	01/01/2017	Fundamental	P
2016	Segurança e Vigilância Patrimonial, através de Vigilância armada, a serem executados nas dependências de todo o <i>IFTO</i>	13.019.295/0002-70	18/05/2016	18/05/2018	Fundamental	P

Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados: Indicação do grau de escolaridade mínimo exigido para o cargo contratado.

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

Fonte: SIASG

Quadro 48 - Composição do Quadro de Estagiários.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	74	80	77	78	397241,73
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	74	80	77	78	397241,73
2. Nível Médio	17	18	12	13	51760,62
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	17	18	12	13	51760,62
3. Total (1+2)	91	98	89	91	449002,35

4.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não houve ocorrência. Em 2017 o IFTO não contratou consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais. O IFTO conta na sua estrutura um Coordenação de Relações e Assuntos Internacionais.

4.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

4.2.1. Gestão da frota de veículos

Atualmente como referência para normatizar a utilização dos veículos oficiais desta Instituição, utilizamos o Decreto nº 6.403 de 17 de Março de 2008 e a Instrução Normativa nº 3 de 15 de Maio de 2008, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Instituto Federal do Tocantins passa por um momento de expansão e reestruturação nas áreas administrativa e pedagógica de todas as suas unidades. Este crescimento perpassa pelo aumento considerável de alunos e servidores, como consequência verifica-se a necessidade de deslocamentos constantes para as unidades do Instituto, visando atender demandas dos diversos setores desta Instituição a fim de propiciar melhoria no processo ensino-aprendizagem.

Apresentamos abaixo relação com a quantidade de veículos em uso, discriminados por grupos e por unidades de ensino, pertencentes ao Instituto Federal do Tocantins.

Quadro 49 - Frota de Veículos IFTO

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS						
UNIDADE REITORIA						
TOTAL	MARCA	MODELO	PLACA	COMBUSTÍVEL	ANO	CATEGORIA
01	PEUGEOT	VAN BOXE	MWZ0228	DIESEL	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
02	RENAULT	LOGAN	MXB6351	FLEX	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
03	RENAULT	LOGAN	MXB4651	FLEX	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
04	FORD	RANGER	MXG6983	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
05	FORD	FOCUS	MWY8131	GASOLINA	2009	VEICULO DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL
06	FORD	FOCUS	MWE8334	FLEX	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
07	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7218	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
08	MITSUBISHI	L200	OYB3498	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
98	VOLAREW9	MICRO	OYA7812	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
10	MITSUBISHI	L200	OLM7014	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE ARAGUATINS						
11	TOYOTA	BANDEIRANTE	MVM2371	DIESEL	1987	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
12	CHEVROLET	D20	MVP9910	DIESEL	1995	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
13	MERCEDES	ÔNIBUS	MVN3630	DIESEL	1994	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
14	FORD	FOCUS	MWJ0103	FLEX	2011	VEICULO DE

						TRANSPORTE INSTITUCIONAL
15	VW	GOL	MXD2601	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
16	VW	GOL	MWX3086	FLEX	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
17	VW	GOL	MXD2651	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
18	FIAT	VAN	MXA4682	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
19	VOLAREW8	MICRO	OYA7832	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
20	FORD	RANGER	HDO9324	DIESEL	2007	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
21	FORD	F350	HJW5649	DIESEL	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
22	MITSUBISHI	L200	OYB3528	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
23	MITSUBISHI	L200	OYB3538	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
24	HONDA	NXR125	MVY9361	GASOLINA	2005	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
25	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7378	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
26	MOTO HONDA	BROS 150	OLM0256	GASOLINA	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
27	MOTO HONDA	BROS 150	OLL4085	GASOLINA	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
28	RENOLT	LOGAN	QKA5238	FLEX	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
29	VOLVO	ONIBUS	QKA2128	DIESEL	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
30	MOTO HONDA	BROS 150	OLL4075	GASOLINA	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE PALMAS						
31	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7328	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
32	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7268	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
33	FIAT	SIENA	MWU4262	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
34	VW	ÔNIBUS	MVV2372	DIESEL	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
35	FORD	FOCUS	MWE8274	FLEX	2011	VEICULO DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL
36	V6 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWG3936	DIESEL	2007	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
37	FIAT	PALIO	MWK0950	GASOLINA	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
38	MERCEDES	ÔNIBUS	MWP2988	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
39	FIAT	STRADA	MWK0960	GASOLINA	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
40	FORD	RANGER	MXG7043	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
41	CHEVROLET	S10	MWP7863	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
42	MERCEDES	ATEGO 1725	JJT1530	DIESEL	2011	VEICULO DE

						SERVIÇO COMUM
43	MITSUBISHI	L200 TRITON	OYB3508	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
44	VOLARE	MICROÔNIBUS	OLJ0731	DIESEL	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE PARAÍSO DO TOCANTINS						
45	NISSAN	FRONTIER	MWJ6467	DIESEL	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
46	V8 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWP4759	DIESEL	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
47	FIAT	SIENA	MWV6008	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
48	MITSUBISHI	L200	OYB3548	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
49	MITSUBISHI	L200	OYB3558	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
50	ONIBUS	VOLVO	OLN1353	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
51	RENAULT	LOGAN	QKA5248	FLEX	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
52	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7148	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE ARAGUAÍNA						
53	VW	PARATI	MWT5851	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
54	FORD	RANGER	MXG7123	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
55	V9 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWI2072	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
56	VOLVO	ONIBUS	QKA2118	DIESEL	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
57	MITSUBISHI	L200	OYB3588	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
58	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7358	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE PORTO NACIONAL						
59	FORD	RANGER	MXG6933	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
60	V9 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWI2092	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
61	MITSUBISHI	L200	OYB3568	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
62	RENAULT	LOGAN	OYA8991	FLEX	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
63	MERCEDES	NEOBUS	MXD4292	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
64	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7138	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE GURUPI						
65	FORD	RANGER	MXG7153	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
66	V9 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWI2092	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
67	MITSUBISHI	L200	OYB3578	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
68	RENAULT	LOGAN	OYA8971	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
69	VOLVO	ONIBUS	OLN1363	DIESEL	2014	VEICULO DE

						SERVIÇO COMUM
70	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7248	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE DIANÓPOLIS						
71	VOLARE W9	MICRO ONIBUS	OLJ0721	DIESEL	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
72	MITSUBISHI	L200	OYB3518	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
73	RENAULT	LOGAN	OYA9001	FLEX	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
74	FORD	RANGER	MVV9658	DIESEL	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
75	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7368	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE COLINAS						
76	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7338	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
77	RENAULT	LOGAN	QKA5218	FLEX	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
78	VOLARE	MICRO	QKD1429	DIESEL	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
79	MITSUBISHI	L200 TRITON	OLM6974	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE REITORIA – CAMPUS AVANÇADO LAGOA DA CONFUSÃO						
80	MITSUBISHI	L200 TRITON	OLM6954	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
81	RENAULT	LOGAN	QKA5208	FLEX	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE REITORIA – CAMPUS AVANÇADO PEDRO AFONSO						
82	MITSUBISHI	L200 TRITON	OLM7084	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
83	VOLARE	MICRO ONIBUS	QKD1459	DIESEL	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
84	RENAULT	LOGAN	QKA5198	FLEX	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE REITORIA – CAMPUS AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA						
85	MITSUBISHI	L200 TRITON	OLM7054	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
86	RENAULT	LOGAN	QKA5228	FLEX	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM

Como média anual de quilômetros rodados, temos os seguintes dados, conforme abaixo:

-Veículos Transporte Institucional: Aproximadamente 5.000 Quilômetros anuais

-Veículos de Serviço Comum: Aproximadamente 18.000 Quilômetros Anuais

A frota do Instituto Federal do Tocantins possui uma idade média de 08 (Oito) anos, sendo consideravelmente nova.

Relativo aos custos associados à manutenção da frota, temos os seguintes valores:

-Media Mensal de Gastos com Manutenção (Incluindo peças): R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais);

-Média Mensal de Gastos com Abastecimento: R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais).

A Instituição opta até o presente momento, pela aquisição de veículos oficiais e não pela terceirização, devido à característica das demandas de todas as nossas unidades, onde são demandas constantes e com particularidades bem distintas de uma Instituição de Ensino.

Atualmente dispomos de um controle efetivo em todas as nossas unidades, onde os fiscais do contrato de Abastecimento/Manutenção de Veículos oficiais, bem como os Coordenadores de Transportes de cada unidade, acompanham sistematicamente alguns parâmetros, dentre eles, quilometragem rodada,

média de consumo de combustíveis, valores compatíveis com o mercado para a manutenção (incluindo peças) destes veículos e a medida do possível os responsáveis pelo transporte de cada unidade busca a compatibilização dos deslocamentos de acordo com as demandas agendadas previamente.

4.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

O Instituto Federal do Tocantins busca a medida do possível adotar políticas unificadas de desfazimento de veículos oficiais nas suas unidades. Destacamos que durante o exercício de 2017 não foi realizado nenhum procedimento de desfazimento de veículos no âmbito da Instituição.

4.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quadro 50 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	Tocantins		
	Palmas	03	03
	Porto Nacional	01	01
	Paraíso	01	01
	Gurupi	01	01
	Araguaína	02	02
	Araguatins	01	01
	Colinas	02	02
	Dianópolis	01	01
	Reitoria	01	01
Subtotal Brasil		13	13
EXTERIOR	PAÍS 1	00	00
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		13	13
Fonte: Spiunet e Gerentes Administrativos dos Campi			

Quadro 51 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.

ITEM 2 – IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158336	9733.00355.500-3	21	2	27.561.201,57	24/10/2014	29.667.669,76	4.445,04	41.996,79
158336	9733.00361.500-6	21	3	4.418.013,79	24/10/2014	7.981.695,67	-	-
158336	9733.00363.500-7	21	3	4.700.846,00	24/10/2014	9.168.996,90	-	-
158337	9243.00019.500-1	21	3	6.221.941,28	09/07/2013	13.918.548,68		244.641,44
158557	9559.00025.500-0	21	2	4.772.199,60	02/10/2014	10.915.960,70	-	32.429,29
158511	9241.00055.500-1	21	2	1.386.844,77	30/09/2014	3.723.821,61	-	34.964,96
158511				1.150.000,00	-	-		-
158556	9385.00056.500-5	21	2	4.912.358,31	30/09/2014	10.575.904,32	-	12.306,40
158489	9419.00011.500-4	21	3	6.411.223,66	30/09/2014	11.682.731,17	-	50.987,91
158131	9733.00388.500-8	21	1	9.000.000,00	17/02/2014	8.809.339,48		60.029,49
158628	9341.00017.500-0	21	5	6.647.745,68	26/04/2013	6.647.745,68		33.494,57
158633	Colinas do Tocantins	21	2	-	-	-	-	74.617,37
158131	Pedro Afonso	5	6	-	-	-	-	-
158131	Lagoa da Confusão	5	4					-
158131	Formoso do Araguaia	5	3	-	-	-	-	-
Total							4.445,04	585.468,22
Fonte: Spiunet, SPU – Superintendência do Patrimônio da União e Diretorias Administrativas dos <i>Campi</i> e SIAFI 2017								

Quadro 52 – Legendas quanto ao Regime

1 – Aquicultura	12 – Em regularização – Outros
2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)
4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro)
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão
6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega
7 – Comodato	18 – Irregular – Outros
8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros
9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público
10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena

11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso
---------------------------------	--------------------

Quadro 53 - Legendas quanto ao Estado de Conservação.

1 – Novo	5 – Reparos Importantes
2 – Muito Bom	6 – Ruim
3 – Bom	7 – Muito Ruim (valor residual)
4 – Regular	8 – Sem Valor

- Os bens imóveis do IFTO Campus Palmas estão classificados de acordo com as suas finalidades, ou seja, classificado e contabilizado conforme com o código da tabela SPIU em Imóveis de Uso Educacional. O sistema utilizado para os registros das informações referentes aos imóveis é o Sistema de Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet. Os lançamentos no sistema guardam conformidade com os dados dos imóveis, seus valores e refletem a situação real em 31/12/2017.
- Da análise dos quadros temos a quantidade de imóveis, seus números de registros, estado de conservação e valores, e quanto a esse último ressalta-se as despesas relacionadas à manutenção e reforma contabilizadas no ano de 2017.
- O Campus Lagoa da Confusão, Pedro Afonso e Formoso do Araguaia ainda estão interligados com a Reitoria, por isso, não possuem despesas com manutenção, ficando estas todas sob o RIP da Reitoria. Vale ressaltar que, estes *Campi* estão em fase inicial de sua implantação, sendo esse o motivo por não terem ainda um número RIP, bem como despesas com manutenção e reforma.
- Os imóveis do Campus Pedro Afonso, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia foi cedido ao IFTO pelo Governo do Estado do Tocantins e Prefeitura Municipal respectivamente.
- Os valores reavaliados das UG's 158131 e 158628 são referentes à última avaliação feita pela SPU, os demais são uma soma dos valores avaliadores pela SPU com os valores gastos com obras nas referidas unidades. Estes valores são os mesmos que constam no SIAFI.
- No Campus Paraíso do Tocantins, RIP 9419.00011.500-4, houve ainda despesas com manutenção predial em restos a pagar no valor de R\$ 17.873,95 e liquidados no exercício de 2017 R\$ 33.113,96, totalizando uma despesa total de R\$ 50.987,91.

4.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 54 – Restaurante/Lanchonete – Campus Palmas.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9733003565009
	Endereço	AE 310 Sul, Av. NS 10 esquina com Av. LO 05, Plano Diretor Sul, Palmas - TO
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.675.440/0001-37
	Nome ou Razão Social	E. J. DA ROCHA ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante/lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação na modalidade Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração dos serviços de restaurante e lanchonete
	Prazo da Cessão	5 (cinco) anos
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de espaço físico localizado no endereço AE 310 Sul, Av. NS 10 esquina com Av. LO 05, Plano Diretor Sul, Palmas – TO, com área de 460,61m².
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão onerosa de espaço físico. Pagamento de aluguel.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na conta contábil 433110100 (Valor bruto exploração bens, direitos e serviços) na UG/Gestão 158336/26424.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Valores com receita de aluguel são incluídas ao orçamento do IFTO no ano seguinte para utilização em despesas de custeio.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Gastos relacionados ao imóvel por conta do cessionário.
Fonte: Gerencia administrativa do Campus		

Quadro 55 – Reprografia – Campus Palmas.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9733003565009
	Endereço	AE 310 Sul, Av. NS 10 esquina com Av. LO 05, Plano Diretor Sul, Palmas - TO
Identificação do Cessionário	CNPJ	18.022.732/0001-48
	Nome ou Razão Social	LEONARDO MIRANDA RIBEIRO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação na modalidade Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração dos serviços de reprografia para a comunidade acadêmica do IFTO Campus Palmas
	Prazo da Cessão	5 (cinco) anos
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de espaço físico localizado no endereço AE 310 Sul, Av. NS 10 esquina com Av. LO 05, Plano Diretor Sul, Palmas – TO, com área de 25m².
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão onerosa de espaço físico. Pagamento de aluguel.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na conta contábil 433110100 (Valor bruto exploração bens, direitos e serviços) na UG/Gestão 158336/26424.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Valores com receita de aluguel são incluídas ao orçamento do IFTO no ano seguinte para utilização em despesas de custeio.

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Gastos relacionados ao imóvel por conta do cessionário.
Fonte: Gerencia administrativa do Campus		

Quadro 56 – Cantina e Lanchonete – Campus Araguaína

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9241.00055.500-1
	Endereço	Rua Paraguai, esq. c/ Av. Amazonas, Qd. 56, Lt. 01, Bairro Cimba, Araguaína, CEP – 77826-170
Identificação do Cessionário	CNPJ	20.078.231/0001-25
	Nome ou Razão Social	Cristiane Telesfora Milanes Ribeiro
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina e Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação, na modalidade Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviço de lanchonete/cantina c/ fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessária à execução do serviço para atendimento dos alunos e público em geral
	Prazo da Cessão	12 meses, prorrogáveis por sucessivos períodos de mesma duração até o limite de 60 meses
	Caracterização do espaço cedido	Espaço físico de 54,87m², com instalações de água e energia elétrica
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A UJ recebe o valor mensal de R\$ 393,33 (trezentos e Noventa e Três Reais e Trinta e Três Centavos) à título de aluguel do espaço físico, além dos serviços de cantina e lanchonete fornecidos pelo concessionário
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na conta contábil 41311000 (alugueis) na UG/Gestão 158511/26424
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos oriundos do aluguel do espaço físico da Cantina são utilizados para aquisição de materiais de consumo
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos decorrentes do consumo de água e energia elétrica são calculados de forma proporcional e repassados ao concessionário da Cantina
Fonte: Gerencia administrativa do Campus		

Quadro 57 - Lanchonete - Campus Colinas do Tocantins

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	Av. Bernardo Sayão lotes 29B e 29C Chácara Raio de Sol Zona Rural Colinas do Tocantins - TO, Zona Rural. <i>Campus Colinas do Tocantins</i>
Identificação do Cessionário	CPF/CNPJ	26.901.172/0001-20
	Nome ou Razão Social	R R ALIMENTOS LTDA - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação na modalidade Concorrência

	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração dos serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	12 meses (prorrogável por igual período e no máximo 60 meses)
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de espaço físico localizado no endereço: Av. Bernardo Sayão lotes 29B e 29C Chácara Raio de Sol Zona Rural Colinas do Tocantins - TO, com área de 54,87 m².
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão onerosa de espaço físico. Pagamento de aluguel.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na conta contábil 41311000 (alugueis) na UG/Gestão 158633/26424.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Fazer parte da receita prevista para o exercício.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Gastos relacionados ao imóvel por conta do cessionário.

Quadro 58 – Restaurantes e Similares – Campus Paraíso do Tocantins

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	941900011500-4
	Endereço	BR 153, Km 480, Bairro Santana Paraíso do Tocantins
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.100.134/0001-09
	Nome ou Razão Social	Gerebas Casas do Lanche Comércio LTDA - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e Similares
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de Serviços de Restaurante e lanchonete
	Prazo da Cessão	24 meses
	Caracterização do espaço cedido	O espaço cedido possui cerca de 54,87 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$-425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais) uso espaço físico. R\$-108,70 (cento e oito reais e setenta centavos) retribuição uso energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Fonte: 0250 UG: 158489
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os valores recebidos está depositado na conta Campus Paraíso do Tocantins/IFTO.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O rateio ocorre somente com a fatura de energia elétrica e a manutenção, conservação e limpeza são executados pela concessionária.
Fonte: Gerencia administrativa do <i>Campus</i>		

Quadro 59 – Cantina e Lanchonete – Campus Porto Nacional

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9559.00025.500-0
	Endereço	Avenida Tocantins, Loteamento Mãe Dedé, Jardim América, Porto Nacional – TO, 77.500-000
	CNPJ	14.330.016/0001-77

Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	Luci Vaina Martins da Silva Barbosa Lanchonete
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina e Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação, na modalidade Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviço de lanchonete/cantina c/ fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessária à execução do serviço para atendimento dos alunos e público em geral
	Prazo da Cessão	60 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Espaço físico de 54,87m², com instalações de água e energia elétrica
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A UJ recebe o valor mensal de R\$ 466,66 (Quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) à título de aluguel do espaço físico, além dos serviços de cantina e lanchonete fornecidos pelo concessionário
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na conta contábil 41311000 (alugueis) na UG/Gestão 158557/26424
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos oriundos do aluguel do espaço físico da Cantina são utilizados para aquisição de materiais de consumo
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos decorrentes do consumo de água e energia elétrica são calculados de forma proporcional e repassados ao concessionário da Cantina
Fonte: Gerencia administrativa do Campus		

Quadro 60 – Cantina e Lanchonete – Campus Dianópolis

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	Campus Dianópolis
	Endereço	Rodovia TO 040, Km 349, Loteamento Rio Palmeira, Dianópolis-TO, CEP: 77300-000.
Identificação do Cessionário	CNPJ	22.743.171/0001-43
	Nome ou Razão Social	Sergio Miguel Alves da Silva Lanches - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina e Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação, na modalidade Concorrência.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviço de lanchonete/cantina c/ fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessária à execução do serviço para atendimento dos alunos e público em geral.
	Prazo da Cessão	12 meses, prorrogáveis por sucessivos períodos de mesma duração até o limite de 60 meses
	Caracterização do espaço cedido	Espaço físico de 23,63m², com instalações de água e energia elétrica
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A UJ recebe o valor mensal de R\$ 234,50 (duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos) à título de aluguel do espaço físico, além dos serviços de cantina e lanchonete fornecidos pelo concessionário
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na UG/Gestão 158628/26424

	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos oriundos do aluguel do espaço físico da Cantina serão utilizados para aquisição de materiais de consumo
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos decorrentes do consumo de água e energia elétrica são calculados de forma proporcional e repassados ao concessionário da Cantina
Fonte: Gerencia de Administração do Campus		

Quadro 61 – Lanchonete – Campus Araguatins

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9243.00019.500-1
	Endereço	Povoado Santa Tereza, km:05, Zona Rural. IFTO-campus Araguatins. Araguatins-TO
Identificação do Cessionário	CPF	172.505.952-53
	Nome ou Razão Social	Ivam Gonçalves de Andrade
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação na modalidade Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração dos serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de espaço físico localizado no endereço: Povoado Santa Tereza, km:05, Zona Rural. IFTO-campus Araguatins. Araguatins-TO, com área de 349,47 m².
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão onerosa de espaço físico. Pagamento de aluguel.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na conta contábil 41311000 (alugueis) na UG/Gestão 158337/26424.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Fazer parte da receita prevista para o exercício.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Gastos relacionados ao imóvel por conta do cessionário.

Quadro 62 - Lanchonete – Campus Gurupi

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9385.00056.500-5
	Endereço	Alameda Madrid, 545 CEP 77410-470 SETOR SEVILHA GURUPI - TO
Identificação do Cessionário	CNPJ	21.245.081/0001-60
	Nome ou Razão Social	Valkíria Teixeira da Silva Santos
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina e Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação, na modalidade Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviço de lanchonete/cantina c/ fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessária à execução do serviço para atendimento dos alunos e público em geral
	Prazo da Cessão	12 meses, prorrogáveis por sucessivos períodos de mesma duração até o limite de 60 meses

	Caracterização do espaço cedido	Espaço físico de 54,87m², com instalações de água e energia elétrica
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A UJ recebe o valor mensal de R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais) à título de aluguel do espaço físico, além dos serviços de cantina e lanchonete fornecidos pelo concessionário
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na conta contábil 41311000 (alugueis) na UG/Gestão 158556/26424
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos oriundos do aluguel do espaço físico da Cantina são utilizados para aquisição de materiais de consumo
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos decorrentes do consumo de água e energia elétrica são calculados de forma proporcional e repassados ao concessionário da Cantina
Fonte: Gerência administrativa do Campus		

4.2.5. Informações sobre imóveis locados de terceiros

Quadro 63 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício 2017	Exercício 2016
BRASIL	TOCANTINS		
	Palmas	00	00
	Porto Nacional	00	00
	Paraíso	00	00
	Gurupi	00	00
	Araguaína	00	00
	Araguatins	00	00
	Colinas	00	01
	Dianópolis	00	00
	Reitoria	00	00
Subtotal Brasil		00	01
EXTERIOR	PAÍS 1	00	
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		00	01
Fonte: Spiunet e gerentes administrativos dos Campi			

4.2.6. Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Quadro 64 - Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.

Nome da Obra	Descrição	Localização	Valor da Obra
--------------	-----------	-------------	---------------

Construção de nova guarita de vigilância/segurança	Execução de obra de engenharia, referente à construção de nova guarita de vigilância/segurança, do <i>Campus</i> Porto Nacional do IFTO, com área total de 120,55 m ²	Campus Porto Nacional	R\$ 378.941,53
Ampliação do Bloco II.	SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DO BLOCO II COM 12 SALAS DE AULAS, COM ADAPTAÇÃO DO PÁTIO LIVRE DO TÉRREO PARA A CRIAÇÃO DE 06 SALAS DE APOIO AS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO IFTO CAMPUS DE PORTO NACIONAL	Campus Porto Nacional	R\$ 146.423,17
Construção da casa de Vegetação	Casa de vegetação com área de paisagismo e fruticultura, câmaras de nebulização, olericultura e silvicultura, contendo apenas o ambiente térreo, totalizando uma área de 864,00 m ² .	Campus Colinas do Tocantins	R\$ 308.797,53
Reforma de Blocos do Campus Avançado	Reforma do laboratório multidisciplinar e reforma do 6 salas e banheiros do bloco administrativo.	Campus Avançado Pedro Afonso	R\$ 177.347,82
Ampliação da garagem e depósito	Ampliação da garagem existente e construção de depósito acoplado a mesma. construção de 420,68 m ² , sendo 380,38 m ² no térreo e 40,38 m ² no piso superior.	Campus Paraíso do Tocantins	R\$ 191.338,22
Construção do Bloco de 23 salas do campus Paraíso	Construção de um bloco de 23 salas de aula composto, na verdade por dois blocos, ten do 1096,30 m ² o térreo e 1071,28 m ² o 1º andar, perfazendo um total de 2.167,59 m ² . Com capacidade para 702 alunos sendo 22 salas de 30 alunos e uma sala de 42 alunos.	Campus Paraíso do Tocantins	R\$ 3.204.681,78
Construção de bloco com 16 salas e vivência estudantil	Construção de bloco com 16 salas de aula e espaço de vivência com 3.856,65 m ² de construção, tendo 2 pavimentos, sendo que no térreo terá uma área de vivência e o primeiro pavimento será as 16 salas de aulas, com pastilhas cerâmicas e piso de granitina.	Campus Palmas	R\$ 1.996.066,43

Fonte: Simec

4.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Tendo em vista que a Tecnologia da Informação – TI – é imprescindível para o sucesso das instituições, devendo, portanto, estar alinhada aos objetivos estratégicos da instituição, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI – tem como função identificar as necessidades da área e nortear ações de modo a atingir os objetivos institucionais.

O primeiro PDTI do IFTO (2015-2019) foi aprovado no ano de 2015 pela Resolução n.º 34/2015/CONSUP/IFTO, de 25 de junho de 2015. Desde então, as ações de TI tiveram como base as necessidades e ações elencadas neste documento, atendendo também aos requisitos legais para contratações e aquisições de bens e serviços de tecnologia da informação.

As necessidades, metas e ações contidas no PDTI (<http://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/plano-diretor-de-ti/pdti-ifto-1edicao.pdf/view>) foram definidas tendo como o PDI 2015-2019 - Plano de Desenvolvimento Institucional que pode ser acessado em (<http://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/pdi/plano-de-desenvolvimento-institucional-2015-2019.pdf/view>).

O PDTI prevê revisões anuais, para que consigamos manter as atividades de TI sempre alinhadas as estratégias institucionais, mudanças na legislação, bem como observar os aspectos econômico-financeiros. Seguem a seguir as ações que foram implementadas a partir da aprovação do PDTI, com colaboração de toda a equipe de TI do IFTO (*campi* e reitoria):

1. Implementação de serviço de autenticação única e autorização centralizada para todos os sistemas de informação do IFTO.
2. Implantação do Datacenter no prédio da Reitoria

Datacenter é um ambiente projetado para concentrar servidores, equipamentos de processamento e armazenamento de dados, e sistemas de ativos de rede, como switches, roteadores e outros. Após a sua implantação tivemos uma maior disponibilidade de recursos computacionais de modo a subsidiar as unidades do IFTO no processamento e no armazenamento de informações críticas do Instituto.

O Datacenter possui links de acesso à rede mundial de computadores redundantes, que tem como objetivo minimizar a indisponibilidade de acesso aos sistemas disponibilizados, bem como possibilitar o acesso a sistemas externos e internos aos servidores da Reitoria do IFTO.

Da mesma forma, o Datacenter possui fonte de alimentação de energia redundante, o que garante uma autonomia mínima de 8 horas a partir do momento da falha de alimentação de energia por parte da concessionária de energia.

3. Melhoria da qualidade, disponibilidade e velocidade dos links de conectividade de todas as unidades do IFTO.
4. Manutenção do Sistema de Gestão Acadêmica em todas as unidades do IFTO (SIGA-EPCT).
5. Implantação do Sistema de Gestão Administrativa em todas as unidades do IFTO (SUAP).
6. Aquisição e implantação de um sistema único de gerenciamento de biblioteca para os *campi* do IFTO.
7. Implantação do Sistema de Processo Seletivo para todos os *campi*.
8. Padronização e unificação do site institucional.
9. Avaliação sobre o uso de software livre no âmbito do IFTO.
10. Política para renovação do parque de TIC.
11. Expansão dos serviços de rede (compartilhamento de arquivos em nuvem, participação nos serviços CAFe).
12. Implementação de gerenciamento remoto dos equipamentos.
13. Disponibilização de software e equipamentos de webconferência para a realização de reuniões virtuais.

Em parceria com a RNP, foram disponibilizadas por meio dos links <http://webconf2.rnp.br/ifto>, <http://webconf2.rnp.br/ifto1>, <http://webconf2.rnp.br/ifto2>, <http://webconf2.rnp.br/ifto3> salas virtuais para a realização de reuniões via internet. A partir de 2018 será utilizada a plataforma MCONF (<http://mconf.rnp.br>).

Seguem a seguir ações desenvolvidas que não estavam previstas no PDTI vigente:

4.3.1. Principais sistemas de informações

1. SEI - Sistema Eletrônico de Informações (<http://sei.ifto.edu.br>)
2. O sistema SEI faz a gestão eletrônica de documentos e processos no âmbito do IFTO desde o dia 1º de janeiro de 2017.
3. Sistema de Remoção (<http://sysifto.ifto.edu.br>)
4. Sistema de PAAI - Plano Anual de Atividades (<http://sysifto.ifto.edu.br>)
5. Sistema de Newsletter (<http://newsletter.ifto.edu.br>)
6. Sistema da JICE - Jornada de Iniciação Científica (<http://jice.ifto.edu.br>)
7. Site do *Campus* Avançado Lagoa da Confusão (<http://lagoa.ifto.edu.br>), posteriormente integrado ao <http://portal.ifto.edu.br>
8. Site do *Campus* Avançado Pedro Afonso (<http://pedroafonso.ifto.edu.br>), posteriormente integrado ao <http://portal.ifto.edu.br>
9. Site do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia (<http://formoso.ifto.edu.br>), posteriormente integrado ao <http://portal.ifto.edu.br>
10. Site do NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica (<http://nit.ifto.edu.br>), posteriormente integrado ao <http://portal.ifto.edu.br>
11. Projeto PESCAR - em fase de análise e projeto do sistema
12. Sistema de Segurança do Trabalho (Mapa de Risco) - (<http://apps.ifto.edu.br/mapa/>)
13. Sistema do PQV (Ginástica laboral)

Infraestrutura

- Implementação de Wi-Fi na Reitoria do IFTO
- Implementação da rede cabeada da Reitoria
- Serviço de compartilhamento de arquivos

Governança

Governança de TI é o conjunto estruturado de políticas, normas, métodos e procedimentos destinados a permitir à alta administração e aos executivos o planejamento, a direção e o controle da utilização atual e futura de tecnologia da informação, de modo a assegurar, a um nível aceitável de risco, eficiente utilização de recursos, apoio aos processos da organização e alinhamento estratégico.

- Aquisições de TI de acordo com Instrução Normativa n.º 4
- Direcionamento do treinamento de TI fornecido pela RNP de acordo com a área de atuação de cada servidor

- Mapeamento de habilidades de servidores de TI (Banco de Talentos)
- Implantação da ferramenta <http://forum.ifto.edu.br>
- Plataforma de discussão e repositório de soluções de forma a facilitar a implementação dos serviços em cada unidade do Instituto.
- Licenciamento do Parque Computacional do IFTO
- Plano de Dados Abertos

O efetivo de servidores de tecnologia da informação no âmbito do IFTO é composto basicamente por servidores efetivos, em algumas unidades temos a figura de estagiários.

Campus Araguaína

- Diogo Mourao de Almeida Pereira (Analista de TI)
- Fernando de Souza Arantes (Técnico de laboratório)
- Josue Divino Franco (Técnico de TI)

Campus Araguatins

- Dyego Marcio Damasceno Costa (Analista de TI)
- Ronniel de Abreu Silva (Técnico de TI)
- Valdeci Lopes da Silva Filho (Técnico de laboratório)
- Vitor Mendes Vilas Boas (Técnico de TI)

Campus Colinas do Tocantins

- Igor Martins de Souza (Técnico de TI)
- Luciano de Sousa Moraes (Analista de TI)
- Paulo Ricardo da Silva Pontes (Analista de TI)

Campus Dianópolis

- Glauco Batista de Sousa (Técnico de laboratório)
- Madson Marques de Oliveira (Analista de TI)
- Rodrigo Oliveira Porto (Analista de TI)
- Tassio Guerreiro Antunes Virginio (Técnico de TI)

Campus Avançado Formoso do Araguaia

- Jeferson Pascoal de Moraes (Técnico de TI)

Campus Gurupi

- Denilson Sousa do Nascimento (Analista de TI)
- Eder Carvalho Gomes (Técnico de TI)
- Guilherme Oliveira Quintino (Técnico de TI)
- Hesley Alves da Costa Quixabeira (Técnico de laboratório)

Campus Avançado Lagoa da Confusão

- Sergio Silva de Sousa (Técnico de TI)

Campus Palmas

- Alessandro Borges Rodrigues (Analista de TI)
- Daniel Felix de Souza (Analista de TI)
- Alex Marques Goncalves (Técnico de laboratório)
- Isau Soares de Medeiros (Técnico de TI)
- Celso Vieira Viana (Assistente de Laboratório)
- Giselli Aparecida Felisbino (Técnico de TI)
- Hugo Cavalcante Lima (Técnico de TI)
- Talles Martins Moura (Técnico de TI)
- Fabiana Ferreira Cardoso (Analista de TI)
- Ronaldo Vasconcelos Parente (Analista de TI)

Campus Paraíso do Tocantins

- Bruno Almeida Ribeiro (Técnico de TI)
- Ricardo Sousa Pimentel (Analista de TI)
- Samuel Barbosa Costa da Silva (Técnico de TI)

Campus Avançado Pedro Afonso

- Gileade de Jesus do Espirito Santo (Técnico de TI)

Campus Porto Nacional

- Euzebio Martins Alves (Técnico de TI)
- Joao Vitor Vilela Silva (Técnico de laboratório)
- Renan Souza Albuquerque (Analista de TI)
- Ricardo Asevedo Soares Teixeira (Técnico de TI)

Reitoria

- Andre Henrique Almeida Garcia (Analista de TI)
- Brenno Barbosa de Alencar Fernandes (Técnico de TI)
- Daniel Candido de Oliveira (Analista de TI)
- Jadson Vieira de Oliveira (Analista de TI)
- Joatham Pedro Santos da Silva (Analista de TI)
- Kleyton Matos Moreira (Analista de TI)
- Lucas Ramos Vieira (Técnico de laboratório)
- Vivian Facundes Dantas (Analista de TI)

4.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

A Lei de Criação dos Institutos Federais Lei nº 11.892/2008 define em seu art. 6º as finalidades dos Institutos:

“IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.”

Desde sua concepção o IFTO tem se preocupado com a questão da sustentabilidade, tanto nos currículos de seus cursos de formação profissional, como na gestão administrativa.

A Valorização dos Projetos educacionais que envolvam o meio ambiente, bem como as discussões e planejamentos gerencias, sempre envolvem as questões de sustentabilidade.

Em 2012 foi Instituída a Comissão Central responsável por implantar, executar e monitorar a Agenda A3P no IFTO pela Portaria nº 440/2012/Gab/Reitoria /IFTO.

Agenda Ambiental A3P

No final do ano de 2011, o IFTO firmou acordo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente - MMA para implantar e executar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P. Este programa visa implementar a gestão socioambiental e incorporar critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública.

Em 2012, as ações foram iniciadas com a assinatura do Acordo de Cooperação com a Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas - ASCAMPA visando implantar a Coleta Seletiva Solidária no Instituto e a troca de experiências na área de educação ambiental.

Em 2017 , a Coleta Seletiva se deu na sede da Reitoria e no Campus Palmas.

As principais ações da AGENDA A3P no IFTO são:

- Coleta Seletiva Solidária

- Programa Qualidade de Vida-PQV;
- A3P nos *campi*;
- TI verde – aquisição de equipamentos de informática com padrão baixo de gastos de energia elétrica;
- Acompanhamento das Licenças Ambientais junto aos órgãos responsáveis: IBAMA, Naturatins etc.
- Projetos de extensão;
- Fórum estadual de lixo e cidadania membro efetivo.
- Projetos de extensão tecnológica que objetivam a conservação e sustentabilidade dos recursos naturais
- Participação na Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

Para tanto, são desenvolvidas ações socioambientais nos *Campi* e na Reitoria. Nos *Campi* são desenvolvidas as ações como encontros de catadores, fórum de discussão, whorkshop, projetos e implantação de usina de energia solar conforme se segue:

Usina de energia Solar - Instalada no *Campus* Palmas , em setembro de 2017, com potência instalada de 70 KWp ao mês e expectativa de gerar cerca de 11500 KWh ao mês, o equivalente a 25 residências de padrão médio. Esse sistema gerará uma economia mensal de aproximadamente 4 mil reais.

Na Reitoria as ações socioambientais ocorreram através de reuniões e projetos, em 2017 foram trocadas as Lâmpadas comuns para lâmpadas com Tecnologia LED.

No de 2017 foram executados 3 projetos de extensão voltados para a sustentabilidade através de Edital. Sendo eles:

- Avaliação de diversas práticas de manejo e conservação do solo para cultura da mandioca;
- Recuperação e Manutenção de Nascentes e Matas ciliares do Rio Taquari no Núcleo de Produção Agrícola Boa Sorte e;
- Implantação do núcleo de estudos em agroecologia como opção de uso sustentável dos recursos naturais na Bacia do Médio Araguaia.

Coleta Solidária de material reciclável

Todo o material da coleta é destinado a Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas-TO – ASCAMPA, através de cooperação técnica com IFTO para desenvolvimento de ações sustentáveis. O Acordo de Cooperação celebrado entre o IFTO e ASCAMPA faz parte da Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P, firmado com o Ministério do Meio Ambiente em 2011 e implantada no IFTO no ano 2012.

Cabe ao IFTO na Cooperação: Realizar a Coleta Seletiva Solidária no Campus Palmas e Reitoria do IFTO; Separar resíduos recicláveis descartados; Realizar, incentivar e apoiar ações de educação ambiental e Constitui comissão responsável pela Coleta Seletiva Solidária.

E a ASCAMPA cabe: Coletar e processar o material reciclável do IFTO, cooperar nas ações de melhoria de coleta seletiva de resíduos sólidos e Auxiliar nas ações de educação ambiental que devem ser desenvolvidas durante a vigência.

Tabela 1 - Doações de materiais recicláveis pela Reitoria nos anos de 2013-2017

ANO	KG DOAÇÕES
2013	744
2014	877
2015	825
2016	919
2017 ¹	333
TOTAL ²	3.698

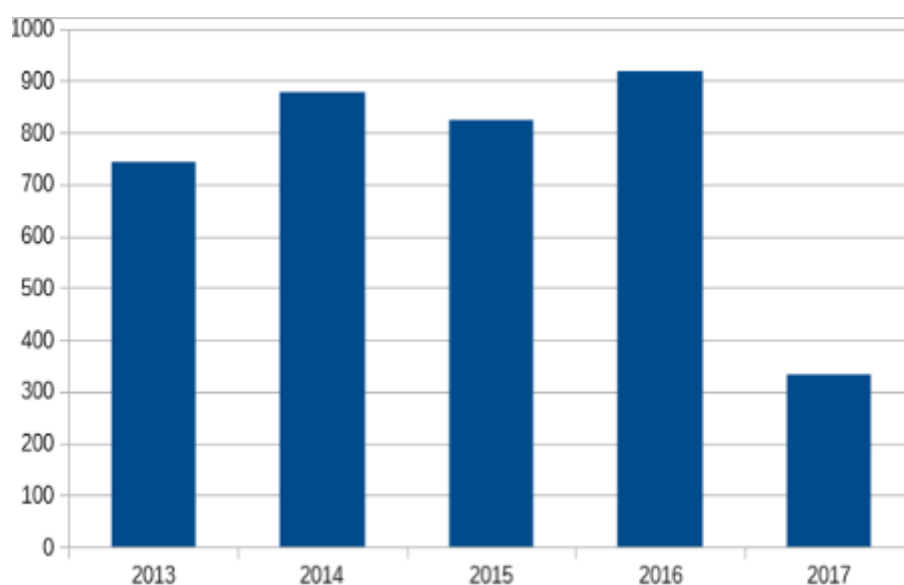
NOTA : (¹) Implantação do Sistema eletrônico de Informação - SEI

(²) Doação do material reciclável dos Concursos Seletivos/ IFTO: 1.314 kg.

Nota-se que as doações tiveram uma redução significativa no ano de 2017 com a implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI onde todos os processos e documentos oficiais passaram a tramitar de forma eletrônica.

Também deve ser observado que do total de 3.698 Kg de papéis doados, 1.314 kg foi de concursos seletivos realizados pelo IFTO.

Gráfico 3 – As doações de material reciclável pela Reitoria (Kg)



4.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O Instituto Federal do Tocantins ao longo destes últimos anos vem procurando realizar suas contratações ou aquisições utilizando critérios e práticas de sustentabilidade, tais como a aquisição de material gráfico utilizando em sua grande parte papel reciclado e aquisição de aparelho de ar condicionado com tecnologia INVERTER - aparelhos que geram uma economicidade de energia em torno de 20% e

aquisição de equipamentos eletroeletrônicos sempre que possível com selo classe “A” do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL.

Relativo às obras de engenharia, o corpo técnico do IFTO, vem buscando implementar ações que visa a eficiência nas novas edificações da Instituição, como a captação de água de chuva, iluminação mais eficiente, dentre outras.

Plano de Logística Sustentável

O Plano de Logística Sustentável 2016-2019 foi elaborado a partir do PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019, e deve orientar as ações ambientais do IFTO, podendo ser alterado conforme necessidades e ajustes administrativos para atender as inovações que tragam melhorias para a gestão ambiental da Instituição.

O Plano está disponível no portal do IFTO no endereço eletrônico: <http://goo.gl/RdszJ1>

O Acompanhamento da execução do Plano é feito anualmente através do Relatório de ações do PAAI- Plano Ação Institucional.

O Selo Verde do MMA

O IFTO conseguiu o selo Verde do Ministério do Meio Ambiente, graças à participação de sua comunidade nas ações de sustentabilidade e consciência ambiental.

Em 2017 foi implantado o Sistema - SEI de gestão de processos administrativos, que diminuiu drasticamente a utilização de papel pela Instituição, sendo ao mesmo tempo um avanço tecnológico na gestão e uma medida que contribui extraordinariamente para o meio ambiente.

Na semana do dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, as unidades do Instituto Federal do Tocantins realizaram diversas atividades alusivas à data, visando chamar à atenção dos servidores, alunos e comunidade para problemas ambientais, preservação dos recursos naturais e práticas sustentáveis.

Links das ações ambientais A3P / IFTO:

- <https://goo.gl/UcW7tr>
- <http://goo.gl/qaqLYi>
- <http://goo.gl/H3YZyr>
- <http://goo.gl/LdQxaY>
- <http://goo.gl/MxY2r9>
- <http://goo.gl/48VPbL>
- <http://goo.gl/U1DAsy>

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Conforme disposto no art. 25 do Regimento Geral do Instituto Federal do Tocantins, “a Ouvidoria será exercida por um Ouvidor nomeado pelo Reitor, como um serviço disponibilizado pelo IFTO, com a finalidade de dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, reclamações, informações, elogios, solicitações e sugestões referentes aos serviços prestados pela Instituição”.

A ouvidoria do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins é uma Ouvidoria Pública que auxilia o usuário da comunidade externa e interna em suas relações com o IFTO. Atua no processo de interlocução entre o cidadão e a administração pública, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem melhorias no serviço público prestado. A Ouvidoria no âmbito do IFTO, tem como principal objetivo melhorar a democracia participativa, incentivando a contribuição dos cidadãos na Gestão do IFTO e na formulação de decisões dos serviços prestados. Atua também, priorizando o respeito aos direitos individuais e coletivos. Atende a comunidade interna e externa dando entrada e tratamento a denúncias, reclamações, elogios, solicitações e sugestões. Atende a comunidade por meio da disponibilização de vários canais de comunicação, tais como: o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV), disponível no sítio, <https://sistema.ouvidorias.gov.br>; atende também por outros canais de comunicação como a correspondência eletrônica, pelo e-mail ouvidoria@ifto.edu.br, telefone institucional, correspondência tradicional e atendimento pessoal, no endereço Avenida Joaquim Teotônio Segurado, 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, 3º andar, Plano Diretor Sul, CEP 77.020-450, Palmas, Tocantins. Além disso, também atende aos pedidos de informação da sociedade e realiza orientação por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), disponível no sítio <http://www.acessoainformacao.gov.br/>.

No ano de 2017 a Ouvidoria tratou 537 demandas, sendo 93 (17%) denúncias e 444 (83%) referentes a reclamações, sugestões, solicitações, elogios e a informações. Todas as demandas recebidas pela Ouvidoria, que apresentaram elementos suficientes para prosseguimento, foram encaminhadas através do Sistema de processos eletrônicos – SEI/IFTO para as respectivas unidades/setores com competência para responder, informar, apurar ou solucionar a referida demanda, com estabelecimento de prazo para manifestação. O tratamento de cada manifestação recebida (análise, qualificação e elaboração da resposta) é um trabalho conjunto da Ouvidoria do IFTO com as respectivas unidades/setores demandadas.

A Ouvidoria recebeu manifestações de demandas dos diferentes canais de comunicação, sendo 45% pelo Sistema e-OUV, 26% pelo telefone, 26% pelo Sistema e-SIC e 3% por E-mail. O percentual de demandantes que procurou a Ouvidoria pessoalmente é de apenas 0,37%. Comparando o quantitativo de demandas recebidas pela Ouvidoria no ano de 2016, no qual foram atendidas 497 manifestações, houve aumento no quantitativo total de manifestações tratadas no ano de 2017 (108%). Destacamos que no ano de 2016, a Ouvidoria registrou 305 (61%) pedidos de informações, 42 (9%) solicitações, 41 (8%) denúncias, 79 (16%) reclamações, 3 (1%) sugestões e 27 (5%) elogios.

Observando-se as demandas relativas a pedidos de informação, denúncias e reclamações ao longo dos dois últimos anos, pode-se perceber, que o usuário tem reconhecido o Canal de Ouvidoria, como um canal que intermedia suas relações e anseios com IFTO. Conforme pode ser verificado nos gráficos abaixo:

Figura 3 - Evolução do número de denúncias

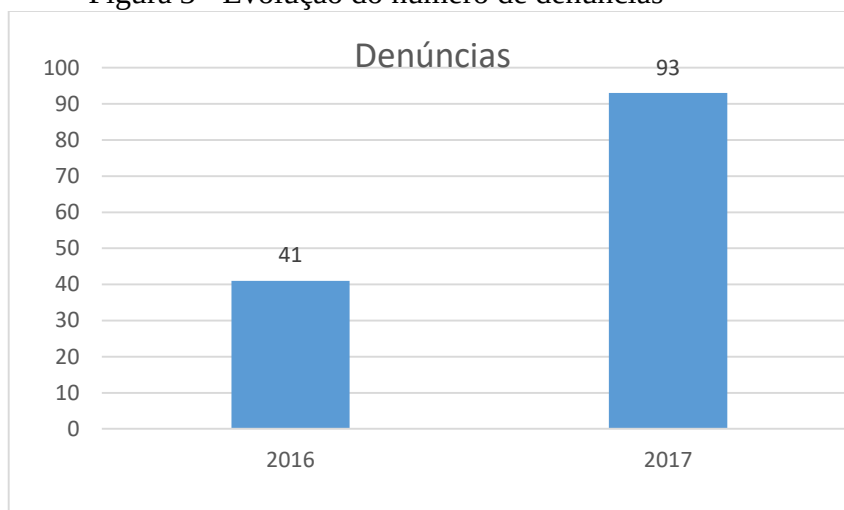


Figura 4 - Evolução do número de reclamações

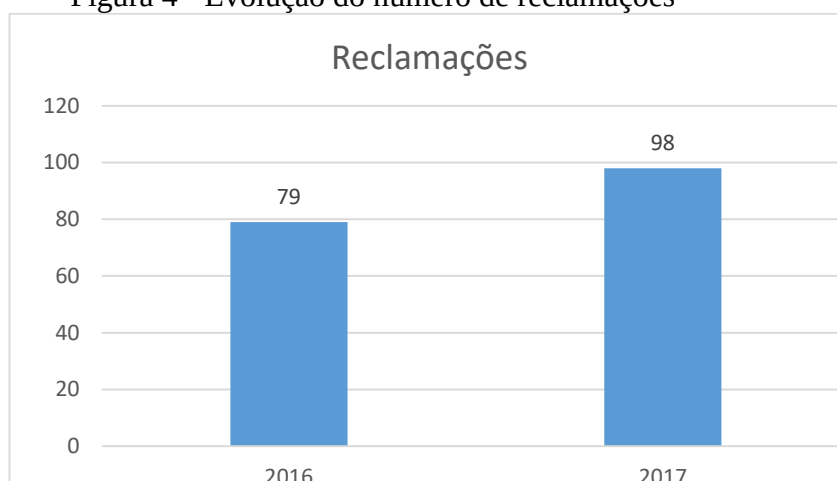
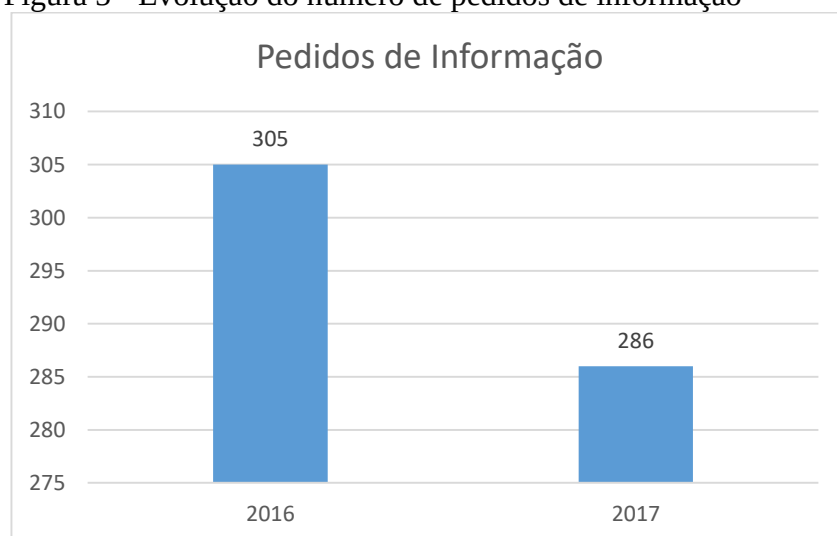
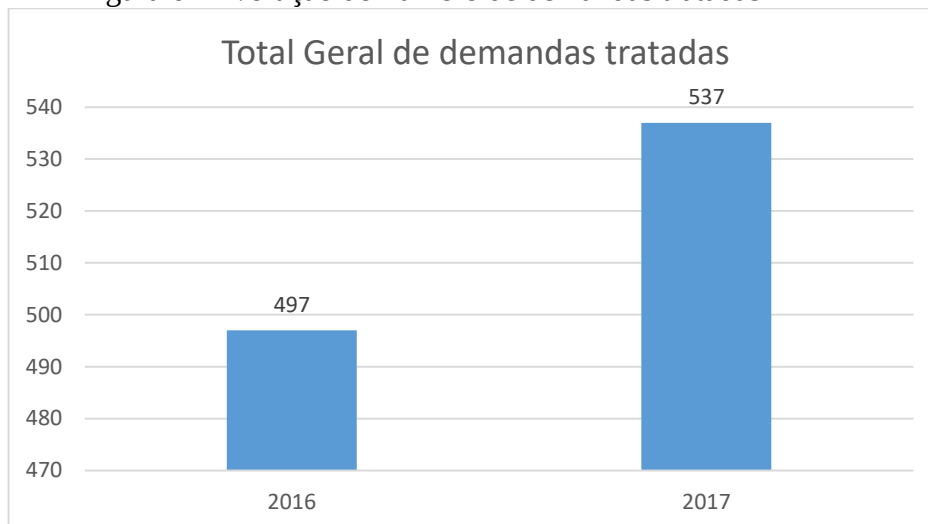


Figura 5 - Evolução do número de pedidos de informação



No gráfico abaixo, pode-se visualizar a totalização das demandas tratadas na Ouvidoria nos anos de 2016 e 2017 incluindo: Denúncias, Reclamações, Solicitações, Elogios, Sugestões e Pedidos de Informação.

Figura 6 - Evolução do número de demandas tratadas



5.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Embora o IFTO não tenha elaborado a “Carta de Serviços ao Cidadão”, é disponibilizado ao cidadão ferramentas de comunicação que dão acesso a informações dos serviços prestados pelo IFTO em página no sítio da Instituição, bem como com na forma impressa, que possuem permanente divulgação, semelhante ao especificado no art. 11 do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, quais sejam:

- Páginas Institucionais;
- Agenda Institucional;
- Agenda eletrônica do Reitor;
- Agenda eletrônica de Eventos;
- Jornal Institucional com impressões e publicações quadrimestrais (IFTO em foco);
- Jornal Institucional eletrônico (IFTO em foco);
- Interações por redes sociais:
 - Facebook (<https://www.facebook.com/IFTOoficial>)
 - Instagram (https://www.instagram.com/ifto_oficial/)
 - Twitter (<https://twitter.com/@ifto>)
 - You Tube (<https://www.youtube.com/user/IFTocantins>)

5.3. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Ainda não foi implantado nenhum tipo de mecanismo para aferir o grau de satisfação dos cidadãos-usuários dos produtos e/ou serviços prestados pelo IFTO. Destacamos que, a Instituição está trabalhando

para que haja a estruturação da Ouvidoria, afim de que seja possível ampliar e melhorar seus mecanismos, tais como, implantar na Ouvidoria o formulário de pesquisa sobre a satisfação do Usuário. Porém, existe um mecanismo automático dentro do programa e-SIC, o qual já avalia junto ao cidadão se o mesmo ficou satisfeito com a resposta encaminhada pelo IFTO ao usuário para os Pedidos de Informação.

5.4. MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

As informações relevantes sobre a atuação do IFTO estão disponíveis em sua página Institucional (<http://portal.ifto.edu.br/>), especialmente, no menu “*Documentos Institucionais*” (parte inferior da página, lado esquerdo). Na página é possível ter acesso aos demais meios de comunicação da instituição, ou ainda, informações de como acessá-los.

5.5. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações, bem como atender o que preconiza a Lei nº 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, O IFTO vem adotando as seguintes medidas:

- No final de 2016, foi lançado o novo Portal do IFTO, o que possibilitou iniciar 2017 com uma nova estrutura para atender à Lei de Acesso à Informação, às recomendações de acessibilidade e aos padrões de interoperabilidade do governo brasileiro.
- Foram realizados dois testes de acessibilidade manual para atender deficientes visuais. Tais testes têm ajudado a otimizar o conteúdo das páginas e assim tornar o portal cada vez mais acessível, não somente para o usuário com deficiência visual, mas para toda a comunidade.
- Conforme informado no Relatório anterior, todas as novas edificações do IFTO foram projetadas para atender pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida de espaços. Além disso, as instalações que antes não atendiam a este requisito foram realizadas medidas de melhoramentos para possibilitar a utilização, com segurança e autonomia, por esses usuários.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

O fluxo financeiro no Instituto Federal do Tocantins é realizado no âmbito da Instituição, após o repasse do financeiro por parte do Governo Federal para a unidade central da instituição (Reitoria) os limites a serem repassados são tratados individualmente de acordo com as apropriações de cada uma das unidades que compõem o IFTO, assim como a Reitoria, onde as mesmas possuem autonomia para executar o financeiro de acordo com as suas prioridades.

Durante o exercício de 2017 a instituição se deparou com falta de sincronismo no repasse de financeiro para atender suas demandas. De uma maneira geral o Governo Federal, devido ao ajuste fiscal necessário, adotou prática de repasse mensal de financeiro com base nas notas fiscais apropriadas no mês anterior. Além da mudança referenciada acima, o que se constatou durante praticamente todo o exercício, foi à liberação parcial de limite financeiro, ou seja, era liberado apenas um percentual do limite apropriado em sistema.

Tais procedimentos acarretaram dificuldades na gestão financeira de toda instituição, ocasionando atrasos de pagamentos de fornecedores e prestadores de serviços, priorização de pagamentos, dentre outros.

Porém, a gestão buscou sempre amenizar estes problemas, buscando a tomada de decisões de forma compartilhada, bem como a busca de novas liberações de financeiro junto ao Ministério da Educação.

6.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

a) Se a UPC está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

O Instituto Federal do Tocantins procura a medida do possível aplicar os dispositivos contidos nas normas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima.

Referente ao item acima a resposta foi parcialmente devido à característica da Instituição, devido a sua pouca idade a mesma encontra-se em fase de expansão em todo o estado do Tocantins, porém esta expansão se dá de forma gradativa e consequentemente o quadro de servidores também acompanha este crescimento gradativo, comprometendo assim parcialmente a implantação de todos os procedimentos necessários em todas as unidades da Instituição.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

A metodologia para se estimar a vida útil econômica do ativo é baseada na macrofunção 020330, em seu item 27, que apresenta uma tabela usada por todos os órgãos da Administração Pública direta, Autarquias e Fundações Públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, estabelecida de forma padronizada para cada conta contábil, viabilizando, assim, a padronização das informações apresentadas pelos diversos órgãos da Administração Pública.

d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

Durante o exercício de 2017 a depreciação foi realizada no âmbito da Instituição de forma parcial, ou seja, algumas unidades realizaram o procedimento de depreciação, sendo que as mesmas utilizaram planilhas com informações extraídas do SAP – Sistema de Administração de Patrimônio, onde mensalmente é realizado o cálculo da depreciação dos bens e após aprovação dos valores, os mesmos são lançados no SIAFI. Para determinação da quota mensal de depreciação dos bens, a opção foi pela utilização do Método Linear que distribui o custo do bem em função exclusiva do tempo. O cálculo da depreciação é realizado utilizando o custo do bem menos o valor residual dividindo-se pelo número de períodos da vida útil.

e) as taxas utilizadas para os cálculos;

As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação constam na macrofunção 020330, item 27, sendo apresentada, em anos, o tempo de vida útil de cada bem, por conta contábil, além do valor residual, em percentual, de cada um deles após o término desse período.

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

Por se tratar de UPC pertencente a órgão da Administração Pública Direta, e por seguir a normatização da STN citada, não foram realizadas avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobiliário, do intangível e do diferido, considerando que essas situações não estão previstas na macrofunção.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício.

Não houve ocorrências

6.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

O Instituto Federal do Tocantins não aplica o gerenciamento de custos, porém ressaltamos que a Instituição está buscando junto aos órgãos responsáveis a disponibilização de um sistema operacional atualizado que realmente possa ser aplicado na Instituição para controle e gestão de seus custos por programas.

6.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Quadro 65 - Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 13/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	1.362.676,61	1.573.280,41	Despesas Orçamentárias	231.307.110,25	212.072.957,43
Ordinárias	120.499,59	106.729,41	Ordinárias	55.587.757,98	51.893.385,54
Vinculadas	1.252.832,55	1.466.551,02	Vinculadas	175.719.352,27	160.179.571,89
Educação	4.755,41	30.678,35	Educação	170.611.667,15	158.272.576,77
Alienação de Bens e Direitos	85.668,26		Seguridade Social (Exceto RGPS)	710.867,27	576.778,58
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.162.408,88	1.435.872,67	Operação de Crédito	400.000,00	794.179,67
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-10.655,53	-0,02	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	790.308,13	536.036,87
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	3.206.509,72	
Transferências Financeiras Recebidas	285.285.313,32	267.142.253,33	Transferências Financeiras Concedidas	47.815.748,99	54.960.175,19
Resultantes da Execução Orçamentária	233.994.493,68	211.708.869,72	Resultantes da Execução Orçamentária	24.707.062,01	27.552.147,09
Repasse Recebido	209.287.431,67	184.156.722,63	Sub-repasse Concedido	24.707.062,01	27.552.147,09
Sub-repasse Recebido	24.707.062,01	27.552.147,09	Independentes da Execução Orçamentária	23.108.686,98	27.408.028,10
Independentes da Execução Orçamentária	51.290.819,64	55.433.383,61	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	22.983.431,98	27.270.620,34
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	49.655.967,23	53.773.928,58	Movimento de Saldos Patrimoniais	125.255,00	137.407,76
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.634.852,41	1.659.455,03	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	19.256.273,41	28.092.222,46	Despesas Extraorçamentárias	26.182.037,15	32.253.071,50
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	774.116,88	1.008.823,81	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.280.388,49	8.635.248,43
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	18.137.108,15	26.732.148,51	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	24.549.512,07	23.275.874,93
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	345.048,38	350.617,58	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	352.136,59	341.291,77
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	632,56	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	656,37
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		632,56	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		632,56
			Demais Pagamentos		23,81
Saldo do Exercício Anterior	4.802.028,79	7.280.476,71	Saldo para o Exercício Seguinte	5.401.395,74	4.802.028,79
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.802.028,79	7.280.476,71	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.401.395,74	4.802.028,79
TOTAL	310.706.292,13	304.088.232,91	TOTAL	310.706.292,13	304.088.232,91

Fonte: SIAFI Web

Quadro 66 - Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
15/03/2018

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	793.899,00	793.899,00	1.277.008,35	483.109,35
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	191.107,00	191.107,00	156.348,55	-34.758,45
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	13.300,00	13.300,00	53.256,18	39.956,18
Valores Mobiliários	177.807,00	177.807,00	103.092,37	-74.714,63
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	149.349,00	149.349,00	130.244,85	-19.104,15
Receita Industrial	26.735,00	26.735,00	40.343,65	13.608,65
Receitas de Serviços	426.708,00	426.708,00	822.087,50	395.379,50
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	426.708,00	426.708,00	822.087,50	395.379,50
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	127.983,80	127.983,80
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	2.728,80	2.728,80
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	125.255,00	125.255,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	85.668,26	85.668,26
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	85.668,26	85.668,26
Alienação de Bens Móveis	-	-	85.668,26	85.668,26
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

EMISSION
15/03/2018

PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	793.899,00	793.899,00	1.362.676,61	568.777,61
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	793.899,00	793.899,00	1.362.676,61	568.777,61
DEFICIT			229.944.433,64	229.944.433,64
TOTAL	793.899,00	793.899,00	231.307.110,25	230.513.211,25
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	197.747.778,00	222.204.830,00	221.317.995,04	210.196.272,27	209.532.880,33	886.834,96
Pessoal e Encargos Sociais	143.473.735,00	166.985.165,00	165.525.253,85	165.525.253,85	165.525.253,85	1.459.911,15
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	54.274.043,00	55.219.665,00	55.792.741,19	44.671.018,42	44.007.626,48	-573.076,19
DESPESAS DE CAPITAL	21.629.882,00	17.115.384,00	9.989.115,21	2.973.729,83	2.863.004,89	7.126.268,79
Investimentos	21.629.882,00	17.115.384,00	9.989.115,21	2.973.729,83	2.863.004,89	7.126.268,79
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	219.377.660,00	239.320.214,00	231.307.110,25	213.170.002,10	212.395.885,22	8.013.103,75
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 15/03/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	219.377.660,00	239.320.214,00	231.307.110,25	213.170.002,10	212.395.885,22	8.013.103,75
TOTAL	219.377.660,00	239.320.214,00	231.307.110,25	213.170.002,10	212.395.885,22	8.013.103,75

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.248.434,27	13.341.386,15	13.427.206,96	13.422.315,51	554.839,40	1.612.665,51
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.248.434,27	13.341.386,15	13.427.206,96	13.422.315,51	554.839,40	1.612.665,51
DESPESAS DE CAPITAL	9.963.646,78	13.390.762,36	11.387.366,30	11.127.196,56	5.770.420,41	6.456.792,17
Investimentos	9.963.646,78	13.390.762,36	11.387.366,30	11.127.196,56	5.770.420,41	6.456.792,17
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.212.081,05	26.732.148,51	24.814.573,26	24.549.512,07	6.325.259,81	8.069.457,68

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	69.742,07	680.518,46	668.372,57	328,00	81.559,96
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	69.742,07	680.518,46	668.372,57	328,00	81.559,96
DESPESAS DE CAPITAL	45.766,19	612.015,92	612.015,92	-	45.766,19
Investimentos	45.766,19	612.015,92	612.015,92	-	45.766,19
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	115.508,26	1.292.534,38	1.280.388,49	328,00	127.326,15

Fonte: SIAFI Web

Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

O órgão realizou 81,81% (R\$ 156.348,55) das Receitas Patrimoniais previstas ocorrendo uma redução de 11,47% no que se refere a previsão inicial e referente as Receitas de Serviços previstas foi realizada 192,66% (R\$ 822.087,50) acarretando assim um aumento de 60,33% em relação a previsão inicial.

Em termos gerais, em 2017 a Instituição conseguiu realizar 171,64% (R\$ 1.362.676,61) do valor previsto de R\$ 793.899,00.

Quadro 67 - Balanço Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

EMISSION
15/03/2018

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	19.305.647,47	8.088.527,80	PASSIVO CIRCULANTE	1.174.679,76	1.511.813,68
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.401.395,74	4.802.028,79	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	12.290.481,75	1.886.085,71	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	719.323,22	1.179.565,48
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	725,99	866,48
Estoques	1.613.769,98	1.395.421,62	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	4.991,68	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	454.630,55	331.381,72
ATIVO NÃO CIRCULANTE	203.080.023,93	192.999.155,31	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.174.679,76	1.511.813,68
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	-		
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	203.030.183,83	192.992.415,21	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	53.534.182,31	51.629.343,87	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	68.527.508,77	63.917.894,96	Resultados Acumulados	221.210.991,64	199.575.869,43
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-14.993.326,46	-12.288.551,09	Resultado do Exercício	21.760.366,09	28.167.984,93
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	199.575.869,43	174.637.493,91
Bens Imóveis	149.496.001,52	141.363.071,34	Ajustes de Exercícios Anteriores	-125.243,88	-3.229.609,41
Bens Imóveis	151.381.700,76	141.814.710,05	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.885.699,24	-451.638,71	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	221.210.991,64	199.575.869,43
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	49.840,10	6.740,10			
Softwares	49.840,10	6.740,10			
Softwares	49.840,10	6.740,10			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

EMIÇÃO
15/03/2018

PÁGINA
2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	222.385.671,40	201.087.683,11	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	222.385.671,40	201.087.683,11

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	5.430.091,30	4.830.724,35	PASSIVO FINANCEIRO	27.110.246,46	40.361.598,01
ATIVO PERMANENTE	216.955.580,10	196.256.958,76	PASSIVO PERMANENTE	5.937,94	5.609,94
			SALDO PATRIMONIAL	195.269.487,00	160.720.475,16

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	21.591.562,55	17.167.613,91	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	24.217.654,81	21.720.149,94
Execução dos Atos Potenciais Ativos	21.591.562,55	17.167.613,91	Execução dos Atos Potenciais Passivos	24.217.654,81	21.720.149,94
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	21.540.762,92	17.116.814,28	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	50.799,63	50.799,63	Obrigações Contratuais a Executar	24.217.654,81	21.720.149,94
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	21.591.562,55	17.167.613,91	TOTAL	24.217.654,81	21.720.149,94

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-760.112,60
Recursos Vinculados	-20.920.042,56
Educação	-21.807.594,60
Seguridade Social (Excoeto RGPS)	-666.491,96
Operação de Crédito	-291.443,81
Alienação de Bens e Direitos	85.668,26
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.938.719,44
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-2.178.899,89
TOTAL	-21.680.155,16

Fonte: SIAFI Web

Quadro 68 - Demonstração dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
15/03/2018

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS		
SUBTÍTULO	26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA		
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO		
		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DA \$ ATIVIDADES DA \$ OPERAÇÕES		15.115.516,06	19.440.587,74
INGRESSOS		286.907.370,05	269.066.783,88
Receitas Derivadas e Originárias		1.277.008,35	1.573.280,41
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Patrimonial		53.256,18	13.584,68
Receita Agropecuária		130.244,85	98.289,42
Receita Industrial		40.343,65	32.718,67
Receita de Serviços		822.087,50	1.096.582,03
Remuneração das Disponibilidades		103.092,37	194.597,40
Outras Receitas Derivadas e Originárias		127.983,80	137.508,21
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		285.630.361,70	267.453.503,47
Ingressos Extraorçamentários		345.048,38	350.617,58
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	632,56
Transferências Financeiras Recebidas		285.285.313,32	267.142.253,33
DESEMBOLSOS		-271.791.453,99	-249.626.196,14
Pessoal e Demais Despesas		-197.316.537,55	-171.889.172,14
Legislativo		-	-
Judiciário		-	-
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-	-
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-2.177.686,10	-1.801.679,89
Saúde		-	-
Trabalho		-	-
Educação		-195.138.851,45	-170.086.859,69
Cultura		-	-
Direitos da Cidadania		-	-
Urbanismo		-	-
Habitação		-	-
Saneamento		-	-
Gestão Ambiental		-	-
Ciência e Tecnologia		-	-
Agricultura		-	-
Organização Agrária		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
15/03/2018

PÁGINA
2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-632,56
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-26.307.030,86	-22.435.533,23
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-26.279.374,86	-22.302.487,23
Outras Transferências Concedidas	-27.656,00	-133.046,00
Outros Desembolsos das Operações	-48.167.885,58	-55.301.490,77
Despêndios Extraorçamentários	-352.136,59	-341.291,77
Transferências Financeiras Concedidas	-47.815.748,99	-54.960.175,19
Demais Pagamentos	-	-23,81
FLUXO \$ DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-14.516.549,11	-21.919.035,66
INGRESSOS	85.668,26	-
Alienação de Bens	85.668,26	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-14.602.217,37	-21.919.035,66
Aquisição de Ativo Não Circulante	-14.397.976,84	-21.719.072,84
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-204.240,53	-199.962,82
FLUXO \$ DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 15/03/2018	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2017	2016
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	599.366,95	-2.478.447,92
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	4.802.028,79	7.280.476,71
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	5.401.395,74	4.802.028,79

Quadro 69 - Demonstrações das variações patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 15/03/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	291.674.780,14	277.767.796,69
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.045.932,18	1.241.064,80
Venda de Mercadorias	130.244,85	96.289,42
Vendas de Produtos	40.343,65	32.718,67
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	875.343,68	1.110.076,71
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	103.092,37	194.597,40
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	103.092,37	194.597,40
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	286.302.821,41	269.197.653,73
Transferências Intragovernamentais	285.285.313,32	267.142.253,33
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.017.508,09	2.055.400,40
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	4.094.950,36	6.996.862,53
Reavaliação de Ativos	3.926.442,37	-
Ganhos com Alienação	27.977,99	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	140.530,00	6.716.985,68
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	279.876,85
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	127.983,82	137.598,23
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

EMIÇÃO
15/03/2018

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	127.983,82	137.598,23
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	269.914.414,05	249.599.811,76
Pessoal e Encargos	164.477.679,41	145.769.924,45
Remuneração a Pessoal	126.596.863,04	112.446.358,41
Encargos Patronais	26.228.468,96	22.073.910,27
Benefícios a Pessoal	11.555.616,21	11.249.655,77
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	96.731,20	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.222.096,97	1.830.827,05
Aposentadorias e Reformas	1.864.307,58	1.512.341,72
Pensões	313.378,52	289.338,17
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	44.412,87	29.147,16
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	41.772.573,53	37.091.185,64
Uso de Material de Consumo	3.348.331,28	3.397.893,55
Serviços	34.285.406,35	30.620.442,75
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.138.835,90	3.072.849,34
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	176,14	2.341,24
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	176,12	2.341,22
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	0,02	0,02
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	48.854.533,93	57.015.353,09
Transferências Intragovernamentais	47.815.748,99	54.960.175,19
Transferências Intergovernamentais	27.656,00	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.011.128,94	2.055.177,90
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.085.625,65	75.573,61
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	4.085.625,65	75.573,61



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 15/03/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	35.470,51	30.463,10
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.625,68	10.919,80
Contribuições	22.844,83	19.543,30
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.466.255,91	7.784.143,58
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	8.256.909,38	7.614.125,05
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	209.346,53	170.018,53
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	21.760.366,09	28.167.984,93

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

Fonte: SIAFI Web

Notas Explicativas das Demonstrações das Variações Patrimoniais

No exercício de 2017 as variações patrimoniais diminutivas representaram 14,32% do grupo “Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo”, e ao passo que as VPDs de “serviços” implicaram em 11,75% do grupo (R\$ 34.285.406,35).

As variações patrimoniais aumentativas que refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração direta e indireta que no exercício de 2017 as VPDs de Transferências Intragovernamentais importaram em 97,81% (R\$ 285.285.313,32) efetuadas em cumprimento à execução do orçamento que são referentes aos repasses recebidos e sub-repasses recebidos.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Não consta recomendação do TCU pendente de atendimento no âmbito do IFTO.

No IFTO, o órgão responsável pelo acompanhamento das deliberações do Tribunal é a Unidade de Auditoria Interna, conforme previsão no Regimento Interno da AUDIN. Esse acompanhamento é contínuo, sempre que chegam deliberações do Tribunal, o Gabinete do Reitor encaminha uma cópia do documento à AUDIN para acompanhamento, porém, esse acompanhamento não é feito por sistema informatizado.

.

7.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

No exercício de 2017 a Controladoria-Geral da União não emitiu recomendações ao IFTO, conforme informações colhidas do sistema Monitor-CGU. Ressalte-se que, não consta recomendação da CGU pendente de atendimento.

O acompanhamento das deliberações da CGU é realizado pelo sistema Monitor da CGU, sendo designada uma servidora do gabinete do Reitor para acompanhar e inserir informações no sistema. A AUDIN faz acompanhamento contínuo das recomendações emitidas pela CGU.

7.3. MÉDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Sobre dano ao erário consta em andamento o processo Administrativo Disciplinar 23235.029129/2017-06, porém esse processo ainda não foi concluído.

No exercício de 2017 não houve instauração de processo de tomada de conta especial.

O IFTO não dispõe de forma sistematizada os controles utilizados para a apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos de uma maneira geral.

A apuração de irregularidades ocorre através de comissões de Sindicâncias/Pad, nomeada pelo Reitor ou Diretores-gerais dos *Campi* quando têm ciência de algum ato ilícito.

7.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COMO DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

Em geral o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins tem conseguido a medida do possível formular o cronograma de pagamentos, em ordem cronológica de exigibilidade, como disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/93. As datas das exigibilidades e o acompanhamento são realizadas dentro do Sistema de Administração Financeira - SIAFI do Governo Federal. Contudo, para alguns pagamentos não esta sendo seguida a ordem cronológica, como será relatado a seguir.

Os motivos pela ausência de pagamento pela ordem cronológica para todos os credores se deu pela crise financeira enfrentada pelo Governo Federal e que afetou consideravelmente o fluxo financeiro do IFTO durante todo o exercício de 2017. No exercício de 2017 o IFTO recebeu apenas repasses mensais e parciais de recursos financeiros do Ministério da Educação. Deste modo, em todos os meses o IFTO teve que priorizar pagamentos para assegurar o funcionamento mínimo da instituição. Assim, teve que deixar de lado o cronograma em ordem de cronologia para todos os credores para priorizar os serviços essenciais em razão de serviços contínuos que não podem ser interrompidos. A priorização de pagamentos de credores obedeceu a seguinte ordem de tipos de serviços: energia elétrica, água e rede de esgoto, telefonia, internet e serviços de terceirização de mão de obra. Os recursos financeiros que restaram após o pagamento dos serviços essenciais foram destinados a atender diárias de servidores e posteriormente, aos credores restantes em ordem de cronologia.

7.5. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Em 2017 não houve revisão de valores para contratos com empresas que utilizavam de desoneração de folha de pagamento.

7.6. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Informamos que o Instituto Federal do Tocantins não possui contrato com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda. Porém ressaltamos que as ações de publicidade em geral da Instituição é elaborada por servidores pertencentes ao seu quadro efetivo de servidores.

Os serviços e os materiais produzidos pela equipe de servidores da Instituição, durante o exercício de 2017, foram realizados/confeccionados por empresas prestadoras de serviços contratadas de acordo com a legislação vigente. As contratações citadas anteriormente são:

- **Publicidade Legal:**
-Contrato junto a Empresa Brasileira de Comunicação – EBC (Publicação de Avisos de Licitações,

Edital de Citação de Empresas e outros);

-Contrato junto a Imprensa Nacional – IN (Publicação de Minutas de Editais, Portarias, Avisos e Resultados de Licitações e outros).

- **Publicidade Institucional:**

-Contratação de Empresas Especializadas na Confecção de Serviços Gráficos (Folders, Panfletos, Cartazes e outros);

Segue abaixo quadro com as despesas com publicidade, durante o exercício de 2017.

Quadro 70 - Despesa com publicidade durante o exercício de 2017

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	2031-20RL		R\$ 341.659,14
Legal	2031-20RL	R\$ 164.565,15	R\$ 153.835,25
Mercadológica			
Utilidade Pública			

Obs.: Informamos que não houve valores empenhados de Publicidade Institucional no exercício 2016, devido à existência de empenhos inscritos em restos a pagar de exercícios anteriores onde os mesmos atenderam as demandas institucionais.

7.7. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005

Quadro 71 - Lista de cursos de graduação que ofertam a disciplina de Libras como matéria obrigatória

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação (site)
Licenciatura em Ciências Biológicas	123230	Araguatins-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 5º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Computação	123224	Araguatins-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 8º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Computação	1341251	Colinas do Tocantins-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 7º Período do curso..	Portal do IFTO
Licenciatura em Computação	1318223	Dianópolis-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 7º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Artes Cênicas	1127550	Gurupi-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 6º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Educação Física	1313167	Palmas-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 4º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Física	123492	Palmas-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 6º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa	1178650	Palmas-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 7º Período do curso	Portal do IFTO

Licenciatura em Matemática	123494	Palmas-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 8º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Matemática	1106721	Paraíso do Tocantins-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 7º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Química*	1190388	Paraíso do Tocantins-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 5º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Computação	1127560	Porto Nacional-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 8º Período do curso.	Portal do IFTO

*Curso cadastrado no sistema e-MEC como “Licenciatura em CIÊNCIAS: BIOLOGIA, FÍSICA E QUÍMICA” e reconhecido com alteração de nomenclatura como “Licenciatura em Química”, Portaria nº 301 de 08/07/2016.

8. ANEXOS E APÊNDICES

8.1 APÊNDICE – OUTRAS INFORMAÇÕES DA UNIDADE

8.1.1 Declarações de integridade do IFTO

I- **Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.**

Declarações de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **João Marcelo dos Santos Silva**, CPF nº xxx.931.081-xx, Coordenador de Supervisão de Gestão de Contratos, exercido na Pró- Reitoria de Administração / Reitoria do Instituto Federal do Tocantins declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2017 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no **Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG**, conforme estabelece a LDO 2017 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Palmas, 20 de março de 2017.

João Marcelo dos Santos Silva

CPF: xxx.931.081-xx

Coordenação de Supervisão de Contratos/Instituto Federal do Tocantins

DECLARAÇÃO

Eu, **Cícero Salatiel Pereira Lopes**, CPF nº xxx.696.953-xx, Diretor de Relações Institucionais, exercido na Pró- Reitoria de Extensão/ Reitoria do Instituto Federal do Tocantins, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2017 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, **no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV**, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Palmas - TO, 20 de março de 2018.

Cícero Salatiel Pereira Lopes

CPF: xxx.696.953-xx

Diretor de Relações Institucionais/ Instituto Federal do Tocantins

II- Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Maria Edileuza Ferreira de França

Diretora de Gestão de Pessoas

CPF: xxx.275.791-xx

Órgão: 26424 - IFTO

III- Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que os servidores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins-IFTO obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a Unidade de Gestão de Pessoas de sua Unidade de Lotação para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle, com exceção dos servidores:

Matrícula Siape	Servidor	CPF
1884940	ANGELO RICARDO BALDUINO	150.863.708-33
1585668	DANIEL MARRA DA SILVA	863.605.401-00
839919	ELION SARMENTO SILVA	194.219.661-04
2659127	FLAVIO DA SILVA ORNELAS	870.971.171-68
1894101	GLAUCIA MARA SILVA SANTOS	008.745.391-61
1820207	JOSÉ FERREIRA LIMA	008.322.061-56
1372468	LUIS CLAUDIO DINIZ DOS ANJOS	547.717.811-68
1900967	RAIMUNDO EXPEDITO PIRES	169.303.631-20
1835201	RICARDO CARILO VIVAS	935.618.221-34
2867365	RODRIGO FONSECA DE ARAUJO	024.085.024-62

1192998	ROSA MARIA MACHADO DE SENA	601.652.356-91
1811323	WILLIAM BRASIL RODRIGUES SOBRINHO	000.356.731-17

Maria Edileuza Ferreira de França

Diretora de Gestão de Pessoas

CPF: xxx.275.791-xx

Órgão: 26424 - IFTO

IV- Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Não se aplica- O IFTO não executa ações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, para fins de monitoramento temático do Plano Plurianual – PPA e de acompanhamento Orçamento Federal Anual.

V- Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A conformidade contábil é realizada por todos os campi, sob a responsabilidade do contador indicado no SIAFI para cada UG. A conformidade do órgão é realizada pela UG da Reitoria, após análise e consolidação das conformidades registradas pelas unidades.

Relatório do Registro da Conformidade Contábil por UG:

• UG 158131 – Reitoria

1. Não houve Ausência de conformidade contábil.

2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:

302 - FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB

315 - FALTA/RESTRIÇÃO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTÃO

634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS

642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEPRECIACÃO ATIVO IMOBILIZADO

3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições:

642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEPRECIACÃO ATIVO IMOBILIZADO

• UG 158336 – Palmas

1. Não houve Ausência de conformidade contábil.

2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:

303 - FALTA DE REMESSA DO RELATÓRIO SELOS DE CONTROLE

315 - FALTA/RESTRIÇÃO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTÃO

603 - SALDO CONTÁBIL DO ALMOX. NÃO CONFERE C/RMA

609 - SALDO CONTÁBIL DO ALMOX. NÃO CONFERE C/CONTROLE

640 - SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB

674 - SALDO ALONG./INDEV. CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVO CIRCULANTE

696 - OUTROS- CONTROLES CREDITORES

772 - DEMAIS INCOERÊNCIAS- DDR

3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições listadas a seguir:

315 - FALTA/RESTRIÇÃO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTÃO

• **UG 158337 – Araguatins**

1. Não houve Ausência de conformidade contábil.

2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:

674 - SALDO ALONG./INDEV. CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVO CIRCULANTE

696 - OUTROS- CONTROLES CREDITORES

754 - SALDOS ALONGADOS/INDEVIDOS – DEMONST. DISPONIBILIDADE

772 - DEMAIS INCOERÊNCIAS- DDR

3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições listadas a seguir:

Não houve permanência de restrição

• **UG 158489 – Paraíso**

1. Não houve Ausência de conformidade contábil.

2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:

302 - FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB

315 - FALTA/RESTRIÇÃO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTÃO

634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS

642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEPRECIAÇÃO ATIVO IMOBILIZADO

3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições listadas acima.

302 - FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB

634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS

642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEPRECIAÇÃO ATIVO IMOBILIZADO

• **UG 158511 – Araguaína**

1. Ausência de conformidade contábil no mês de Outubro.

2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:

315 - FALTA/RESTRIÇÃO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTÃO

634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS

642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEPRECIAÇÃO ATIVO IMOBILIZADO

696 - OUTROS- CONTROLES CREDITORES

737 - UTILIZAÇÃO INADEQUADA DE EVENTOS/SITUAÇÃO CPR

754 - SALDOS ALONG./INDEVIDOS – DEMONST. DISPONIBILIDADE

3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições listadas acima.

315 - FALTA/RESTRIÇÃO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTÃO

634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS

642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEPRECIAÇÃO ATIVO IMOBILIZADO

• **UG 158556 – Gurupi**

1. Ausência de conformidade contábil nos meses de Junho, Julho e Setembro.

2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:

302 - FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB

315 - FALTA/RESTRIÇÃO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTÃO

634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS

642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEPRECIAÇÃO ATIVO IMOBILIZADO

3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições listadas a seguir:

302 - FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB

315 - FALTA/RESTRIÇÃO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTÃO
634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS
642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEPRECIAÇÃO ATIVO IMOBILIZADO

• **UG 158557 – Porto Nacional**

1. Não houve Ausência de conformidade contábil.
2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:
640- SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE COM RMB
3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições listadas a seguir:

640 - SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE COM RMB

• **UG 158628 – Dianópolis**

1. Ausência de conformidade contábil nos meses de Julho, Agosto e Outubro.
2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:
772 - DEMAIS INCOERÊNCIAS- DDR
3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições listadas a seguir:
Não houve permanência de restrição.

• **UG 158633 – Colinas**

1. Ausência de conformidade contábil nos meses de Junho, Julho, Agosto, Setembro e Outubro.
2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:
302 - FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB
319 - FALTA REGISTRO DE RESTRIÇÃO/CONF.REGIS.GESTÃO
603 - SALDO CONTÁBIL DO ALMOX. NÃO CONFERE C/RMA
606 - SLD ALONG/INDEV.CONTAS TRANS. AT.CIRCULANTE
609 - SALDO CONTÁBIL DO ALMOX. NÃO CONFERE C/CONTROLE
634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS
640 - SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB
642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEPRECIAÇÃO ATIVO IMOBILIZADO
674 - SALDO ALONG./INDEV. CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVO CIRCULANTE
3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições listadas a seguir:
302 - FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB
642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEPRECIAÇÃO ATIVO IMOBILIZADO
674 - SALDO ALONG./INDEV. CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVO CIRCULANTE

Contador Responsável:
Raydine da Silva Costa
CRC nº MA :010350/O-3S/TO

VI- Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Declaração do Contador com ressalvas sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	158131

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Ausência de Avaliação e reavaliação de Bens móveis e imóveis; b) Ausência de Conformidade de Registro de Gestão; c) Ausência de Conformidade Contábil de Unidades Gestoras; d) Ausência de Depreciação de Ativo Imobilizado. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	PALMAS-TO	Data	10/02/2017
Contador Responsável	RAYDINE DA SILVA COSTA	CRC nº	MA: 010350/O-3 S/TO

8.1.2 Fundação de Apoio

No dia 27 de novembro de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União – Seção 1 a Portaria Conjunta nº 74, da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, vinculada à Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação (MEC), nesse documento, consta a autorização à Fundação de Apoio Científico e Tecnologia do Tocantins (Fapto), para atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal do Tocantins (IFTO), porém O IFTO não desenvolveu ações ou Projetos com Fundações de Apoio no ano de 2017.

8.2. ANEXOS

8.2.1. Portaria designação da Comissão Central responsável pela prestação de contas IFTO



30-01-2018 PORT N 101 - Relatório de Gestão.pdf

8.2.2. Resolução Consup